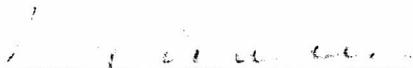


A SUPERAÇÃO DA MODERNIDADE:
UMA REVOLUÇÃO PRODUZIDA PELA CULTURA

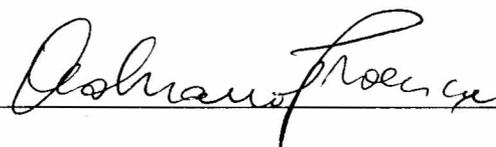
Diolinda Xavier da Silva Prado

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

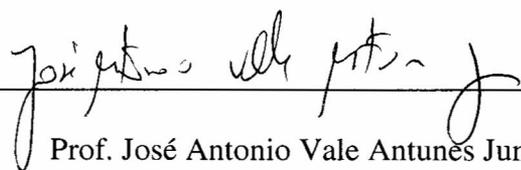
Aprovada por:



Prof. Heitor Mansur Caulliriaux, D.Sc.



Prof. Adriano Proença, D.Sc.



Prof. José Antonio Vale Antunes Junior, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

JUNHO DE 2001

PRADO, DIOLINDA XAVIER DA SILVA

A Superação da Modernidade: Uma Revolução Produzida pela Cultura [Rio de Janeiro] 2001

VIII, 135 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ,
M.Sc., Engenharia de Produção

Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE

1- Crise sistêmica e mudança paradigmática

2- A construção de uma nova cultura

I. COPPE/UFRJ II. Título (série)

DEDICATÓRIA

A Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, que ao elaborar consistente teoria acerca da irreversibilidade do desenvolvimento de uma nova cultura, que deverá superar o paradigma da modernidade, indicou o povo brasileiro como o grande ator desse processo de mudança, mas que, ao fazê-lo, se coloca numa posição de extrema ameaça a supostas elites intelectuais, representantes de uma cultura alienada, cujos traços principais são ainda o culto à burocracia e a submissão a um pensamento hegemônico, que se encontra em vias de superação.

Ao povo brasileiro com a expectativa de que alcance seu destino.

AGRADECIMENTOS

A Edgard Morin, Gerd Bornheim, Giovanni Arrighi, Luiz Sérgio Coelho de Sampaio e Marvin Minsky, que mesmo sem o saber, forneceram-me, generosamente, poderosos referenciais teóricos que possibilitaram a expansão da minha mente.

À minha mãe,

Com meu pedido de perdão por não a ter amado mais.

A meus filhos,

Simplesmente por existirem e por me fornecerem constantemente o referencial para minha existência.

E a mim mesma,

Por ter permanecido com a convicção, mesmo que cheia de incertezas quanto à forma de fazê-lo, de que as mudanças essenciais só ocorrem quando impregnadas pela emoção.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

A SUPERAÇÃO DA MODERNIDADE:
UMA REVOLUÇÃO PRODUZIDA PELA CULTURA

Diolinda Xavier da Silva Prado

Junho/2001

Orientador: Heitor Mansur Caulliriaux

Programa: Engenharia de Produção

O tema principal desta Dissertação é a identificação de aspectos da realidade atual que denunciam a crise iminente da civilização ocidental e indicam ser o momento presente caracterizado pela confluência de diversos ciclos, todos em etapa de descontinuidade ou de reestruturação, prenunciando um momento de mudança paradigmática. Busca identificar convergências conceituais que permitam a reflexão sobre o possível surgimento de uma nova cultura que, por incorporar valores humanos, supere o modelo vigente, e promova um novo ordenamento social, construído a partir de uma perspectiva cultural. Parte da concepção do fato social como um produto de forças culturais, econômicas e políticas, cujo comportamento e dinâmica são ditados pelas lógicas prevalentes na cultura, as quais determinam a estrutura e o funcionamento da sociedade às quais se referem. Em decorrência, centra essa análise na cultura, tecendo considerações acerca de suas lógicas ao longo da história da humanidade, até a Modernidade, traçando um paralelo entre ela e a lógica da Ciência. Busca uma conceituação para sistema que, ultrapassando o reducionismo da *Teoria Geral dos Sistemas*, seja capaz de contemplar a *complexidade*, explorando o conceito de organização, que mantém o sistema estável e, ao mesmo tempo flexível. Explica sua gênese e desenvolvimento por meio da articulação dinâmica entre desordem, interações, ordem e organização. Analisa o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, que explica a história do capitalismo, e os indícios da crise do seu quarto ciclo: o ciclo americano. Finalmente, pontua com dados da realidade, aspectos explicitados na concepção teórica, dando início a uma reflexão sobre as possibilidades de uma nova civilização, construída a partir da cultura e, portanto da valorização do humano.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

THE OVERCOME OF THE MODERNITY:
A REVOLUTION PRODUCED BY THE CULTURE

Diolinda Xavier da Silva Prado

june/2001

Orientador: Heitor Mansur Caulliraux
Programa: Engenharia de Produção

The main object of this thesis is to identify the aspects of reality that indicate we are now going through a moment of paradigmatic change, where some restructuring and discontinuing cycles are converging and creating the possibility of a new social organization, structured from a cultural point of view. The concept that evolves the social reality as a result of the interaction of the cultural, economic and political strengths, which dynamic behavior is dependent of the prevalent Logic of the society, is considered as the starting-point of the analysis. The focus of the analysis is the cultural dimension and its defining Logics. The Modernity is also analyzed, and it is compared to the development and to the logic of Science. The conception of a System that overcomes the reductionism of the “General System Theory”, proves to be able to deal with the complexity of an organization that is both stable and flexible, is also analyzed and evaluated. Another important point is the study of systemic cycles of accumulation, which explain the Capitalism and the crisis of its forth cycle: the American Cycle. Finally, some aspects discussed during the theoretic explanation are illustrated using the results of some case studies.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	1
1.1-Objeto de Estudo	2
1.2- Metodologia, organização e justificação do estudo	3
1.3-Principais pontos abordados.....	7
1.4-Estrutura da Dissertação e articulações conceituais	10
2- A MODERNIDADE E SUA SUPERAÇÃO NÃO SÓ POSSÍVEL COMO DESEJÁVEL.....	11
2.1- As Possíveis Leituras do Cenário Atual.....	11
2.2- A Questão Central	14
2.3 – A natureza psico-política do capitalismo	15
2.4 –A “vida material” posta em foco: o destino da humanidade será definido pelos excluídos [ou a Batalha pela sobrevivência da humanidade será travada na camada inferior da economia]	19
2.5 –Possíveis desdobramentos da crise	20
2.5.1- Visão pessimista: A efetivação do quinto ciclo sistêmico de acumulação.....	20
2.5.2- Visão otimista: A eclosão de uma nova cultura.....	22
3- O QUE SINALIZA O MUNDO REAL	27
3.1 Antecedentes: A trajetória da elaboração da dissertação	27
3.2- A intervenção na realidade	30
3.2.1- A justificativa	30
3.2.2- Contexto da Intervenção	32
3.2.3- Construção do espaço de intervenção.....	40
3.2.5- Planejamento da ação	43
3.2.6- Execução do projeto	47
3.3- Outras observações.....	51
3.4- Algumas conclusões preliminares	52
4- A CONCEPÇÃO SISTÊMICA	55
4.1-Um conceito provisório para Sistema	55
4.2-O Anel Tetralógico	57
4.3-O conceito de desordem: aspecto central para a compreensão da complexidade.....	59
4.4-O conceito de ordem/organização numa perspectiva de relação dialética com a desordem	62
4.5-Um conceito para sistema, construído a partir do paradigma da complexidade.....	64
4.5.1- Sistema e organização.....	65
4.5.2- A relação sujeito/objeto na perspectiva do sistema	71
5 UMA ABORDAGEM DO FENÔMENO SOCIAL COMO PRODUTO DA INTERAÇÃO DE TRÊS VETORES: O ECONÔMICO, O POLÍTICO E O CULTURAL	73
5.1-O Ponto de Vista Cultural	76
5.1.1- A concepção da cultura por meio do desvelamento de suas lógicas	76
5.1.2- A Construção dos Sistemas Simbólicos.....	78
5.1.3- O Desenvolvimento da Cultura	81

5.2-O Ponto de Vista Econômico	84
5.2.1- Crise e reestruturação produtiva	84
5.2.2- A crise do final do Séc. XX analisada no contexto geral do capitalismo: os ciclos sistêmicos de acumulação.....	87
5.2.4- Análise do crescimento econômico em países de industrialização tardia	100
5.3-O Ponto de Vista Político.....	111
5.3.1- Concepções e Conceitos	113
5.3.2-Modelos de Governo e Desenvolvimento Local.....	120
5.3.3- Principais Estratégias e Técnicas	124
6 - CONCLUSÃO E DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS	128
7 - REFERÊNCIAS.....	132

1- INTRODUÇÃO

Nos momentos de transição, como o que vivemos nos dias atuais, tenta-se inicialmente entender as novas regras do jogo de forma a construir um novo modelo de funcionamento para a sociedade.

Entretanto, a dinâmica da vida não permite que se “pare o mundo” para organizá-lo segundo novos princípios e, assim, convive-se durante algum tempo com, pelo menos, duas situações. Uma que chamaremos *conservadora*, que representa a forma mais difundida e estabilizada de funcionamento da sociedade, a qual é construída segundo um dado modelo – seu paradigma -, onde comportamentos, regras e dinâmicas são conhecidos e regularmente praticados. Uma outra, que chamaremos *inovadora*, que representa uma nova estrutura de funcionamento da sociedade, a qual se *encontra em construção*. A esse momento de transição entre o que está estabelecido e o novo apenas insinuado, chamamos *crise*.

O texto dessa Dissertação trata exatamente disso. Desse momento em que o novo se anuncia mas ainda não percebemos corretamente os seus contornos. Pressentimos sua presença por indícios, que começamos a investigar. Entretanto, por estarmos ainda presos ao paradigma vigente, não temos elementos adequados para prosseguir na empreitada e, mais que isso, não temos coragem de enfrentar o “novo” por medo de que ele nos obrigue a abandonar posições e reconhecimento social, conquistados por meio de tantas lutas.

Além disso, a força do modelo dominante, *conservador*, é tão intensa que impregna todos os subsistemas sociais e suas instituições, o que pode, numa primeira análise, aparentar ser *natural* – a sociedade funcionaria daquela maneira por ser a forma normal de as sociedades funcionarem –, aquilo que é construído por convenções.

A superação de um paradigma implica também a substituição do seu *método*, por meio do qual foi deliberada e sutilmente impregnando todas as formas de pensar, conseqüentemente de agir, da sociedade com suas regras e códigos: sua *organização*. A substituição de uma forma cartesiana de ver o mundo, por meio de certezas, comprovações, medidas e exclusões, por uma outra, a da *complexidade*, que o perceba como instável mas dotado de organização, mutante, inclusivo e tolerante, isto é, complexo por definição, implica mudanças radicais, mas se afigura como um trabalho instigador e muito excitante.

Gostaria muito que aqueles que pretenderem levantar-me objeções não se precipitem e procurem entender tudo o que escrevi, antes de julgarem uma parte: pois, o todo está relacionado e o fim serve para provar o princípio.

DESCARTES (*Lettre à Mersenne*)

Uni o que é complexo e o que não é, o que concorda e o que discorda, o que está em harmonia e o que está em desacordo.

HERÁCLITO

Estou cada vez mais convencido de que os problemas cuja urgência nos prende à atualidade exigem que nos desprendamos dela para os considerar a fundo.

EDGARD MORIN

Para alcançares o ponto que não conheces, deves seguir o caminho que não conheces.

SÃO JOÃO DA CRUZ

Nosso destino não é entrar para o primeiro mundo, mas criar um novo modo de vida. O sentimento que todo mundo tem, mas não assume, é que nossa destinação não é o luxo, é a originalidade. Não há possibilidade de nos igualarmos aos EUA. A possibilidade que nós temos é a de superá-lo.

LUIZ SERGIO COELHO DE SAMPAIO

O Brasil é chamado em toda a parte 'país do futuro' (...) lida existencialmente, por exemplo assim: país *miserável*, tomado de *angústia* e que dá sinais de *preocupar-se*, a sentença passa a ser altamente significativa, porque aí o Brasil passa a ser, não apenas país do seu próprio futuro, mas do *futuro da humanidade*."

VILÉM FLUSSER

Por isso, são importantes esses alertas. São reproduções de pensamentos de quem esteve ou está à frente do seu tempo. Daqueles que, ou por possuírem radares especiais, ou uma consciência crítica mais aguçada, não só perceberam os sinais das mudanças, mas tiveram a necessária coragem para formular propostas de como trilhar os novos caminhos.

1.1- Objeto de Estudo

O objetivo principal desta Dissertação é identificar aspectos da realidade atual que denunciam a crise iminente da civilização ocidental e indicam ser o momento presente caracterizado pela confluência de diversos ciclos, todos em etapa de descontinuidade ou de reestruturação, prenunciando um momento de mudança paradigmática, buscando identificar convergências conceituais que permitam a reflexão sobre o possível surgimento de uma nova cultura que, por incorporar valores humanos, supere o modelo vigente, e promova um novo ordenamento social, construído a partir de uma perspectiva cultural.

1.2- Metodologia, organização e justificação do estudo

Para explicar a organização adotada para a realização do estudo se faz necessário, inicialmente, mencionar a estratégia de aprendizagem utilizada. Ela se baseou no conceito de “*frame*”, tal como formulado por Marvin Minsk (1974) em seus estudos sobre Inteligência Artificial, com adaptações ou derivações aplicáveis em processos de aprendizagem realizados por humanos. Essas adaptações foram elaboradas pela autora dessa Dissertação, por meio da construção de suas próprias estratégias de aprendizagem e caracterizam o “*frame*” como uma abordagem para a construção de conceitos. Portanto, não se trata de uma formulação teórica formal, mas apenas o registro de uma experiência pessoal.

Em linhas muito gerais e sujeitas ao ônus da simplificação, pelas razões enumeradas anteriormente, o “*frame*” pode ser descrito como uma estrutura vazia, a ser preenchida pelo novo conhecimento que se encontra em processo de construção, e por instruções ou “ponteiros”, que sinalizam onde podem ser obtidas informações relevantes para esse processo. Por sua vez, o “*frame*” é também uma estrutura dinâmica, que se posiciona com diversos outros “*frames*”, que se encontram em diferentes estágios de elaboração, numa estrutura em *rede*, onde ocorrem intensos, acelerados e simultâneos processos de comunicação. Isto quer dizer que, na medida em que a estrutura de um “*frame*” vai sendo preenchida com dados e instruções, isto é, que um conceito vai sendo consolidado, ele (“*frame*”) emite novas instruções à rede, promovendo alterações dinâmicas nos demais componentes (“*frames*”) e nas instruções (“ponteiros”), por meio das quais são estabelecidos os relacionamentos na rede.

Em decorrência dessa estratégia de aprendizagem, a linha de estudo adotada constituiu-se por etapas, que alternaram estudos teóricos e prática, esta constituída por intervenções e por observações focalizadas, que nem sempre foram realizadas em seqüência linear. Pelo contrário, a ocorrência de *insights*, tanto pela leitura dos documentos teóricos como pela ocorrência de fatos observados na prática, deram causa a reinterpretações e alterações nos próprios registros efetuados no texto dessa Dissertação.

Da maior importância foi a possibilidade de acesso a Luiz Sérgio Coelho de Sampaio, autor da principal estrutura conceitual adotada nesta Dissertação, que elabora suas idéias com base na Lógica da Cultura, estando em vias de constituir um novo “*approach*” para a Antropologia Filosófica. A contribuição de de Sampaio se por meio de longas entrevistas,

análise e revisão de alguns textos e crítica feroz a alguns aspectos incluídos neste trabalho, especialmente com relação a Edgard Morin.

Entretanto, as abordagens de Morin foram mantidas, por decisão exclusiva da autora, uma vez que tais aspectos estão unicamente relacionados à sua crítica da Teoria Geral de Sistemas e à análise especulativa do processo de formação de organizações complexas e de seu método característico - o método da complexidade -, por considerar que esses conteúdos, na forma como abordados na presente Dissertação, contribuem para a compreensão do tema geral tratado, sem que isto represente uma limitação ou contestação da idéia central, qual seja, a possibilidade da superação da Modernidade pela eclosão de uma nova cultura.

Em suma, o conhecimento foi sendo construído em espiral. Em decorrência, é possível que haja repetições, inconsistências, ambigüidades e mesmo antagonismos que não tenham sido percebidos quando de sua redação final. Por outro lado, tais ocorrências, se houver, de certa forma *reproduzem o espírito do nosso tempo*.

A etapa caracterizada como de estudos teóricos, teve como propósito evidenciar a concepção adotada. Foi realizada por meio da elaboração de um corpo de idéias articulado, que fundamentasse e tornasse mais claras as evidências de um processo iminente de mudança paradigmática. Neste particular, partiu-se de um núcleo de idéias, constituído basicamente pelo que propõe SAMPAIO (1994, 1995, 1998, 1999, 2000)) acerca da centralidade da cultura na construção das identidades sociais, por meio da explicitação de suas lógicas, delas derivando o respectivo “padrão”¹ de desenvolvimento das sociedades.

Como conseqüência da adoção desse referencial teórico, houve necessidade de aprofundamentos, que foram efetivados pela inclusão de dois outros conjuntos de conhecimentos, ambos relacionados às estruturas privilegiadas pelas lógicas, quando consideradas sob a perspectiva da Antropologia Filosófica, isto é, *lógicas femininas* e *lógicas masculinas*.

Dessa forma foram incorporados à concepção teórica, conhecimentos relacionados à Teoria Geral de Sistemas, pelo fato de o sistema representar a estrutura de pensamento das *lógicas masculinas* [grifo nosso]. “A lógica do masculino é ter sempre

¹ Aqui considerado como um conjunto de características que descrevem os modos de pensar e de agir de uma determinada sociedade, os quais estão relacionados com a(s) lógica(s) que estruturam essa sociedade.

na cabeça um projeto de sistematizar o mundo, de fazer o mundo calculável e geométrico, porque é o único jeito do masculino sobreviver.” (SAMPAIO, 1995, p.25) Neste particular, (o da Teoria Geral de Sistemas) privilegiou-se, não a teoria conforme elaborada originalmente por BERTALANFFY (1956), mas a forma como MORIN (1977) se apropria dela para elaborar suas concepções expressas em “*O Método 1. A Natureza da Natureza*”, que enveredam pela compreensão da *complexidade* [grifo nosso] – característica inalienável do momento atual da sociedade humana –, e da gênese e desenvolvimento do fenômeno da *organização* [grifo nosso], a partir de desordens/ interações, procurando reconciliar as leis do desenvolvimento social com as leis que regulam a natureza. “Este fato parecerá extremamente confuso aos espíritos para quem a física, a biologia, a antropologia e a sociologia são essências separadas e incomunicáveis.” (MORIN, 1977, p.31)

Para dar conta das *lógicas femininas* [grifo nosso] procurou-se identificar autores que abordassem o desenvolvimento numa perspectiva histórica. “[a modernidade] recalca, ou tenta tirar de cena, a história e o desejo inconsciente, que de certa forma, caracterizam a *lógica do feminino* [grifo nosso]. (SAMPAIO, 1995, p.25) Assim, de uma parte, foi abordado o conceito de *ciclos sistêmicos de acumulação* [grifo nosso], formulado por ARRIGHI (1997) em “*O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*”, a partir de estudos de BRAUDEL (1976, 1977, 1981, 1982, 1984) acerca da história do Capitalismo. Particularmente interessante para o que se quer evidenciar nesta Dissertação, e uma das razões da escolha dessa obra, é o fato de ela ser uma abordagem característica das “lógicas femininas” - a dimensão histórica –, que se propõe a aprofundar a compreensão do Capitalismo, um *constructo* das “lógicas masculinas”.

De outra parte, também privilegiando uma dimensão histórica, mas agora para explicar como se processa o desenvolvimento da cultura, optou-se mais uma vez por incluir concepções de MORIN (1977), especialmente seus conceitos de “*onda de impacto*”, que caracteriza um momento de *ruptura* com os padrões em uso, e de “*onda larga*”, que se refere à *difusão* dos novos padrões no conjunto da sociedade [grifos nossos], os quais estão registrados em “*Cultura de Massas no Século XX: O Espírito do Tempo – 2 NECROSE*”.

Além disso, leituras realizadas ao longo da realização do curso de Mestrado, e até mesmo antes de sua realização, colaboraram na consolidação desse corpo de idéias, possibilitando não só a reflexão crítica acerca da concepção teórica, mas também fornecendo argumentos ou referências usadas nas conclusões.

A etapa constituída pela prática foi realizada por meio de intervenção na realidade e de observação de algumas ocorrências que pudessem pontuar e/ou ilustrar aspectos explicitados na concepção teórica.

A linha de pesquisa adotada para a realização da prática foi baseada nos pressupostos da pesquisa-ação

A pesquisa-ação se insere numa perspectiva epistemológica que inclui uma relação entre saber científico e saber popular, de uma lado, e a interdisciplinariedade de outro. (...) Ela se define na união entre a PESQUISA (o saber científico-acadêmico) e a AÇÃO (a práxis). Seus objetivos são fundamentados em corpos teóricos sólidos e na demanda (explícita ou não) dos atores sociais envolvidos. Visa a produção de um saber e a reflexão de um fazer. (...) Enfim, a pesquisa-ação é construída à partir do real, no real e com o real.” (NASCIUTTI, 1992)

Fica claro, então, que seu objeto de ação é o real (complexo, dinâmico, mutante), tendo como estratégia metodológica a transdisciplinaridade, uma vez que a pesquisa-ação leva em conta as relações entre homem, cultura e meio-ambiente, implicando, como consequência, a reelaboração coletiva de aspirações e valores, por meio da participação comunitária e da ação organizada. Saber científico e saber popular nela se cruzam, no sentido do ganho geral. Supõe uma troca, mais do que uma devolução elaborada, que é alcançada através de uma reflexão teórica efetivada juntamente com os atores sociais envolvidos na dinâmica da ação.

Sua adoção também levou em conta a possibilidade de observar (mesmo que em condições ainda elementares) o que menciona FLUSSER (1998) sobre a possibilidade do surgimento de um “novo homem”, e o que propõe SAMPAIO (1994, 1995, 1998, 1999, 2000) acerca da eclosão de nova cultura, que promovendo a síntese de lógicas masculinas e femininas, reproduza a lógica do humano.

A utilização da pesquisa-ação como abordagem metodológica também se mostra adequada ao novo enfoque crescentemente interdisciplinar da Engenharia de Produção. Conforme enunciado em documento da COPPE (1989), “destina-se a introduzir um elemento de *organização* na engenharia, voltado basicamente para integrar os fatores do processo produtivo: mão-de-obra, matérias-primas e tecnologia. Baseando-se em conhecimentos especializados das ciências físicas, matemáticas e sociais, busca especificar, predizer e avaliar os resultados com a implantação integrada desses fatores.”

1.3- Principais pontos abordados

A presente Dissertação foi estruturada de forma a apresentar, inicialmente, o embasamento teórico que dá sustentação à reflexão sobre a possibilidade de um novo ordenamento social, construído a partir de uma perspectiva cultural. Em seguida, apresenta-se o registro da prática, que fornece a oportunidade para objetivar a reflexão sobre o tema proposto, além de permitir a formulação das conclusões. Estas devem ser tomadas como ponto de partida para futuros desenvolvimentos.

Por se tratar prioritariamente de uma tese teórica, o maior espaço deste trabalho foi destinado a explicitar as concepções adotadas e as reflexões possibilitadas por elas, inclusive seus antagonismos.. Ressalte-se que estes últimos, quando foram identificados, não deram causa à sua supressão, mas à sua análise, considerando que o referencial teórico adotado sinaliza a necessidade da construção de sínteses integradoras como forma de melhor captar e entender a complexidade, que se traduz como a característica fundamental do momento presente.

O Capítulo 2, considerado como o principal dessa Dissertação e que deve ser lido tendo como complemento o Capítulo 5, que aprofunda a concepção apresentada, delinea o problema central que se apresenta à humanidade nesse início do Séc. XXI, descrevendo, de forma sintética, as principais abordagens que procuram explicar a crise atual. Adota a perspectiva otimista de SAMPAIO e de FLUSSER, principalmente pelo fato de, mesmo apresentando trajetórias intelectuais autônomas, suas concepções serem instigantemente complementares, apontando conclusões na mesma direção: a *superação do modelo capitalista vigente* e, portanto, a *superação da Modernidade*, por meio da construção de uma nova civilização baseada na eclosão de uma nova *cultura* (SAMPAIO, 2000) ou, segundo FLUSSER (1998) em um “*novo homem*” (grifos nossos). Além disso, em ambas as proposições, o Brasil é apresentado como sendo potencialmente o *locus* dessa ocorrência.

No Capítulo 3 relata as observações feitas em comunidades constituídas por populações caracterizadas por SAMPAIO e por FLUSSER como as que possuem suficiente potencial criativo para engendrar uma nova cultura. Destacadamente, as observações foram direcionadas ao Curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias, em turma constituída por presidentes de Associações de Moradores das dezesseis primeiras comunidades incluídas no Programa Favela-Bairro da Prefeitura

da Cidade do Rio de Janeiro; às ONGs: *G-16*, criada em decorrência do curso; *Grupo Cultural Afro Reggae*, de Vigário Geral, dedicada à formação de jovens em situação de risco social e *CEASM*, do Complexo da Maré, que atua na área da educação.

Trata-se de uma primeira aproximação da realidade, no sentido de coletar elementos concretos para uma reflexão acerca das possibilidades e dos limites explicativos da concepção teórica adotada neste estudo. Das observações realizadas foram deduzidas algumas conclusões preliminares, pontuadas pelas referências teóricas adotadas.

O Capítulo 4 aborda a construção do conceito de *sistema*, tomando por base a crítica de MORIN (1997) ao modelo da *Teoria Geral de Sistemas*, tido como reducionista e limitado para explicar a gênese e o funcionamento de sistemas dinâmicos complexos. Apresenta sua proposta teórica, a qual foi concebida a partir de uma reflexão acerca dos processos que ocorrem na natureza e que está alicerçada em dois aspectos principais. O primeiro, que identifica a gênese de um sistema por meio da articulação dinâmica entre *desordem/interações/ordem/organização*, que o autor denomina o *anel tetralógico*, e do seu desenvolvimento por meio do “rodopio” desse anel, que ocorre em ciclos espiralóides com complexidade crescente. O segundo que trata do fenômeno da *organização*, situada, não como uma regularidade, mas como evento aleatório, que brota nas e pelas desordens, ressaltando que ordem e desordem “...têm que ser pensadas em conjunto, simultaneamente nos seus caracteres antagônicos bem conhecidos e nos seus caracteres complementares desconhecidos.” (MORIN, 1977, p.48)

O Capítulo 5 aprofunda a idéia central desta Dissertação. Trata-se do que propõe SAMPAIO (1994, 1995, 1998, 1999, 2000) acerca da centralidade da cultura na construção das identidades sociais. Parte da concepção do fato social como um produto de forças culturais, econômicas e políticas. Apresenta os aspectos do desenvolvimento social por meio do ponto de vista de cada um desses vetores, identificando pontos convergências com outras abordagens que compõem a fundamentação teórica desta Dissertação.

O ponto de vista cultural foi elaborado a partir das formulações de SAMPAIO (1994, 1995, 1998, 1999, 2000) acerca das lógicas que presidem a estruturação e o desenvolvimento das sociedades. O autor classifica-as, segundo a Antropologia Filosófica, em lógicas *femininas* - as ligadas à historicidade, ao inconsciente e ao prazer - e *masculinas*, que dizem respeito à razão, ao sistema e ao projeto. Estabelece um paralelo entre a lógica da Ciência e a instalação da Modernidade e apresenta argumentos para a irreversibilidade da eclosão, em prazo não muito longo, de uma

nova cultura, que faça a síntese simultânea de todas as lógicas de base, masculinas e femininas, isto é que reproduza a lógica humana. Situa a sociedade brasileira como possuidora de condições potenciais para fazer esta síntese.

O ponto de vista econômico aborda o conceito de *ciclos sistêmicos de acumulação*, deduzido por ARRIGHI (1996) a partir das regularidades observadas na análise histórica do capitalismo formulada por BRAUDEL (1976, 1977, 1981, 1982, 1984). Identifica, desde o início da Modernidade, quatro ciclos, que se sucedem em graus de complexidade e abrangência crescentes, constituídos por uma fase de expansão material, seguida de uma fase de expansão financeira, que marca a etapa de maior flexibilidade do ciclo, mas também o seu esgotamento, o que dá margem à constituição de um novo ciclo. Descreve o período atual como o quarto ciclo sistêmico de acumulação. Este ciclo, que se efetiva sob a hegemonia dos Estados Unidos, teve início nas últimas décadas do Séc. XIX e se encontra em transformação, denunciando o surgimento de novo ciclo.

Além disso, no tópico relativo ao ponto de vista econômico, é feita uma análise das características do desenvolvimento ocorrido em países com industrialização tardia, procurando identificar alguns pontos de contato com o referencial teórico adotado no presente estudo.

O último segmento do Capítulo 5, aborda o ponto de vista político do desenvolvimento social. Com base nas características dos países com industrialização tardia, destaca os aspectos relacionados ao conceito de *governança* como fundamental ao exame das questões relacionadas à descentralização do Governo e ao aumento da participação popular, numa perspectiva de desenvolvimento local e de aumento do controle social efetivado pela população organizada. Faz uma descrição de modelos de governo, que de alguma forma contemplam essas condições, analisando aqueles que parecem apresentar condições mais favoráveis e mais adequadas à realidade brasileira.

O Capítulo 6 apresenta a conclusão deste estudo. Não pretende ser extensiva e muito menos definitiva. Procura descrever os avanços conseguidos no delineamento do problema que propôs estudar. Representa principalmente um esforço em apontar convergências importantes, indicando ser este um momento extremamente rico de possibilidades para conduzir o conhecimento para além de suas fronteiras. E é com esse sentido que apresenta algumas propostas para estudos futuros.

1.4- Estrutura da Dissertação e articulações conceituais

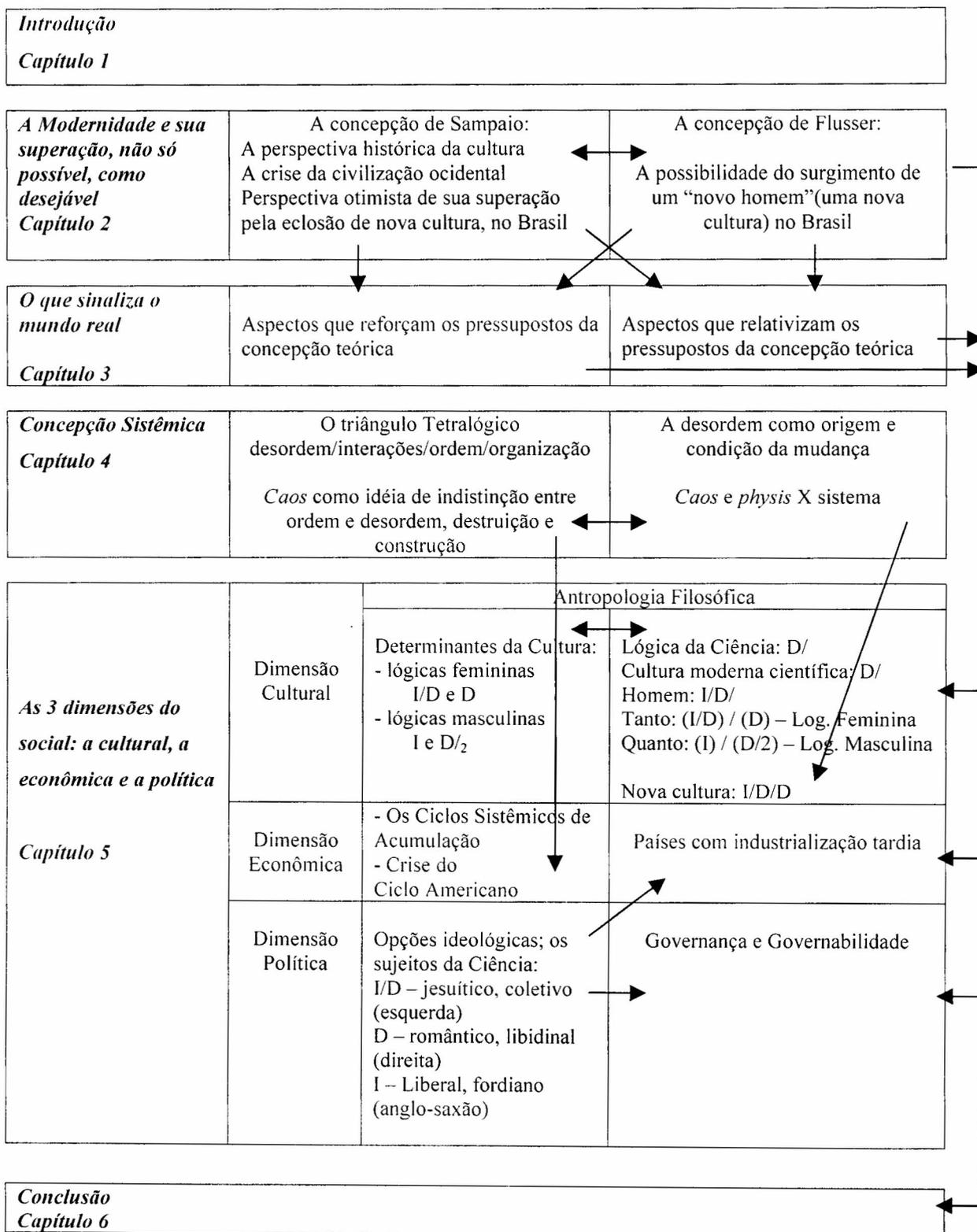


Figura 1.1- Estrutura da Dissertação

2- A MODERNIDADE E SUA SUPERAÇÃO NÃO SÓ POSSÍVEL COMO DESEJÁVEL

2.1- As Possíveis Leituras do Cenário Atual

O momento atual vivido pela humanidade vem sendo avaliado, por diversas correntes de pensamento, como um período de coincidência de ciclos, *todos* em etapa caracterizada pelo esgotamento do potencial do ciclo vigente e, portanto, de seu declínio, podendo ser representada por uma curva descendente do ciclo, que convive com a eclosão de novo ciclo – sua curva ascendente –, onde as regras de funcionamento não estão ainda muito bem delineadas. Trata-se, pois, de um período de crítico de transição, que pode eventualmente ser bastante longo, onde valores, concepções, modelos teóricos e funcionais e uma série de outros aspectos – antigos e em construção –, que conformam as sociedades, convivem numa relação plena de tensões, antagonismos e ambigüidades.

Por enquanto, cada um dos ciclos vive seu próprio momento de decadência, despendendo energia para reestruturar-se. Se fosse possível observá-los de um ponto de vista privilegiado, que pudesse abarcar todos os seus movimentos, a sensação seria a de um movimento caótico, sem a indicação aparente de tendências que pudessem vir a sugerir um caminho a seguir. Entretanto, é possível prever, pelo fato de se tratar de ciclos que se encontram *todos em etapa assemelhada* (no momento atual de declínio), que dois ou mais deles “entrem em fase”² e, neste movimento descendente, promovam um realinhamento de todos os demais, numa posição depressiva, caracterizando um momento de crise sistêmica.

As proporções pressentidas desse fenômeno, que aparenta estar presente nas mais variadas áreas da atividade humana, configuram este momento como muito especial, sinalizando, não evolução ou desenvolvimento, mas transformação por ruptura. Causam, inquietação profunda, e um certo sentimento de impotência, pela impossibilidade (ou extrema dificuldade) teórica de conceber a complexidade total do problema e, conseqüentemente, definir formas de, se não superá-lo, pelo menos amenizar suas conseqüências, que se vislumbra as mais dramáticas.

² Se refere ao encontro de freqüências de dois ou mais ciclos, que mesmo com amplitudes de curva diferenciadas, apresentam durante um certo período uma coincidência entre elas.

Há, entretanto, tentativas para explicá-lo, pelo menos em parte, as quais contemplam, de maneira geral, três posições diferenciadas quanto à compreensão do problema. Uma julga tratar-se de um desvio do padrão tido como ideal, podendo ser resolvido por meio de ações específicas. Uma segunda, trata o momento atual como imanente ao fenômeno considerado; será superado pela própria dinâmica cíclica que o caracteriza, tal como já ocorreu em outros momentos aparentemente assemelhados. Há, entretanto, uma terceira posição, assumida por muito poucos formuladores (intelectuais de vanguarda) mas “gritada” por ativistas nas ruas (Seattle, Davos, Vancouver, Gênova, apenas para citar as que obtiveram maior destaque na mídia), que informa tratar-se de *um fenômeno novo* e que para atuar nele serão necessários *novas abordagens cognitivas, novos comportamentos e novas regras*.

Uma vertente que se poderia denominar ecológica, sinaliza as ameaças para a vida no planeta, causadas por radicais alterações climáticas, principalmente em consequência da emissão de poluentes gerados pelo modo de vida dito “civilizado”, característico dos países que integram o “primeiro mundo”. Paralelamente, constata-se, hoje, o que há algum tempo os integrantes dessa vertente vem denunciando: o esgotamento do modelo energético em uso, quer pela extinção da principal fonte de energia fóssil – o petróleo – e pelo alto índice de poluição decorrente de sua utilização, quer pelos riscos implícitos no uso de outras fontes, como é o caso da energia atômica. Recomendam a adoção de “tecnologias limpas”, que até o momento vêm sendo consideradas como alternativas, pelo fato de apresentarem alto custo e baixa eficiência, embora isso se deva à crença na inexgotabilidade das fontes naturais, que inibiram a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no sentido da viabilidade dessas novas fontes. A dificuldade crescente de acesso das populações a fontes de água potável é também sua bandeira, complementando esse quadro pessimista que, embora não o esgote, indica a premência da revisão do atual modelo de civilização.

Concepções, que podem ser caracterizadas como convencionais, analisam o momento atual como imanente ao fenômeno considerado, abordando a questão do ponto de vista da “crise do capitalismo”. Do conjunto de autores que se dedicam a essa análise, pode-se destacar os consistentes estudos de BRAUDEL (1976, 1977, 1981, 1982, 1984) acerca da *história do capitalismo*, a qual serviu de base a ARRIGHI (1996) para identificar quatro “ciclos sistêmicos de acumulação”³, compostos por alternância entre “fases de expansão material”, típicas de início de ciclo, e “fases de expansão financeira”, presentes na maturidade e declínio de cada um dos “ciclos sistêmicos de acumulação”. Tais ciclos

³ No Capítulo 5 está apresentada a formulação de Arrighi acerca dos “ciclos sistêmicos de acumulação”.

descrevem a adoção e a contínua expansão do capitalismo, caracterizando-o como sistema político-econômico prevalente no longo período que caracteriza a Modernidade, que se inicia com o Renascimento, Séc. XIV e XV, permanecendo até nossos dias.

Por essa concepção, o momento atual não é caracterizado propriamente como de esgotamento do modelo capitalista, embora ARRIGHI (1996) chegue a considerar essa hipótese mas sem aprofundá-la. Para ele, o que parece ter atingido a maturidade e, portanto, estar próximo de seu declínio, é o quarto ciclo sistêmico de acumulação, que vem ocorrendo sob a hegemonia dos Estados Unidos, desde meados do Séc. XIX.

Engendrado pelas próprias leis do capitalismo, que apresenta como características essenciais: flexibilidade ilimitada, capacidade de mudança e capacidade de adaptação, como forma de atingir seu único propósito, qual seja o de obter ganhos cada vez maiores, tanto financeiros quanto de poder, isto é, uma capacidade de se adaptar e flexibilizar continua e infinitamente a novas situações e contingências, enquanto mantém intacta sua essência, deverá ocorrer (ou já estará em plena formação) um novo ciclo sistêmico de acumulação, ainda mais amplo e mais complexo que o atual, cuja hegemonia deverá ser assumida por um ator ainda indefinido.

Por outro lado, não parece difícil entender porque a maior parte dos teóricos - quer se dediquem a estudos econômicos, quer a outras áreas do conhecimento -, bem como a grande maioria das pessoas comuns concebem o capitalismo como o sistema definitivo, isto é, que pode passar por revisões e desenvolvimentos, mas que não será superado como o ordenador do mundo. Na verdade, são mais de quinhentos anos olhando sempre na mesma direção, sem que um fato novo tenha se mostrado capaz de desestabilizar esse modelo, ao ponto de inviabilizá-lo, pelo menos até agora.

Entretanto, há um pequeno número de pensadores que consegue e, mais que isso, tem a coragem de formular as bases da superação do modelo vigente, embora sem datar sua ocorrência, que isto já seria exercício de futurologia. Dentre esses autores, dois nomes foram especialmente considerados na estruturação dessa Dissertação, principalmente pelo fato de, mesmo apresentando trajetórias intelectuais autônomas, suas concepções serem instigantemente complementares, apontando conclusões na mesma direção: *a superação do modelo capitalista vigente* e, portanto, *a superação da Modernidade*, por meio da construção de uma nova civilização baseada na eclosão de uma nova *cultura* (SAMPAIO, 2000) ou, segundo FLUSSER (1998) em um “*novo*

homem” (grifos nossos). Além disso, em ambas as proposições, o Brasil é apresentado como sendo potencialmente o *locus* dessa ocorrência.

O primeiro dos autores citados é Luiz Sergio Coelho de Sampaio, cuja concepção teórica, fundamentada na Lógica, que ele considera um saber sobre os modos efetivos de pensar e não mera convenção lingüística formal, forneceu a abordagem conceitual central da presente Dissertação. O segundo, Vilém Flusser⁴, que se inscreve na corrente existencialista, desenvolveu suas idéias partindo, inicialmente, de sua formação em filosofia da linguagem e, posteriormente, pela adoção do *método da fenomenologia* ou *fenomenológico*⁵, as quais não só convergem como, de certa forma, validam as conclusões de Sampaio. Ambos, representam o *pensamento inovador*, que pode significar não só a solução para os problemas que ameaçam a vida no planeta, já há algum tempo denunciados pelos integrantes da aqui denominada *vertente ecológica*, como também criar as bases de uma civilização mais humana.

2.2- A Questão Central

A questão central dessa Dissertação diz respeito à possibilidade da superação da Modernidade por meio da “implosão” de seu paradigma lógico-formal, sustentado pela Ciência, que representa uma das causas da prevalência dos valores econômicos e políticos (ou melhor, de uma simbiose entre ambos) sobre os demais valores sociais, e a construção de um novo paradigma que ponha em destaque os *valores humanos* (FLUSSER, 1998), possibilitando a eclosão de uma *civilização baseada na cultura* (SAMPAIO, 1994, 1998, 1999, 2000).

Segundo os dois autores acima citados, esta possibilidade está intimamente relacionada ao Brasil, pelas características de sua formação como Estado/Nação. Entretanto, uma vez elucidadas as questões que, consideradas estritamente do ponto de vista vigente - historicista/capitalista -, apresentam-se como sinais de atraso da sociedade brasileira, tais características afloram como “reserva criativa para uma nova

⁴ A formação inicial de Vilém Flusser se deu no campo da Filosofia da Linguagem, tendo sido professor da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

⁵ Método formulado por Edmond Husserl. A fenomenologia pretende abordar os objetos do conhecimento tais como aparecem, isto é, como se apresentam imediatamente à consciência. Isto implicaria em deixar de lado toda e qualquer pressuposição ou (pré)conceito sobre a natureza do objeto considerado.

cultura” (SAMPAIO, 2001)⁶ que deverá priorizar a “relação entre as pessoas como o sentido para a vida” (FLUSSER, 1998).

Fazendo uma primeira síntese desse pensamento inovador, pode-se citar SAMPAIO (1995), quando afirma: “Nosso destino não é entrar para o primeiro mundo, mas criar um novo modo de vida. (...) nossa destinação não é o luxo, é a originalidade. (...) não há possibilidade de nos igualarmos aos EUA. A possibilidade que nós temos é a de superá-lo.” Ou ainda como em FLUSSER (1998) “... o Brasil é chamado em toda a parte ‘país do futuro’ (...) lida existencialmente, por exemplo assim: país *miserável*, tomado de *angústia* e que dá sinais de *preocupar-se* (grifos nossos)⁷ (...) a sentença passa a ser altamente significativa, porque aí o Brasil passa a ser, não apenas país do seu próprio futuro, mas do *futuro da humanidade*.” (grifo nosso).

2.3 – A natureza psico-política do capitalismo

O exame da possibilidade de superação da Modernidade passa pelo aprofundamento da compreensão acerca do capitalismo, por ser ele “...o modo de produção próprio à Modernidade.”(SAMPAIO, 2000), em torno do qual, e a partir de cujas leis, se organiza toda a civilização ocidental e, atualmente, parte significativa da oriental.

Pela concepção de SAMPAIO, (2001)⁸ a atual crise do capitalismo é não só de natureza econômica mas, principalmente, *psico-política* (grifo nosso). Para ele, diferentemente da concepção de ARRIGHI (1996), o capitalismo não muda seu enfoque da *produção* para as *finanças* (grifos nossos). Estando, tal como Arrighi, referenciado a Marx, propõe, entretanto, que o capitalismo seja entendido mais profundamente, isto é, segundo suas motivações e estratégias fundamentais. “Na essência do capitalismo está pois a negação do desejo inconsciente e da história. Essas duas posições lógicas femininas, recalcadas, no entretanto, não se apagam ou desaparecem: de um modo ou de outro, sempre acabam voltando.” (SAMPAIO, 2000, pp. 8).

⁶ Entrevista com o autor realizada em junho de 2001

⁷ Os termos grifados possuem significados especiais segundo o Existencialismo, corrente filosófica à qual Flusser se vincula. Especialmente os termos *angústia* e *preocupação* estão diretamente relacionados à capacidade humana de “preocupar o futuro, um apresentar o futuro, um existir para o futuro.” (FLUSSER, 1998), isto é, o futuro como possibilidade aberta para a existência humana, diferentemente do historicismo, que toma o futuro como tendência de um processo objetivo e universal, associando progresso a desenvolvimento e ambos sendo inexoravelmente determinados pelo desenrolar da História.

⁸ Entrevista com o autor realizada em junho de 2001

Adota uma concepção hiperdialética do processo histórico, o qual pode ser representado pela sucessão de suas culturas *nodais* (grifo do autor), regidas por lógicas que determinam suas características estruturais mais profundas. Assim, classifica as culturas segundo categorias lógicas, que acentuam traços masculinos e femininos de agir. São consideradas “femininas” as culturas lógico-diferenciais (família D), fundamentadas na *lógica da diferença*, e as lógico-dialéticas (família I / D), fundamentadas na *dialética*. São consideradas culturas “masculinas”, aquelas fundamentadas na *lógica da identidade* ou *transcendental* (família I) e as fundamentadas na *lógica clássica* ou *lógica da dupla diferença* (família D/D ou D²) que, por corresponder à lógica da ciência, também preside a lógica da cultura ocidental. (SAMPAIO, 1999)

Segundo o autor, as lógicas femininas recalcadas pela Modernidade e, portanto, pelo capitalismo, são a lógica da diferença (D), que está associada ao (desejo) *inconsciente* e à lógica dialética (I / D), que preside a *história*.

Com base nesta concepção, propõe que o capitalismo seja entendido como composto por duas fases. A primeira, cuja motivação primordial está centrada na oferta, ou seja, na acumulação de capital por investimentos feitos na produção: *capitalismo produtivista*. “Num primeiro momento, o capitalismo faz retornar a história, conquanto que antes censurada, desnaturada, já degenerada em história calculada.” (SAMPAIO, 2000, pp. 8), conforme pode ser observado na Fig.2.1...⁹

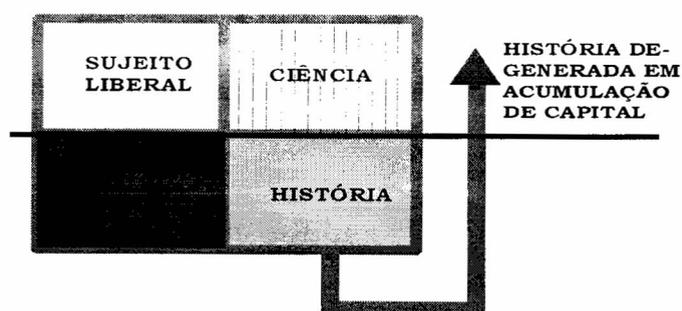


Fig.2.1- A volta da história como progresso (Fonte: SAMPAIO, 2000, pp.8)

Para exemplificar a forma como o capitalismo se apropria da *história* (censurada e degenerada em história calculada), SAMPAIO (2000, pp.8) assim se expressa: “Basta observarmos o que é hoje uma empresa: ela é norteada prioritariamente pelo cálculo

⁹ O quadrante inferior à esquerda, oculto no esquema, se refere ao desejo inconsciente.

da taxa de retorno de capital. Que se busca com isso? Tão apenas calcular o futuro, reduzi-lo a progresso¹⁰, mero processo de acumulação de capital.”

A segunda fase, cuja motivação essencial é atuar sobre a demanda, começou a se delinear aproximadamente na segunda metade do Séc. XIX, prosperou no início do Séc. XX, tendo seu apogeu com a deflagração da Guerra Fria, (assim permanecendo até hoje), constituindo a chamada “sociedade de consumo”. Nesta fase, o capitalismo passa a atuar sobre os “desejos” (inconsciente) das pessoas, manipulando-os por meio do *Marketing*, cujas “técnicas” derivam da Psicanálise, de forma a alcançar seus [do capitalismo] objetivos permanentes: *lucros crescentes*. Nesta etapa, que SAMPAIO (1999) denomina *capitalismo consumista*, o foco de acumulação é a conquista do “*mind share*”: ilusões e suas conseqüentes dívidas.

Como resposta às pressões revolucionárias e reformistas que se avolumavam por todo o século XIX, o capitalismo viu-se compelido a lançar mão de sua maior reserva estratégica – o desejo recalcado das massas. Somos de opinião que o capitalismo de *marketing* ou consumista já se anunciava teoricamente com os marginalistas austríacos¹¹ três décadas antes do fim do século XIX; tomou fôlego no início do novo século com a produção automobilística norte-americana, no entanto, experimenta um certo refreamento com a Grande Depressão. O fascismo, uma reação premonitória desesperada ao domínio iminente do capitalismo de *marketing*, fez às vezes de grande prova de passagem; finalmente, a Guerra Fria é a oportunidade para sua vitória definitiva. Configurava-se assim, pronto e acabado, o modo de produção próprio à Modernidade. Contudo, como vimos, agora exaurido em suas reservas estratégicas. (SAMPAIO, 2000).

O dinamismo da economia atual não vem mais da produção, não vem apenas do ímpeto do processo de acumulação, mas primordialmente da capacidade de manipulação do imaginário das grandes massas pelas “técnicas” de *marketing*. O desejo inconsciente teria sido afinal domesticado e integrado à economia. (SAMPAIO, 2000)

O esquema elaborado por SAMPAIO (2000), apresentado na Fig.2.2, ilustra a transformação do *capitalismo produtivista* em *capitalismo consumista*. Neste ponto da Dissertação, o que se pretende realçar é a dimensão que aparece oculta no primeiro quadro – o *desejo ou o inconsciente* - que, na fase denominada *capitalismo produtivista* ainda permanecia como uma “reserva estratégica” do capitalismo. A interpretação desse esquema será aprofundada no Capítulo 5, com a explicitação das funções dos demais componentes que o integram.

¹⁰ NOTA DO AUTOR – “Embora o termo já se encontre entre os antigos (Lucrecio), só com Giordano Bruno, Bodin e especialmente Francis Bacon, adquire o sentido moderno: *modo de ser do processo histórico, cumulativo, correndo no sentido de uma perfeição crescente*. BOBBIO, N., NATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*, Brasília, EdUnB, 1983 e ainda ABBAGNANO, N., *Diccionario de Filosofia*, México, FCE, 1966” (SAMPAIO, 2000, p. 25).

¹¹ NOTA DO AUTOR: Também chamada escola marginalista neoclássica, surgida na Áustria, no fim do terceiro quartel do século XIX, que vai situar a fonte do dinamismo econômico, não mais na oferta (projeto), mas na demanda (desejo).



Fig.2.2 Esquema da transformação do Capitalismo Produtivista em Capitalismo Consumista (Fonte SAMPAIO, 2000, pp. 09)

Ao se analisar as duas concepções sobre o capitalismo – a de Sampaio e a de Arrighi –, mesmo de forma genérica, dada a simplificação com que ambas estão apresentadas nesse Capítulo, evidencia-se, logo à primeira vista, o que as distingue fundamentalmente, e que irá apresentar conseqüências significativas quanto às conclusões dos dois autores.

Enquanto a abordagem de SAMPAIO (2000) inclui em seu modelo características humanas/culturais – o desejo inconsciente –, mesmo não desprezando as demais, as elaborações de ARRIGHI (1996) pressupõem exclusivamente componentes econômicos e políticos. Dessa forma, a leitura do capitalismo feita por Arrighi considera apenas a face concreta do fluxo do capital: aplicação direta na produção (fase de expansão material) e aplicação exclusivamente financeira¹² (fase de expansão financeira).

Se considerada a formulação de Braudel, que concebe o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares interdependentes (BRAUDEL¹³, apud ARRIGHI, 1996, p.10), poder-se-ia dizer que a abordagem de Arrighi analisa o capitalismo focalizando as evidências relacionadas à camada intermediária dessa estrutura, representada pela *economia de mercado* (grifo nosso) “com suas muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados.” (op. cit.). Já a concepção de Sampaio, centrada na explicação das causas últimas, ou seja, as razões (ou motivações) mais fundamentais que determinam os rumos do capitalismo, parece claramente focalizar o que ocorre na camada superior dessa estrutura “... onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. ...[onde] é o verdadeiro lar do capitalismo.”(op.cit.).

¹² A aplicação exclusivamente financeira caracteriza os capitais voláteis, que induzem a especulação financeira.

¹³ BRAUDEL, *The Wheels of Commerce*, Nova York: Harper & Row, pp. 229-230, 1982

2.4 –A “vida material” posta em foco: o destino da humanidade será definido pelos excluídos [ou a Batalha pela sobrevivência da humanidade será travada na camada inferior da economia]

A mencionada formulação de BRAUDEL (op.cit.) é particularmente interessante para o que se quer analisar nessa Dissertação. Por um lado, elucida os focos das duas concepções consideradas, mostrando que as leituras podem ser complementares, e que *ambas indicam o esgotamento do capitalismo como organizador do mundo* (grifo nosso). A de Arrighi, indicando o comprometimento da camada intermediária, afetada pela decadência do quarto ciclo sistêmico de acumulação. A de Sampaio, evidenciando haver problemas na camada superior, uma vez que, aparentemente, o capitalismo não possui mais “reservas estratégicas”, já que elas teriam se esgotado (pelo menos enquanto estratégia) com a “captura” e incorporação do desejo à economia.

Por outro lado, Braudel menciona a existência de uma camada inferior, por ele denominada “vida material”, caracterizada por uma economia extremamente elementar e *basicamente auto-suficiente* {grifo nosso) “a camada da não-economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue penetrar.” (BRAUDEL¹⁴, apud ARRIGHI, op.cit.)

Este aspecto merece alguns desdobramentos. Inicialmente deve-se abordar a questão da dimensão dessa camada, uma vez que o texto de ARRIGHI (op.cit.) não menciona dados e fontes de consulta, quando afirma que ela era “*a mais ampla até muito recentemente*” (grifo nosso). Trata-se, na verdade, de enormes contingentes populacionais, grande parte deles situados na linha de pobreza ou abaixo dela, de difícil contagem sistemática, cuja dimensão em muitos casos é apenas estimada.

Entretanto, quaisquer que sejam as estimativas acerca de quem está incluído e qual a dimensão dessa camada da economia, devem ser levados em conta os estudos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), os quais indicam que, de 1960 a 1997, a proporção da diferença entre a renda média auferida pela quinta parte mais rica e a quinta parte mais pobre da humanidade mais do que dobrou: era de 30 para 1 e passou a ser de 74 para 1.

Esse fato, acrescido da estagnação das três maiores economias do planeta (EUA, Europa e Japão) que já arrasta o mundo à recessão, causando demissões e cortes de

¹⁴ BRAUDEL, op.cit.

investimento generalizados, em todo o mundo, frustam os planos de crescimento dos países emergentes e, atuam diretamente nos aspectos que induzem ao aumento da pobreza. Considerando, ainda, que algumas economias são estruturadas historicamente segundo uma lógica do territorialismo¹⁵ como é o caso da China, chega-se à conclusão de que, no momento, esta camada, chamada por Braudel de “não-economia”, é significativamente maior do que as demais e tende a se ampliar.

Ao se fazer um recorte nessa camada, que incluía apenas os “miseráveis”, delinea-se um problema de natureza ética, inequivocamente atribuído ao capitalismo, que vem sendo o fundamento para as manifestações cada vez mais frequentes e ampliadas do movimento anti-globalização. Por outro lado, um segundo aspecto diz respeito ao fato de essa camada se constituir por “uma economia basicamente auto-suficiente” (ARRIGHI, 1996), o que indica que ela se organiza por meio de uma lógica própria, e que possui um grau de efetividade, o que, em tese, lhe confere a possibilidade de existência autônoma.

2.5 – Possíveis desdobramentos da crise

Aceitando-se a premissa de que a humanidade passa por um momento de crise, não apenas explicitada nos modelos teóricos e desenvolvimentos acadêmicos mas na constatação de que esta camada de “não-mercado” contempla contingentes populacionais cada vez maiores, podendo chegar a incluir países inteiros, serão examinadas, neste momento, duas possibilidades de desdobramentos.

2.5.1- Visão pessimista: A efetivação do quinto ciclo sistêmico de acumulação

Esta visão, de caráter pessimista, procura traçar o um hipotético cenário do capitalismo em seu quinto ciclo. Foi construída a partir das seguintes considerações: i) no dizer de BRAUDEL, citado por ARRIGHI (op.cit), esta camada inferior da economia se constitui “... o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar.”; ii) segundo SAMPAIO (2000), inicialmente com a incorporação da história (censurada e desnaturada) e, posteriormente com a incorporação do desejo inconsciente à economia, criando a sociedade de consumo, o capitalismo esgotou suas reservas

¹⁵ Em termos bastante simplificados, enquanto o capitalismo adquire poder pela acumulação do capital; a lógica territorialista pressupõe o aumento do poder pela acumulação de territórios, estando sua economia centrada nesses territórios conquistados. Essas características não são excludentes, especialmente para o capitalismo, que possui fazes territorialistas, quando busca ampliar seus mercados.

estratégicas; iii) uma das características essenciais do capitalismo é sua enorme flexibilidade e capacidade de adaptação.

Assim, para se perpetuar, o capitalismo pode se apropriar (de forma deturpada) de uma estratégia que vem sendo chamada de “o grande salto para baixo” (DAWAR e FROST¹⁶, apud CASTRO, 2001)¹⁷ por meio da incorporação da cultura, como um todo, à sua teia de regras e relações, o que, em conseqüência, representaria também a “posse” dessa última (e ainda inexpugnável) camada da economia.

Numa simplificação desse cenário, pode-se estimar que um quinto “ciclo sistêmico de acumulação”, em sua fase inicial de “expansão material”, continuaria a se conduzir nos moldes do *capitalismo consumista*, agora incorporando também, outros aspectos inerentes às culturas locais. Em decorrência, seus sistemas de produção deveriam possuir porte, flexibilidade e complexidade compatíveis com a demanda proveniente de enormes e diferenciados contingentes populacionais de baixa renda. Isto provavelmente deveria acelerar a deterioração da vida no planeta, pelo fato de exigir consumo acelerado e crescente de insumos de produção e de seus correspondentes dejetos poluidores. Por outro lado, aos poucos, pelo poder do *marketing*, criaria uma massa gigantesca, informe, impessoal e acrítica – uma massa globalizada de autômatos –, regida ditatorialmente pelas supostas “leis do mercado”, este também um mero brinquedo daqueles (muito poucos) que, no dizer de BRAUDEL (op.cit.), circulam na “camada superior da economia”. Estaria, dessa forma, *decretada a morte da cultura e, provavelmente, da possibilidade de vida na Terra*.

Por outro lado, o “ente hegemônico” que vier a assumir a liderança desse hipotético quinto ciclo do capitalismo poderá ou não ser um País/Estado, como ocorreu nos ciclos anteriores. Pode-se inferir que, em decorrência da complexidade desse futuro ciclo e da continuada perda relativa de poder do Estado, a tendência é que o poder hegemônico seja exercido por uma associação das forças que realmente comandam o capitalismo – Estado e empresa –, explicitando finalmente (o que hoje é apenas deduzido) as relações que presidem a camada superior do capitalismo “... a zona do *antimercado*, onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. Este – hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial – é o verdadeiro lar do *capitalismo*. “ (BRAUDEL¹⁸, apud ARRIGHI, op.cit., grifos do autor). Isto é, a camada onde

¹⁶ DAWAR, Niraj e FROST, Tony. “*Competing with giants: survival strategies for local companies in emerging markets*”, Harward Business Review, março de 1999.

¹⁷ Alguns exemplos de ações capitalistas desenvolvidas a partir da consideração às culturas locais estão citados no Capítulo 5.

¹⁸ BRAUDEL, Fernand. 1982. p. 229-30

“...o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho [economia de mercado] mas do poder político.” (ARRIGHI, 1996).

Portanto, caso realmente ocorra esse quinto ciclo mencionado por Arrighi (1996), muito provavelmente sua liderança deverá ser explicitamente assumida por uma associação complexa, formada por países agrupados num “bloco econômico” (o Estado, o “dono do poder”) e por conglomerados transnacionais (a empresa, o “dono do dinheiro”).

2.5.2- Visão otimista: A eclosão de uma nova cultura

Entretanto, se for possível despojar-se de preconceitos e superar o medo de aceitar o novo e o ainda imponderável, será possível vislumbrar uma segunda opção para superação da iminente crise da Modernidade. Esta de caráter otimista, mas não salvacionista, porque demanda, para sua realização, um enorme e árduo trabalho de deixar aflorar para as pessoas seu potencial de realização e sua capacidade de organização, no sentido de um agir orientado por novas lógicas, ainda não incorporadas, ou melhor dizendo, recalcadas no ideário das elites intelectuais, embora estejam difusamente incorporadas à vida cotidiana do “povão”.

Segundo SAMPAIO (1995, 1996, 1999a, 199b, 2000) e FLUSSER (1998), utilizando argumentação diferenciada, tal possibilidade está estreitamente relacionada às condições potenciais da sociedade brasileira, desde que ela não se molde (ou seja moldada) à “globalização”. Isto é, desde que ela mantenha sua capacidade de resistir aos esquemas globalizantes e transforme essa resistência em ação inovadora.

Ao se examinar essa possibilidade, o primeiro questionamento a ser feito diz respeito ao tema central dessa Dissertação - a superação da Modernidade -, iniciando-se por denunciar a farsa representada pelo argumento da “pós-modernidade” como sinal de desenvolvimento. Com relação à Modernidade, pode-se enumerar algumas de suas evidências: i) é presidida pela lógica da Ciência; ii) o sujeito da Ciência – sujeito individualista, fordiano¹⁹, espécie de guardião dos valores anglo-saxões - é quem garante sua {da Modernidade) sistematicidade; iii) o *capitalismo consumista* é seu modo de produção característico.

¹⁹ Menção ao cineasta americano John Ford e a seus filmes, que contam sempre a mesma história do herói que tem como missão zelar pela preservação do sistema de valores (anglo-saxões) americano, restaurando quando em desequilíbrio e reproduzindo-o indefinidamente.

Assim, considerando que esses três aspectos essenciais não foram ainda superados, então a Modernidade também não o foi, daí derivando ser completamente equivocado (ou malicioso) falar-se em Pós-Modernidade, quando as forças hegemônicas da sociedade ainda impõem seu (velho) paradigma. Trata-se, pois, de denunciar, como SAMPAIO (1999 b):

A nulidade crítica das ideologias não autoriza mais esperanças. O século XX demonstrou, com fatos, a violenta impotência (que era já constitutiva) das ideologias. Elas visavam apenas substituir o sujeito liberal (sujeitado) da ciência, concomitante a uma furtiva inversão do mando: a esquerda, optando pelo sujeito coletivo; a direita, pelo sujeito romântico ou telúrico. Almejam, todas, o capitalismo sem jaça, o círculo quadrado perfeito. Não há mesmo saídas laterais, daí, o império hoje do pensamento único. Mas não se provou que não possa haver alguma saída, o que, por suposto, nada tem a ver com a rósea e nauseabunda terceira via social-democrata (mais uma!). (SAMPAIO, 1999b, pp.1).²⁰

O segundo, que toma por base o pensamento de SAMPAIO (1995, 1996, 1999 a, 1999 b, 2000) acerca da história da cultura, elaborada por meio da representação da sucessão de suas culturas “nodais”, adotando uma concepção hiperdialética – lógico-qüinqüitária – no que se refere à definição de suas lógicas.

Por esta concepção, a superação da cultura moderna, alicerçada na lógica clássica ou lógica da dupla diferença (D/D ou D^2) pode ser considerada um processo natural e irreversível que, entretanto, não ocorrerá sem traumas. Encontra-se, assim, em gestação, uma *nova cultura*, que trará de volta a história, mas uma *história não calculada e livre de censura* (lógica feminina I/D) e o *desejo inconsciente* (lógica feminina D), agora integrados à lógica da ciência (masculina D^2). Esta nova cultura – hiperdialética qüinqüitária -, representada pela lógica $I/D/D$ ou I/D^2 , que se constitui na síntese das lógicas precedentes: da identidade (I); da diferença (D); dialética (I/D) e clássica (D^2), pela primeira vez na história da cultura, não estará mais referenciada a “masculino” ou “feminino” como aspectos excludentes, mas integrados na essência do *humano*.

Ora, se a lógica dessa nova cultura nascente corresponde à natureza humana e o homem por natureza é um ser transcendental, também pela primeira vez o homem (e não apenas alguns poucos eleitos) se relacionará diretamente com o Absoluto, sem intermediários ou “tradutores” dessa relação. “Torna-se agora óbvia a carência de uma compreensão histórica profunda (logo, histórico-cultural) para mais além das ideologias.” (SAMPAIO, 1999 b, pp.1).

²⁰ Segundo Sampaio (1994, 1999), cada um dos mencionados “sujeitos” está referenciado a quatro lógicas, sendo duas “femininas” (D e I/D) e duas “masculinas” (I e D^2). O sujeito liberal (sujeito da Ciência), espécie de guardião dos valores anglo-saxões (cultura hegemônica), atua segundo a lógica identitária (I). Ao sujeito coletivo, assumido pelas ideologias de esquerda, corresponde a lógica dialética

Complementando o conjunto de argumentos que sustentam a formulação da questão central dessa Dissertação, chega-se ao seu ponto crítico, qual seja, o de indicar perspectivas da ocorrência dessa nova cultura, a qual deverá ser capaz de superar a Modernidade. E, além disso, justificar, na medida do possível, tais indicações, o que por certo é das tarefas mais complexas, uma vez que são ainda muito imprecisos os contornos dessa nova realidade nascente, ensejando interpretações divergentes e mesmo antagônicas. Quanto a esse aspecto, as limitações mais importantes dizem respeito ao fato de ainda se estar operando a partir do velho paradigma, o que dá causa a este turvamento no olhar. Outro grande risco que precisa ser monitorado é o de adotar uma postura de “exercício de fé” ou de “ufanismo”, dado que os dois autores selecionados indicam ser o Brasil (mas não só, e apenas se observadas determinadas condições) o local dessa ocorrência fantástica.

A síntese elaborada por SAMPAIO (1999 b, pp. 3-4) traça um panorama que, a um só tempo, funciona como justificativa para a indicação da posição privilegiada do Brasil nesse cenário e como indicativo das dificuldades a serem superadas, delineando a dimensão do trabalho a ser empreendido. Nela estão enunciados, didaticamente, os seguintes aspectos:

- as condições dadas pelo processo de formação:

Agora nós os brasileiros. O peculiar processo de formação da cultura brasileira. Fontes diversas recapitulando a história hiperdialética da cultura. Etapas intermediárias: a formação de uma territorialidade, obra de desmedidos mamelucos; após, com as minas, a formação de uma interioridade, obra de seletos mulatos; por fora a tez e, por dentro a inteligência, ainda uma obra destes e muitos outros, cada um trazendo a sua cota parte.

- os alertas para os riscos:

Entrementes, por não se tratar até agora de obra acabada, é preciso estar alerta aos perigos da globalização, que em essência é cultural e por isso, em seu propósito último, resolutamente etnocida. Na linha de frente (do inimigo), nossa elite burra, pedante; para baixo, prepotente, cruel e debochada; para cima, subserviente, despudoradamente entreguista.

- as potencialidades:

Para nossa sorte, na linha de resistência, sempre ativa, a grande “marginalha” rural s suburbana, que é a gente que de fato conta se o caso é cultura (não economia & finanças).

(I/D), enquanto que o sujeito telúrico, que representa a direita, atua segundo a lógica da diferença (D). O Capítulo 5. trata dessa questão em maior detalhe.

- As conclusões:

Clarifica-se, afinal, o paradoxal dualismo: na verdade, *uma resistência, não reativa, mas prospectiva*, (grifo nosso) em tudo clarividente (um reservar-se, um se pôr sempre um pouco à parte) à modernização: trata-se do povão fiel ao seu destino. De modo algum somos Belíndia, mas a *vontade* (grifo nosso) de Belárgada²¹, onde, em verdade, seremos tudo e por cima todos amigos do rei.

Chama a atenção a grande semelhança entre as indicações de SAMPAIO (op.cit.) e FLUSSER (op.cit.), sendo de interesse, mencionar uma síntese de seus prognósticos, enfocando o Brasil.

(...) trata-se de pessoas de tal forma atordoadas pelo seu exílio que vagueiam, tontas na imensidão vazia do seu espaço. (...) Múltiplos indícios existem que essas pessoas começam a acordar e dar-se conta de si mesmas. E esse acordar se dá em momento crítico, a saber em momento no qual o resto da humanidade parece tomado de delírio, precipitando-se rumo a um abismo.

Podem ocorrer dois, e apenas dois, desfechos: ou a humanidade arrastará consigo²² o grupo atordoado no progresso rumo ao abismo, ou o grupo acordou o suficiente para resistir ao impulso²³, salvar-se e possivelmente contribuir para sustar o progresso da humanidade. Em outros termos: ou o Brasil é um país em pleno desenvolvimento (vale dizer, à beira daquele abismo), ou o Brasil é país que dá origem a uma nova maneira de estar no mundo.

(...) Os países históricos são vítimas de ideologia que começa a revelar-se delírio, delírio esse que ameaça não apenas a liberdade e a dignidade humanas, mas talvez até a existência física humana. No Brasil, a ideologia progressista opera, e opera com maior justificativa, porque aqui ainda não foi alcançado o nível que torna o delírio evidente. Mas, a despeito disso, a ideologia não permeia o ambiente brasileiro, apenas o encobre superficialmente. Sob tal manto se prepara nova identidade humana, que em certos lugares já rompeu a cobertura e surgiu à tona.

Isto não significa ser o Brasil o único lugar no mundo no qual o processo ocorre, nem que o Brasil seja a única esperança para a humanidade. (...) um dos vários lugares (não muitos lugares) é o Brasil da atualidade.

(...) o Brasil é país miserável (...). Em tal situação de miséria, porém, existem germes de um projeto brasileiro, o qual, mediante síntese de elementos heterogêneos, visa a uma nova maneira de vida humana, digna, lúdica e criadora. (...) O projeto, embora apenas germe, está aqui, não é mera fantasia, por mais que várias ideologias o queiram negar porque o *projeto se opõe ao progresso por elas visado*. (grifo nosso) (...) nem é utopia querer descobri-lo, porque, no final das contas, se não fosse tal projeto, a vida não teria existido. (FLUSSER, 1998, pp. 163-173))

Em ambos os autores, o que ressalta é uma convergência de análise, indicando que a superação da Modernidade se dará por meio de um projeto humano, que na verdade

²¹ Uma referência a Passárgada, o lugar utópico criado pela imaginação ou (pré)visão de Carlos Drummond de Andrade.

²² Visão correspondente ao “entrar em fase”, mencionado no início deste Capítulo.

²³ As mesmas idéias de Sampaio ao mencionar “*uma resistência, não reativa, mas prospectiva*, (grifo nosso) em tudo clarividente (um reservar-se, um se pôr sempre um pouco à parte) à modernização.” SAMPAIO(op.cit)

sempre existiu, estando momentaneamente²⁴ embotado (no caso dos países ditos desenvolvidos) ou contido em “estruturas subterrâneas, soterradas por ideologias” no caso do Brasil.

Da mesma forma, para ambos os autores, um mesmo segmento da população brasileira é o que reúne as melhores características para gerar esse “*novo homem*” ou essa “*nova cultura*”. Suas origens, para ambos, estão ligadas ao processo de estruturação do país, e se traduzem na síntese da raça e na construção do território: “*desmedidos mamelucos*” e “*seletos mulatos*”, “*a marginalha*”, “*o povão*”, para Sampaio; o “*caboclo*”, para Flusser. Seu isolamento no interior forjou sua atitude frente à vida, que se traduz numa uma atitude mental de independência e de alheamento ao progresso, posicionando-se “acima” da ideologia.

Parece que a mistura de raças conseguiu alcançar uma síntese graças à qual o especificamente racial cede ao genericamente humano em novo nível (no caso: ao genericamente feminino). (...) Na síntese, os ingredientes são elevados a novo nível no qual desvendam aspectos antes encobertos. (...) Obviamente o Brasil é o país da mistura. Mas potencialmente, por salto qualitativo, é o país da síntese [autêntica porque não deliberada], como sugere o exemplo da raça. (FLUSSER, 1998)

O verdadeiro engajamento brasileiro não é no progresso, mas em meta não-progressista alcançável apenas se o método do progresso for aplicado até certo ponto. (uma utopia – lugar nenhum – correspondente à plenitude dos tempos, dentro do qual a história desemboca, mas é um lugar fora do tempo, um lugar exemplificado pelo carnaval e outros fenômenos brasileiros. (FLUSSER, 1998)

²⁴ Mesmo que este momento já dure há mais de quinhentos anos.

3- O QUE SINALIZA O MUNDO REAL

3.1 Antecedentes: A trajetória da elaboração da dissertação

A trajetória da elaboração dessa Dissertação é longa, tendo mudado de rumo diversas vezes, principalmente por uma questão, que só ficou clara quando da elaboração do seu texto final: o medo de ousar o novo; uma inquietação profunda frente à realidade atual e, ao mesmo tempo, a insegurança em se perceber tão pequena e frágil frente à dimensão da obra a ser construída. Entretanto, a certeza de que há urgência em se fazer algo, mesmo que isto represente apenas iniciar uma reflexão sobre as possibilidades de uma saída otimista para a crise que se aproxima, uma saída que está em plena construção por uns poucos (muito poucos, aliás) e que precisa ser divulgada, para que possa ser aprofundada e aperfeiçoada.

Ela tem início com o Projeto de Tese apresentado como exigência da seleção para o Curso de Mestrado em Engenharia de Produção. Tinha como hipótese analisar o processo de geração do conhecimento e investigar de que forma ele se comportava, no âmbito das organizações tidas como convencionais, em momentos de introdução de novas tecnologias.

Essa idéia inicial foi originada, dentre outros aspectos, pela consideração às idéias defendidas por SAMPAIO (1994, 1995), que fundamentadas em sua Antropologia Filosófica, assinalava a necessidade da consideração à cultura para se fazer leituras mais adequadas da realidade humana.

O foco de observação foi direcionado, principalmente, para o comportamento das equipes que compõem o “chão de fábrica”, considerando-se o perfil do trabalhador brasileiro, especialmente suas características de baixa escolaridade e insuficiente formação profissional, e os impactos e dificuldades presentes no processo de mudança que ocorre ao ser introduzida uma nova tecnologia.

A atuação direta na realidade foi possibilitada, pela atuação em projetos desenvolvidos pelo GPI/COPPE/UFRJ e pela participação em projetos da Secretaria Municipal do Trabalho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no período 1997/2000, o que não só confirmou que as dificuldades decorrentes da introdução de tecnologias estão relacionadas ao perfil do trabalhador mas também à sua própria concepção de organização, que mostrava certa incompatibilidade com os *modelos de organização formal* praticados pelas empresas. Isso chamou a atenção pelo fato de, aparentemente, existirem dois sistemas operando dentro de

uma mesma organização: o adotado pela alta direção e seu corpo técnico com formação superior e o constituído pelo conjunto dos trabalhadores (qualificados ou não) de menor nível de escolarização e provenientes das camadas populares, uma vez que a *construção de tais modelos tem base cultural* – valores, regras, princípios éticos, etc., próprios a cada um dos grupos sociais considerados. Por outro lado, também ficou evidenciada a existência de um mercado informal, representando cerca de 50% da força de trabalho, no Município do Rio de Janeiro, que mantém diferentes “protocolos de comunicação” com o mercado formal.

Neste ponto da pesquisa, abriram-se duas possibilidades de aprofundamento. Uma que procuraria descrever com maior precisão o relacionamento entre os dois conjuntos identificados no âmbito das organizações (hipótese inicial da Tese de Mestrado), com a proposta de indicação de formas para sua otimização. Uma outra, que procuraria aprofundar o conhecimento acerca da dinâmica existente nesse mercado informal, identificando as eventuais estruturas organizacionais existentes (mesmo que precárias) ou latentes e as possibilidades do estabelecimento de relações formais produtivas com o mercado formal, gerando ou intensificando desenvolvimento.

Nesse particular, foi fundamental o aprofundamento da consulta à obra de Sampaio, buscando um entendimento mais adequado do que o autor propõe quando delinea a possibilidade do surgimento de uma nova cultura – com grandes possibilidades de o Brasil ser o²⁵ *locus* dessa ocorrência -, com condições de suplantando a civilização ocidental, por dedução lógica da história de suas culturas. A leitura de novos textos e, principalmente, algumas (longas) entrevistas mantidas com o autor, possibilitaram uma re-focalização do problema e a percepção mais adequada da dimensão e da complexidade do estudo. Isto foi ainda acentuado pelo acesso à obra de outro autor – Vilém Flusser – que, ao traçar um perfil do brasileiro, também descobre as mesmas singularidades que fizeram Sampaio afirmar “Nosso destino não é entrar para o primeiro mundo, mas criar um novo modo de vida.” (SAMPAIO, 1995, pp. 29) A transcrição de uma síntese da visão de Flusser marca a semelhança entre as duas concepções:

O fato de [o homem] ter sempre se safado [de situações aparentemente sem saída} no passado não prova que conseguirá o mesmo atualmente. No entanto, em vários lugares surgem sintomas que tornam possível nutrir-se esperança de que a humanidade se salvará ainda uma vez, e afirmará sua dignidade perante o absurdo que é o mundo. E um dos vários lugares (não de muitos lugares) é o Brasil da atualidade. (FLUSSER, 1998, pp. 172)

²⁵Segundo o autor, embora o Brasil não seja a única possibilidade de ocorrência desse fenômeno, aparenta ser o país que reúne as condições potencialmente mais favoráveis para que tal fato aconteça, desde que algumas condições permaneçam, principalmente um certo “alheamento” à Modernidade, que caracteriza o povão.

A partir desse momento, a Dissertação ganhou sua forma e contextura com a qual se apresenta neste documento. A inserção na prática, descrita neste Capítulo, deixa de ter importância, para o presente trabalho, pelo fato em si, mas torna-se fundamental pelas reflexões que foram possíveis a partir de sua realização.

Não se quer dizer com isso que a intervenção não tenha tido outros desdobramentos, uma vez que seus resultados ainda estão presentes junto aos beneficiários da ação. Esta é razão pela qual estão descritos, no presente trabalho, tanto o processo de intervenção, que foi feito com a participação de lideranças de comunidades carentes do Rio de Janeiro, quanto as reflexões efetivadas sobre este processo com base no referencial conceitual adotado.

Entretanto, algumas das inquietações originais não foram abandonadas, como por exemplo: como são construídos os conceitos?; que aspectos, estruturas e outras condicionantes estão envolvidos nesse processo de criação?; o componente cultural é um fator de diferenciação na formação de conceitos?; e no desenvolvimento de tecnologias, quer sejam elas de produção ou de gestão?; se isto ocorrer, pode ser um impeditivo à comunicação entre indivíduos, grupos e tecnologias?; é possível estabelecer “protocolos de comunicação” que ajudem a superar *gaps* de compreensão entre indivíduos e grupos ocasionados por diferenciação conceitual?; é possível (ou desejável) um esforço para definir conceitos “universais”?; além de outros assemelhados. Assim, ao longo da elaboração da Dissertação, vários desses questionamentos afloraram. Alguns foram claramente mencionados. Outros apenas insinuados. Alguns permanecem, ainda, intocados.

Por outro lado, o referencial teórico sinalizava a possibilidade de desenvolvimentos ainda mais arrojados do que os imaginados ao se conceber a hipótese de intervenção. Em vez de uma adaptação do mercado informal a regras preestabelecidas pelo mercado formal, à semelhança do que ocorre nos processos de DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), uma nova regra concebida a partir de uma perspectiva cultural que, numa primeira formulação poderia apresentar o seguinte enunciado: algo (ou uma sucessão de fatos articulados) que venha a se caracterizar como “onda de impacto”, segundo MORIN (1975) ou conforme propõe SAMPAIO (1995, pp. 28) “...uma cultura englobante, uma nova cultura. (...) Nosso destino não é entrar para o primeiro mundo, mas criar um novo modo de vida.”, cuja difusão deverá se dar por meio de um método que permita “...estudar todo o conhecimento físico no seu enraizamento antropossocial, como estudar toda a realidade social no seu enraizamento físico.” (MORIN, 1977). *O método da complexidade*.

Dessa forma, aos questionamentos iniciais, foram acrescentados outros, sinalizando para a necessidade de aprofundamentos de estudos em muitas direções e abrangências. Alguns deles estando mencionados no Capítulo 6, que trata das conclusões do presente trabalho.

3.2- A intervenção na realidade

3.2.1- A justificativa

Ao definir a parcela da população brasileira que reúne as reais potencialidades para “parir” uma nova cultura (dado que esta já se encontra em gestação), convém atentar para o que dizem Sampaio e Flusser. SAMPAIO (1999 b, pp. 3-4) dá um indício, ao atribuir a construção da identidade do Brasil (obra em processo) a “desmedidos mamelucos” e de “seletos mulatos”, isto é, ao “povão” como ele mesmo menciona. FLUSSER (1998) ao definir o “caboclo” como uma espécie de categoria sócio-brasileira, também se refere àquela parcela da população que evidencia a *síntese racial*, sendo esse o argumento usado pelos dois autores para evidenciar a potencialidade de uma nova cultura ter origem no Brasil.

É evidente que ambos os autores não propõem que a revolução pela cultura ocorra apenas pela ação das camadas populares, especialmente se considerarmos que elas estão submetidas a perverso processo de exclusão social de natureza econômica, o que acaba ensejando a manipulação de sua cultura pela “elite” (criando em seu lugar uma “cultura da massa”), o que apenas retarda a possibilidade do surgimento da *nova cultura autêntica*. O que ambos os autores chamam a atenção diz respeito às estruturas mais profundas de pensamento dessa gente, as quais representam a essência do “novo homem”.

FLUSSER (1998, pp 132-152), que se aprofunda mais nessa questão, propõe distinguir entre três tipos de cultura brasileira:

Um nível cultural não-histórico²⁶ básico, que tem semelhança estrutural com culturas do tipo paleolítica e maia. Um nível intermediário para-histórico, que tem semelhança estrutural com a cultura ocidental de elite, e que inclui tanto a ‘cultura da elite’ quanto a ‘cultura da massa’ (...). E um nível superior não-histórico que tem estrutura incomparável²⁷ e que é o nível da verdadeira cultura brasileira, no sentido de “cultura do homem novo”. (FLUSSER, 1998, pp. 133)

²⁶ O conceito de não-histórico, que aparentemente não tem conotação valorativa, não será aprofundado no presente estudo. Segundo conceito formulado pelo autor, refere-se todas as culturas que não estejam situadas geograficamente “em larga faixa que cinge o globo entre os graus 25 e 60 do hemisfério norte.” (FLUSSER, 1998, pp. 34)

²⁷ No sentido de que não há outra cultura com a qual possa se estabelecer comparações.

Entretanto, tais níveis não se referenciam a categorias sociais à semelhança de castas. Segundo o autor, tais categorias, que foram tecidas a partir do contexto brasileiro, “não passam de meras abstrações didáticas” a serem utilizadas como instrumento de análise “...podem servir de critério para distinguir entre vários traços de um fenômeno dado, de forma a poder-se dizer, aproximadamente, qual nível cultural predomina”. (FLUSSER, op.cit., pp.133)

Considerando que as camadas populares são constituídas em sua grande parte por indivíduos que correspondem àqueles descritos por Sampaio e por Flusser, (este, inclusive se refere a “caboclos urbanizados” quando fala das populações faveladas), como os que apresentam as reais possibilidades de “dar o salto qualitativo” no sentido da nova cultura; parece não haver dúvidas de que é por elas que se deva começar a investigação.

O foco de atuação se dirigiu às Associações de Moradores de comunidades de baixa renda, em especial de favelas beneficiadas pelo Programa Favela-Bairro, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A intenção inicial (antes do aprofundamento da reflexão com base nas idéias de Sampaio e de Flusser) foi a de averiguar sua capacidade potencial de organizar as populações locais e se, em conseqüência, elas poderiam se constituir em estratégia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Essa primeira abordagem acabou por se configurar de grande utilidade, uma vez que as conclusões (desde o início) indicavam a inadequação do modelo utilizado pelo DLIS para promover o desenvolvimento de comunidades de baixa renda, inicialmente atribuído ao ambiente pobremente irrigado do ponto de vista econômico. Entretanto, as novas fontes possibilitaram um novo “olhar”, se bem que ainda muito superficial, possibilitando outros endimentos acerca da impossibilidade da adoção de modelos externos.

Mas, ao olhar o caboclo nacional, acororado no mato ou na esquina da cidade grande, sofrendo de todas as doenças imagináveis somadas à maior apatia, Flusser surpreende-se reconhecendo-o capaz de resistência, inteligência e ironia, constituindo imprevista fonte de uma autêntica cultura do futuro. (...) Sua aparente submissão esconde, na verdade, um orgulho e uma dignidade tais que se mostram inacessíveis a um “civilizado”(aspas do autor). O imigrante [Flusser], então, se percebe ele mesmo incapaz de compreender “essa gente”, precisando recorrer a fontes literárias para captar algo dessa mentalidade subterrânea (nomeadamente, à literatura de Guimarães Rosa e Euclides da Cunha). (BERNARDO, *in* FLUSSER, 1998, pp.22-23)

Além disso, foram também analisadas duas outras organizações constituídas pelo esforço empreendedor de residentes em comunidades caracterizadas como “favelas” – uma no Complexo da Maré e outra em Vigário Geral -, que se têm destacado em suas respectivas

áreas de atuação. Com relação às duas últimas, serão apenas feitos registros pontuais, comparativamente ao que ocorreu no trato com as Associações de Moradores.

3.2.2- Contexto da Intervenção

3.2.2.1- A concepção da intervenção e seu viés “civilizatório”

No período compreendido entre 1997 e 2000, a Secretaria Municipal do Trabalho (SMTb), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pautou suas ações por referências formais, obtidas por meio de pesquisas e análises acerca das tendências do trabalho e do emprego no País e, mais especificamente, no Município do Rio de Janeiro, tendo deliberadamente focalizado as populações menos privilegiadas como objeto prioritário de sua ação. Neste sentido, seu recorte de atuação foi direcionado às comunidades incluídas no Programa Favela-Bairro²⁸, pelo fato de essas áreas apresentarem indicadores sociais significativamente inferiores aos valores médios obtidos no Município. Da mesma forma, quando comparados a indicadores de áreas ditas urbanas – bairros -, muitas vezes localizadas na mesma área geográfica dessas comunidades, a disparidade foi ainda mais flagrante, expondo os resultados da exclusão a que essas populações são submetidas.

A formulação das propostas de ação da Secretaria, alicerçada em *dados da realidade econômica*, expressos nos indicadores, e em consulta sistemática à sociedade civil organizada, e a representações das populações atendidas, teve por princípio a (suposta possibilidade de) incorporação dos valores, expectativas e modos especiais de convivência social de suas clientelas, de forma a obter resultados mais efetivos e permanentes, numa perspectiva da construção de políticas públicas.

Da mesma forma, buscou definir e consolidar mecanismos de avaliação de suas atividades por meio do estabelecimento de critérios e de parâmetros claros e acessíveis, tendo como propósito elucidar o aproveitamento, pela sociedade, dos recursos públicos a ela destinados, ao mesmo tempo em que incentivou uma participação mais ampla dos beneficiários das ações, no sentido da definição de prioridades para a aplicação desses recursos.

²⁸ Programa de intervenção em comunidades constituídas por favelas, visando sua incorporação ao contexto urbano, por meio de recuperação de sua infra-estrutura e adensamento da rede de serviços públicos.

Um dos entraves à estruturação de sistemas de planejamento e avaliação que incorporem os beneficiários como participantes ativos é a insuficiente capacitação e o baixo nível de articulação das camadas populares não-organizadas, dificultando sua atuação em projetos e outras iniciativas de cunho comunitário e social. Este fato se agrava quando se constata que essas deficiências também dizem respeito às lideranças por meio das quais essas populações são representadas, as quais não estão suficientemente preparadas para fazer a gestão de projetos dessa natureza.

Por outro lado, de maneira geral, tais sistemas são elaborados a partir da perspectiva da “camada intelectual e acadêmica, uma espécie de elite” (FLUSSER, 1998, pp. 41), da qual em grande parte se originam as equipes formuladoras desses sistemas. Em decorrência, as posições assumidas são convencionais e elitistas²⁹, definindo elas próprias os componentes e os instrumentos a serem utilizados e, muitas vezes, seu próprio conteúdo, sem incorporar a visão e contribuição de outros atores diretamente afetados por esses sistemas.

Esta constatação levou a SMTb a propor o desenvolvimento de um conjunto de ações, com o envolvimento, tanto de sua equipe técnica, quanto de suas clientelas e parceiros, com o propósito de estruturar e qualificar o “*controle social*”, a ser realizado a partir da perspectiva das populações atendidas, por meio de sua intervenção direta nos processos de planejamento e avaliação das ações empreendidas pelo governo, possibilitando a construção de uma esfera pública, a partir das demandas e das iniciativas populares.

Entretanto, agora se percebe que, mesmo essa abertura para incorporar as populações atendidas pelas políticas, foi ainda insuficiente e inadequada, pelo menos no sentido que se almeja, isto é, possibilitar o afloramento das estruturas profundas, capazes de produzir real inovação e, em conseqüência o surgimento de uma nova cultura. Dado que a concepção da intervenção se fez prioritariamente a partir de pressupostos típicos de “civilizados”, portanto evitados de ideologia transplantada de países tidos como desenvolvidos, os resultados dessa intervenção devem ser bastante

²⁹ A expressão elitista, tanto designa a postura assumida pelas classes dominantes frente às classes populares, tidas como incapazes de formulações conceituais, quanto designa a dificuldade do relacionamento de especialistas com outros grupos que não compartilham seus valores e normas de comportamento e conhecimentos.

relativizados. Na verdade ela pode ter contribuído não para incorporar valores dessa camada popular (desses “caboclos urbanos”), mas para operar aculturação.³⁰

3.2.2.2- O Programa Favela-Bairro e suas relações com as comunidades

Considerando que o Favela-Bairro é uma forma de intervenção urbana concebida dentro dos princípios da fixação das populações nos locais onde residem, (e não de sua remoção), por meio da reversão da lógica da ocupação desordenada do solo, típica de favelas e de outros assentamentos populares irregulares, e a posterior regularização de sua situação habitacional, através da concessão de titularidade, fica claro que essas intervenções não podem ficar restritas às obras civis, que são a parte mais visível do processo.

Trata-se de uma intervenção na cultura, portanto, na própria identidade desses grupos. As ações que visam reforçar a rede de interações sociais já existentes e até mesmo promover mudanças, precisam estar solidamente construídas a partir das percepções, valores e expectativas dos residentes, sob pena de promover fragmentação e cisões irrecuperáveis na personalidade desses grupos sociais, o que seria causa de resultados negativos para o Programa.

Ao analisar a forma de intervenção do Programa Favela-Bairro nessas comunidades verifica-se alguns aspectos favoráveis, que denotam uma preocupação com a cultura local:

- além dos estudos e cálculos relacionados à obra propriamente dita, ligados ao campo das Engenharias, e da análise da viabilidade de custos, foram realizados estudos de natureza sociológica, que antecederam o *design* do projeto;
- para desenvolvimento dos vários projetos foram selecionados arquitetos sensíveis às questões de urbanização de áreas populares e, freqüentemente com experiência anterior nesse tipo de projeto e/ou junto à comunidade para a qual seria elaborado o projeto;
- antecedendo o início das obras, os projetos foram apresentados às respectivas comunidades, ocorrendo um processo de consulta popular, que contou com significativa participação dos moradores, por meio do qual foram negociadas (e efetivadas) mudanças nos projetos básicos, visando ajustá-los às demandas das comunidades;

³⁰ Processo em que uma cultura tida como “mais forte” ou dominante, impõe seus valores e modos de agir a outra cultura.

- as lideranças locais foram valorizadas, transformando-se nos interlocutores privilegiados das autoridades responsáveis pelas obras, dentre elas, o próprio Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, não fica claro se tais procedimentos foram decorrentes de concepções baseadas na valorização das culturas locais ou se eles ocorreram apenas por intuição, bom senso, receio da reação dos residentes e das estruturas marginais que muitas vezes dominam essas comunidades ou, ainda, por força dos contratos internacionais com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiou parte do Projeto, dos quais constavam, explicitamente, cláusulas determinando o envolvimento da população beneficiária nos processos de consulta e decisão sobre a intervenção física.

Acentuando essas dúvidas, deve-se analisar o papel de uma estrutura criada em cada uma das comunidades incluídas no Favela-Bairro. Trata-se do POUSO³¹, estrutura subordinada à Secretaria Municipal de Habitação (SMH), órgão do governo municipal responsável pelo Programa Favela-Bairro, e instalada nas comunidades após a conclusão das obras, com o objetivo de consolidar os resultados da intervenção e garantir o investimento feito, evitando deterioração precoce das benfeitorias. Essa estrutura é constituída por profissionais remunerados pela Prefeitura, podendo ser funcionários ou terceirizados, sendo um arquiteto, uma assistente social e, dependendo do porte da área de intervenção, de sete a dez agentes comunitárias recrutadas na comunidade.

Segundo a concepção de atuação desse equipamento público, a equipe deve interagir com a comunidade, assessorando-a e promovendo a consolidação da intervenção. Na prática, em muitos casos, a atuação do POUSO causou inúmeros problemas, gerando atritos com a comunidade onde está localizado, e desencadeando uma luta de poder com as lideranças locais, com as quais disputam um certo “direito de posse” sobre a comunidade.

As dúvidas referidas anteriormente, quanto à real valorização das culturas locais pelo poder público podem ser expressas pelo menos nas seguintes indagações acerca da necessidade de uma estrutura como o POUSO:

- Se o processo de intervenção foi realizado a partir de consulta às populações locais e se essas valorizaram os benefícios advindos do projeto, que razões são enumeradas para justificar a existência de monitoramento externo?
- Se as lideranças locais foram consideradas interlocutores privilegiados na etapa de implantação do Projeto, exercendo um papel político importante no

³¹ POUSO – Posto de Orientação Urbanística e Social

processo de negociação do governo com a comunidade, o que altera essa situação ao seu final, quando elas são substituídas por uma estrutura técnica ligada ao governo?

Uma análise da situação parece indicar que se trata de um velho fenômeno: o da tutela efetivada pela classe dominante sobre as classes populares, que parecem estar sempre sob suspeita, tanto como se fossem imaturas para assumir a responsabilidade pela gestão de sua própria vida, e portanto havendo a necessidade de ser tuteladas, quanto pelo fato de serem julgadas incapazes de se manter dentro dos padrões impostos, por rebeldia, incapacidade ou vocação para o delito.

Qualquer que seja a interpretação, a polêmica mais básica se passa no campo da cultura³². Enquanto a elite elabora o mundo segundo um modelo jesuítico – o do sujeito coletivo –, o “povão”, por herança da cultura negra, tende a privilegiar o sujeito inconsciente, romântico, telúrico ou libidinal. Essas duas lógicas, entretanto, não são inconciliáveis. “Povão e elite, de certa forma, têm a mesma cabeça, resultado também da mistura cultural. Somos ora jesuíticos, ora libidinais. O que não aceitamos é o sujeito liberal, o sujeito individualista.”(SAMPAIO, 1994, 1995 p. 28)

Outra explicação, que alia componentes políticos e econômicos pode ser depreendida do que afirma Jurandir Freire Costa (1997, p. 68) “As elites brasileiras monopolizam a maior parte das riquezas materiais do país e os instrumentos que consagram normas de comportamentos e aspirações como recomendáveis e desejáveis. Seu valor estratégico, no que concerne a mudanças sociais é, por esse motivo, de grande importância”

Pelo ponto de vista expresso na frase inicial da citação de Costa, as elites se consideram habilitadas para ditar todas as regras de conduta. Assim, uma estrutura como a do POUZO seria plenamente justificada. Entretanto, ao se adotar, nesta Dissertação, o ponto de vista de Sampaio (1994, 1995, 2000), o valor estratégico das elites como impulsionadoras de mudanças sociais a partir da imposição de suas

³² Para Sampaio, a cultura moderna está associada à ciência e à sua lógica. Assim, a grande problemática ideológica moderna diz respeito fundamentalmente quanto a quem deva ser o sujeito da ciência. Para o paradigma anglo-saxão (cultura hegemônica ligada à concepção de modernidade) ele é o **sujeito liberal**, individualista, fordiano. Para a direita é o **sujeito inconsciente cultural** (romântico, telúrico ou libidinal) Para a esquerda, o **sujeito coletivo** ou comunitário. (...) “Esquerda e direita (...) nada podem contra a modernidade, pois, a rigor, são seus próprios modos ‘desviantes’, modos simétricos de um delirante estado de perfeição.” (SAMPAIO, citado por GUIMARÃES, A.C. – *Sumário das Contribuições à Filosofia da parte de Luiz Sergio Coelho de Sampaio*, 1998 p. 11, xerografado)

“normas de comportamentos e aspirações” deve ser questionado, quando não, totalmente refutado.

O detalhamento acerca de questões envolvendo o Programa Favela-Bairro e até mesmo uma certa digressão para tratar de aspectos muito particulares desse amplo programa tiveram como propósito ilustrar a efervescência que caracterizou a implantação dos projetos nas comunidades.

Iniciado na gestão anterior da Prefeitura, os resultados ficaram mais visíveis já no ano de 1997, quando as obras das primeiras 16 comunidades começaram a ser concluídas. Tendo conseguido atingir um primeiro patamar de “conquistas”, as comunidades passaram, então, a reivindicar outros direitos. Entretanto, um esclarecimento se faz necessário. As obras não foram propriamente uma conquista dos moradores mas uma decisão do governo municipal. Entretanto, o fato de terem conseguido melhorias no ambiente e a promessa de titularidade, bem como todo o processo de negociação com o poder público, que mobilizou parcelas significativas dos moradores, imprimiu um caráter de luta pelos direitos coletivos. Isto proporcionou aumento da auto-estima da população e de sua consciência quanto a seus direitos.

O movimento não ocorria apenas no sentido da comunidade para o poder público. Ele também se fazia notar no sentido inverso, uma vez que ficava clara a necessidade de complementar a intervenção física com outras ações que pudessem aumentar o grau de organicidade do tecido social.

No caso da Secretaria Municipal do Trabalho, uma das estruturas de governo que se mostrou mais sensível às demandas das comunidades, diversos projetos começaram a ser delineados com foco nas áreas abrangidas pelo Favela-Bairro, especialmente nas dezesseis que integraram a primeira fase do programa. Parte das razões para isso foram de natureza política, no sentido de aumentar a focalização nessas áreas com o objetivo de dar maior consistência às ações de governo e proporcionar a visibilidade dos resultados de uma forma mais acelerada. Foram também de natureza econômica. Uma vez que os indicadores sociais eram nitidamente desvantajosos para essas comunidades, investir na melhoria dos indicadores, especialmente os relacionados ao nível de escolarização, significaria aumentar as possibilidades de sucesso de processos de desenvolvimento econômico local que estavam sendo planejados pela Secretaria.

Dois desses programas serão citados, tanto pelo que representam em termos de resultados sociais, quanto pelo seu *design* arrojado, que envolveu diretamente as comunidades, mas principalmente pelo fato de ter comprometido as lideranças dessas comunidades como executoras dos programas.

O primeiro, denominado *Programa Aumento da Escolaridade – PAE*, por meio do qual foram implantadas, a partir de junho de 1997, 144 salas de aula em comunidades de baixa renda para realização de cursos de Ensino Fundamental³³. Os cursos foram realizados por meio da estratégia de Educação a Distância com monitoria, utilizando a metodologia do Telecurso 2000³⁴ -, prevendo terminalidade de estudos, isto é, os alunos após realizarem o curso foram submetidos a provas. Os aprovados receberam diplomas de conclusão. (SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, *Programa Aumento da Escolaridade*, 1997)

Nesta fase de implantação do PAE, todas as comunidades integrantes da primeira fase do Favela-Bairro tiveram telessalas implantadas, sob a responsabilidade operacional das respectivas Associações de Moradores. Posteriormente (1998), foram também implantados cursos em nível de Ensino Médio (2º. Grau) nessas comunidades.³⁵

O programa foi realizado por meio de convênio firmado entre a SMTb e a ONG Viva Rio que, por sua vez, estabeleceu parcerias com lideranças locais para garantir o funcionamento das salas (telessalas). A responsabilidade desses gestores incluiu uma série de aspectos: definição de um espaço apropriado para funcionamento da telessala; adequação desses espaços (pintura, iluminação, ventilação, mobiliário, etc.); aquisição de equipamento necessário à aplicação do método (televisão e vídeo); divulgação do curso e inscrição de candidatos; participação na seleção do Orientador da Aprendizagem³⁶; acompanhamento da realização da atividade, inclusive tomando providências relacionadas à segurança dos participantes (alunos e professores); participação na avaliação ampliada do programa.

³³ O Ensino Fundamental corresponde às primeiras oito séries do Ensino Básico. Anteriormente à aplicação da nova legislação de Ensino, este segmento denominava-se Ensino de 1º. Grau.

³⁴ Programa de Educação a Distância compreendendo as disciplinas incluídas nos currículos dos cursos de Ensino Fundamental (1º. Grau) e de Ensino Médio (2º. Grau). É de propriedade da Fundação Roberto Marinho. Foi desenvolvido por meio de parceria entre a Fundação Roberto Marinho e a FIESP.

³⁵ Embora apresentando resultados positivos, os cursos nesse nível ficaram restritos apenas a essa experiência realizada nas comunidades da primeira fase do Favela-Bairro.

Em face do objeto de estudo dessa Dissertação, os aspectos do PAE que apresentam interesse são aqueles relacionados à participação de lideranças comunitárias como gestores locais do programa, notadamente quando a gestão ficou sob a responsabilidade dos presidentes das Associações de Moradores dessas comunidades.

O segundo programa, denominado *Rio On Line* que, a partir dos bons resultados proporcionados pela estratégia adotada no Programa Aumento da Escolaridade (PAE), possibilitou a instalação de Centros de Informática nas comunidades, os quais foram geridos pelas respectivas Associações de Moradores, com a supervisão da Secretaria. Nesse caso, não houve uma instituição intermediando a relação entre o governo, representado pela SMTb, e as diversas organizações comunitárias. Os convênios foram firmados diretamente entre as duas instâncias. Na etapa inicial do programa foram implantados centros de informática em dez das dezesseis comunidades integrantes da primeira fase do Favela-Bairro.

As unidades do *Rio On Line* foram concebidas como centros de negócios de uma única organização, seguindo regras e procedimentos consensados entre as equipes da SMTb e os responsáveis pela sua implantação e operação (os gestores locais), embora cada uma delas tivesse personalidade jurídica própria: a da Associação de Moradores de cada uma das comunidades participantes do programa.

Para a implantação dos centros, cada associação assumiu as despesas com a adaptação física do espaço, a ser feita com base em projeto técnico fornecido pela Secretaria. Os equipamentos e os softwares básicos foram disponibilizados pela Secretaria, em regime de *comodato*, que também proporcionou o treinamento das equipes – gerência e pessoal técnico – capacitando-as a operar o empreendimento por meio da venda de serviços de informática (cursos, produção de impressos e documentos, aluguel de uso das máquinas, etc.). Além disso, prestou assistência técnica contínua, tanto por meio de suas equipes técnicas, quanto por meio de convênios firmados com instituições externas. Em síntese, o programa foi concebido e desenvolvido conforme os princípios do *franchising*, embora a Secretaria assumisse, quase que integralmente os riscos do negócio.

Um desses convênios foi firmado com a COPPE. Ocorreu num momento em que o projeto começou a dar sinais de esgotamento do modelo adotado, e teve como

³⁶ Denominação dada ao profissional responsável pela aplicação do método. De maneira geral essa função foi desempenhada por professores do correspondente nível de ensino.

objetivo promover sua reestruturação visando dar condições mais favoráveis à manutenção do negócio de forma autônoma, isto é, sem a intervenção da SMTb.

Em termos do objeto de estudo dessa Dissertação, representou uma excelente oportunidade de observação dos comportamentos das lideranças: sua forma de lidar com atividades estruturadas; de participar de formulações coletivas de regras e procedimentos; de aceitar (ou não) consensos; de sua capacidade de organização; do seu grau de objetividade e capacidade de implementação de atividades previamente programadas; de sua criatividade e iniciativa para superar obstáculos e alcançar metas, dentre outros aspectos.

3.2.3- Construção do espaço de intervenção

A construção de um espaço de intervenção que possibilitasse o teste das hipóteses iniciais sustentadas nesta Dissertação³⁷ ocorreu por meio de um conjunto de atividades diversificadas, incluindo, inicialmente, a discussão com as equipes de direção da SMTb, dos aspectos conceituais que sustentam essas hipóteses. Em seguida, a equalização entre uma abordagem com enfoque na geração de trabalho e renda como atributos de consolidação da cidadania, sustentada pela SMTB. A ela foram incorporadas visões da área de Assistência Social, especialmente o conceito de “proteção social”, que incorpora alguns dos princípios do “*welfare state*” que, a rigor, não chegou a ser implantado no Brasil, e que denotam uma postura “paternalista”, por parte do poder público, no trato com as camadas da população socialmente fragilizadas. Finalmente, a elaboração de um projeto, definido como uma das ações da SMTb, por meio do qual a intervenção foi efetivada.³⁸

O projeto privilegiou a capacitação de lideranças comunitárias das favelas incluídas na primeira fase do Programa Favela-Bairro, como estratégia para aumentar o grau de representatividade das camadas populares não-organizadas no processo de construção de um modelo de controle público das ações governamentais, realizadas com o propósito de promover o desenvolvimento social.

³⁷ Ao se projetar a intervenção ainda não estavam claros para a autora os aprofundamentos possibilitados pelo “mergulho” nas obras de Sampaio e de Flusser.

³⁸ A redação do Projeto evidencia articulações apenas parciais entre a concepção adotada nesta Dissertação e os pontos de vista de outros atores envolvidos na sua realização. Os avanços conceituais e desdobramentos das questões ocorreram durante a fase de execução e, posteriormente, por ocasião da análise dos resultados obtidos.

3.2.4- O debate teórico

Na perspectiva de atuação das áreas de Assistência Social, o debate em torno de investimentos em Políticas de Proteção Social, no Brasil, ao longo dos anos, caracterizou-se pela percepção, quase generalizada, da insuficiência de recursos para garantir a reorganização dos padrões de exclusão social e para estruturar ações, por exemplo, de geração de renda, que consolidassem os investimentos feitos pelo governo junto a essas populações.

Vários pesquisadores, ainda nos anos 80, ativeram-se a estudar o perfil dos investimentos sociais no Brasil, quer pelo enfoque do orçamento, quer pelo da captação externa e indireta de recursos. Com “*surpresa*” perceberam que, em hipótese alguma, os recursos eram escassos. No entanto, o que chamou a atenção foi a total ausência de uma política de gestão e controle social dos planos destinados à proteção social da população.

Dessa forma, verificou-se que a aplicação dos recursos destinados principalmente à saúde, a questões relacionadas ao trabalho e à promoção do desenvolvimento social, a nível nacional, não possui uma racionalidade calcada em demanda, qualidade e potencialidade dos investimentos, obtendo, em geral, resultados insatisfatórios e pouco expressivos e, sobretudo, um desvirtuamento generalizado dos objetivos propostos e dos resultados esperados. Essa situação tem sido avaliada como a principal causa da manutenção do *status quo*, isto é, da permanência das populações que são alvo dessas medidas na condição de dependentes das “*benesses*” dos governantes e presas fáceis de manipulação política.

Assim, partindo de uma motivação de análise de cunho eminentemente financeiro, portanto situada no campo do econômico, o debate teórico-metodológico decorrente da constatação dessa situação passou a concentrar-se na definição de um modelo que assegurasse a racionalidade do investimento social e garantisse resultados que pudessem contribuir para a reversão do processo de exclusão social da população. Um de seus desdobramentos mais significativos indicou a necessidade e a possibilidade do estabelecimento de controle social e coletivo dos programas, da gestão dos equipamentos públicos e dos investimentos destinados ao desenvolvimento social, numa perspectiva de controle público das ações governamentais nessa área.

A uma dimensão econômica, o debate incorporou a dimensão política, sem, entretanto, promover uma investigação mais aprofundada acerca das causas do problema, que se situam na dimensão cultural, reproduzindo, mais uma vez, na prática, o que Sampaio (1995, p. 22) expôs em teoria: “Quando oculto a dimensão cultural, fica operando só o econômico, que é produtor da diferença. Ele é o único a determinar o político, que passa a ser, então, a superestrutura do econômico.”

Dessa forma, os supostos benefícios proporcionados pela inclusão das populações marginalizadas, como co-gestoras do processo de desenvolvimento social, podem se transformar, eles próprios, em mecanismos mais eficientes e, portanto, mais perversos, de manutenção da situação de “*apartheid social*” hoje existente. “É preciso trazer o cultural para o primeiro plano, para, a partir daí, compreender toda a sociedade e montar uma estratégia para o País.” (SAMPAIO, 1995, p. 22)

A construção de um modelo de controle público, concebido a partir da identidade cultural do País, não se mostra fácil pois traz, em si, a necessidade de coletivamente - *governo; sociedade civil organizada e camadas populares não-organizadas* -, assumirem a responsabilidade pela organização, desenvolvimento e avaliação dos empreendimentos que visam ao desenvolvimento social, por meio do desempenho de papéis específicos, sistemicamente articulados. Trata-se, pois, de um processo de aprendizagem de enormes dimensões e alta complexidade, que deverá considerar desde questões decorrentes dos múltiplos pontos de vista dos atores envolvidos, em consequência de aspectos culturais e dos papéis representados na sociedade, até a aquisição de competências e de habilidades específicas, que possibilitem a participação qualificada e igualitária nesse processo.

Em vista dos avanços conceituais proporcionados pela discussão do conceito de “proteção social”, empreendida pelos profissionais de Assistência Social, que tende à sua transformação, numa perspectiva mais ampla de “desenvolvimento social”, a equalização entre o referencial teórico adotado como base conceitual para a elaboração da presente Dissertação e os posicionamentos da área de Assistência Social foi de certa forma facilitada.

Entretanto, durante todo o processo de intervenção e, mesmo no momento do registro das conclusões desse estudo, permanecem pontos ainda obscuros quanto à possibilidade de aplicação, na prática, daquilo que Sampaio recomenda: “... trazer o cultural para o primeiro plano ...”, na perspectiva da construção de “...uma cultura mais integrada, que mantenha a

racionalidade, que enfatize o indivíduo, mas que traga de volta a história...” Vale dizer, uma cultura que traga para primeiro plano o feminino, como ele é.” (SAMPAIO, 1995, pp.22, 28) Ou como propõe Flusser “... o Brasil é país miserável, há fome e há doenças, grande parte da população vegeta em primitividade secundária³⁹, encontra-se condicionado por natureza pérfida e forças externas. Em tal situação de miséria, porém, existem germes de um *projeto brasileiro*, o qual, mediante síntese de elementos heterogêneos, visa a uma nova maneira de vida humana, *digna, lúdica e criadora*.” (FLUSSER, 1998, pp.173, grifos nossos)

3.2.5- Planejamento da ação

Para abordar com maior profundidade as questões relacionadas à construção de um modelo de controle público e identificar responsabilidades inerentes a cada uma das instâncias envolvidas - *governo; sociedade civil organizada e camadas populares não-organizadas* -, optou-se por tratar a questão sob três enfoques, destacando-se as funções específicas, bem como as interações entre elas, na perspectiva do delineamento de um sistema.

Por outro lado, considerando que o foco da intervenção foi direcionado às camadas populares não-organizadas, com o propósito de criar mecanismos capazes de estruturar e qualificar o “*controle social*”, a ser realizado a partir da perspectiva das populações atendidas, via qualificação de lideranças comunitárias e aumento do grau de institucionalidade de organizações comunitárias, este exercício teve como finalidade, também, identificar alguns dos aspectos essenciais a serem incluídos no currículo de capacitação.

A seguir estão descritas as principais providências previstas para cada uma das fases, as quais estão redigidas conforme “instruções” ou recomendação para a ação. Algumas delas não puderam ser efetivadas, durante a intervenção, em decorrência de limitações do projeto definido pela SMTb e, ainda, por questões conjunturais, detalhadas no tópico relativo à descrição do processo de intervenção.

3.2.5.1- Planejamento e Organização

Em geral, já neste momento, os projetos apresentam suas dificuldades mais básicas. É preciso elaborar planos e definir projetos adequados às demandas existentes. É preciso reconhecer as necessidades das diferentes localidades, perceber urgências,

³⁹ Conceito do autor, distinto de cultura primitiva (básica), própria das culturas paleolíticas, por exemplo,

consolidar demandas e estabelecer prioridades, organizando um cronograma de ações a ser desenvolvido e prevendo os meios mais adequados para o acompanhamento de sua execução e o monitoramento de seus resultados.

Da mesma forma, é necessário garantir que o investimento social seja racional, sem a personalização de desejos individuais. Que eles sejam a expressão de demandas priorizadas pelo coletivo da comunidade e voltados à melhoria das condições de vida de parcelas significativas da população.

Esse trabalho, no entanto, não é fácil, pois inúmeras questões pressionam pela realização de ações isoladas que, por sua vez, privilegiam interesses e enfoques individuais e não coletivos. Assim, é preciso organizar um mapa de prioridades, construído com base em indicadores definidos a partir de fontes técnicas confiáveis e em consulta/negociação junto às instâncias envolvidas, o qual se constituirá no documento norteador das ações a serem desenvolvidas, além de identificar as parcerias estratégicas que deverão ser firmadas.

A fase de planejamento e organização é, ainda, o momento adequado ao estabelecimento de uma articulação ampliada e temática entre diferentes projetos, na perspectiva macro de otimização de recursos e de utilização das estruturas existentes.

Outro ponto importante dessa fase é a definição de um modelo mais consistente de projeto, e um cuidado especial quanto à avaliação da capacidade operacional das organizações nele envolvidas, inclusive traduzida pela previsão de atividades de capacitação dos seus dirigentes e equipes técnicas.

3.2.5.2- Desenvolvimento

É nessa fase que os mecanismos de controle precisam estar mais direcionados aos programas, visando uma avaliação contínua e sistemática de cada projeto.

A avaliação realizada durante a fase de desenvolvimento do projeto tem características formativas, isto é, de aperfeiçoamento das ações previstas na fase de planejamento, bem como de “correção de rumos”, caso a execução, por questões circunstanciais não relevantes, se afaste do “caminho” definido para o alcance dos objetivos.

ou conforme categorização de Sampaio, culturas pré-lógicas.

Nesta fase, o modelo de avaliação deve funcionar como o instrumento de contínuo “aquecimento” do projeto. Não se deve pretender que assuma um papel “controlador”; pelo contrário, deve ser norteador de uma ação integrada e articulada.

Ao encontrar as primeiras dificuldades de execução a tendência de muitos projetos é uma “rearrumação” de seus objetivos, carga horária, metodologia, etc., muitas vezes descaracterizando a proposta inicial e o correspondente orçamento. Da mesma forma, sua função social e coletiva, identificada quando de sua organização e planejamento, perde-se por completo.

Para prevenir a ocorrência dessa situação indesejável, que se constitui numa das causas do desperdício de recursos e do descrédito em programas ditos “sociais” é fundamental o estabelecimento de mecanismos de avaliação continuada. Para tanto, torna-se necessária a realização de um processo eficiente de monitoramento de resultados, que conte com a participação efetiva de todos os atores envolvidos - *usuários, gestores, financiadores, parceiros, colaboradores e comunidade em geral* – e que, ao se constituir como um sistema, seja capaz de promover os ajustes necessários, ao longo do desenvolvimento do projeto, prevenindo distorções que possam comprometer o alcance de seus objetivos.

Nesta fase, a definição de papéis torna-se crucial. O fato de o processo de acompanhamento prever a participação de todos os atores envolvidos, isto não quer dizer que tal participação possa ocorrer sem o estabelecimento de regras e condições previamente acordadas, normalmente na fase de planejamento. Além disso, essa participação deverá estar pautada pela definição de responsabilidades e de níveis de competência de cada um dos atores.

Para melhor esclarecer o afirmado anteriormente, pode-se tomar como exemplo um processo de capacitação de pessoal. O fato desse processo ser efetivado com base nas características da população-alvo, levando em consideração suas formas particulares de perceber o mundo e suas experiências de vida já acumuladas, isto é, segundo uma perspectiva cultural, isto não quer dizer que essa atividade possa ser conduzida por profissional não habilitado na condução de processos de aprendizagem, ou que novos conhecimentos e diferentes pontos de vista não possam e devam ser abordados.

Por outro lado, esse processo deve ser acompanhado pelos demais atores envolvidos, para avaliar se seus resultados estão sendo significativos para os participantes, isto é,

se estão sendo operadas as mudanças às quais o processo se propõe. É fundamental que esteja baseado num modelo de avaliação contínua e coletiva, prevendo mecanismos que avaliem os instrutores/professores; os alunos; a metodologia; os recursos didáticos; as condições de realização do curso e que sistematize uma proposta de verificação de aprendizagem com base em valores praticados pelo grupo social considerado, de forma a identificar efetivas aprendizagens significativas.⁴⁰

Em projetos de outra natureza, devem ser identificados, com clareza, cada um dos componentes e/ou atores (variáveis), cujo desempenho possa vir a alterar os resultados do projeto e definir um modelo de avaliação que registre, não só o comportamento de cada variável, mas também as relações estabelecidas entre elas e seu impacto global nos resultados.

Essas recomendações são necessárias para o aperfeiçoamento do processo de participação democrática, de forma que ele produza resultados objetivos, contribuindo para o alcance dos objetivos do projeto, e não se transforme em intermináveis rodadas de participação meramente opinativas, que na verdade apenas simulam a inclusão de todos os atores no processo de controle social.

3.2.5.3- Avaliação

Embora destacada como fase específica, a avaliação deve se constituir um processo que perpassa todo o projeto, desde sua fase de planejamento.

Na fase inicial de *planejamento e organização*, ela assume a forma de diagnóstico e deverá estar centrada na melhor forma de descrição do problema que deu causa à execução do projeto. Já nessa fase, quanto maior e mais qualificada for a participação dos atores envolvidos, especialmente dos beneficiários da ação, mais adequadas serão as especificações do projeto e melhores as expectativas de sucesso decorrente de sua realização.

Na fase de *desenvolvimento*, como já descrito anteriormente, ela assume a forma de avaliação formativa, pelo fato de possuir mecanismos que permitam intervenções imediatas no sentido de melhorar desempenhos e de garantir o alcance dos resultados previstos quando do planejamento.

⁴⁰ Expressão usada pela autora dessa Dissertação para distinguir aprendizagens que contribuem para o desenvolvimento integral do participante, daquelas que representam apenas acúmulo de informações

Finalmente, numa fase final do projeto, a avaliação assume a forma de juízo de valor. Ela deverá responder se o projeto atingiu ou não seus objetivos, isto é, se a situação-problema que deu causa à realização do projeto foi solucionada, total ou parcialmente, em decorrência dos resultados obtidos e se esses resultados foram obtidos apenas com os recursos previstos. Em suma, deverá responder se o projeto “valeu”.

Também se inclui nesta perspectiva de avaliação, aquela que é realizada numa fase posterior à conclusão do projeto, e que visa medir seu impacto no conjunto de questões definidas como prioritárias para um determinado grupo.

Assim, da mesma forma que as anteriores essa modalidade de avaliação não prescinde de seu caráter coletivo, requerendo uma participação significativa dos beneficiários, uma vez que é através dela que se poderá intervir no redirecionamento das ações direcionadas ao desenvolvimento social, efetivamente realizando um controle social das ações públicas.

3.2.6- Execução do projeto

3.2.6.1- O Projeto de intervenção e seus desdobramentos.

O projeto definido em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho (SMTb) denominou-se “*Projeto Controle Social: conceitos, mecanismos e ações exercidas pela comunidade*”, estando organizado em quatro subprojetos, dos quais apenas o primeiro foi integralmente realizado:

- Núcleos de Desenvolvimento Comunitário
- Acompanhamento e Avaliação dos cursos do Programa Aumento da Escolaridade – PAE - 1º e 2º graus realizados na modalidade Educação a Distância – Telecurso 2000
- Mapeamento de Prioridades e Padrão de Exclusão e Inclusão Sociais
- Articulação de ONGs

O primeiro subprojeto - *Núcleos de Desenvolvimento Comunitário* – constitui-se no espaço de intervenção na realidade que possibilitou o exame de questões e da pertinência do referencial teórico desta Dissertação, subsidiando algumas de suas conclusões. A atividade central e mobilizadora desse subprojeto foi a realização do Curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias, que será descrito posteriormente, no corpo deste documento.

O segundo subprojeto, *Acompanhamento e Avaliação dos Cursos do Programa Aumento da Escolaridade – PAE - 1º e 2º graus realizados na modalidade Educação a Distância – Telecurso 2000* transformou-se numa ação regular empreendida pela SMTb.

O terceiro subprojeto - *Mapeamento de Prioridades e Padrão de Exclusão e Inclusão Sociais* –, cuja concepção incluía a realização de pesquisa formal e rodadas de discussão junto aos diversos públicos da SMTb e posterior elaboração de um relatório desse estudo, não foi realizado em decorrência de alteração nas estratégias da SMTb. As informações técnicas que seriam supridas pela realização desse estudo foram fornecidas pela pesquisa, realizada pela SCIENCE/ENCE⁴¹, abrangendo comunidades de baixa renda (favelas e outros aglomerados assemelhados), localizadas no Rio de Janeiro. Os resultados dessa pesquisa subsidiaram a SMTb na definição de seus planos de ação e na intermediação de negociações com clientes e parceiros.

Em decorrência das orientações presentes na construção de um espaço de controle público das ações empreendidas com o propósito de promover o desenvolvimento comunitário, a proposta contida no quarto subprojeto - *Articulação de ONGs* – proporcionou a criação do *Fórum de Gestores*, por meio de projeto realizado por iniciativa da ONG *Médicos sem Fronteiras*⁴². O Fórum, que hoje atua de forma independente, congrega lideranças comunitárias – gestores sociais – egressos ou não de cursos de capacitação, além de outros atores envolvidos nas questões relacionadas ao desenvolvimento comunitário, sendo um espaço público de articulações, de aperfeiçoamento das lideranças e de desenvolvimento de propostas.

⁴¹ SCIENCE/ENCE – Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciência Estatística

⁴² ONG internacional que atua em países no Terceiro Mundo na área de saúde. No Rio de Janeiro, no período considerado, a ONG também atuou na capacitação de gestores comunitários, em parceria com a SMTb.

3.2.6.2- O Curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias

Neste tópico será descrito como foi realizado o processo de intervenção, procurando destacar aspectos relacionados à concepção teórica adotada; ressaltar “*insights*” que ocorreram durante o processo; analisar alguns eventos que ocorreram ao longo da capacitação e que determinaram alterações na condução do projeto, bem como destacar alguns desdobramentos que não estavam previstos em sua fase de planejamento e organização.

O curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias constituiu-se na ação central do subprojeto Núcleos de Desenvolvimento Comunitário, tendo priorizado clientela indicada pelo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: populações de baixa renda e marcadamente afetadas por processos estruturais de exclusão .

Dentro desse recorte da clientela, privilegiou as comunidades incluídas no Programa Favela-Bairro, conduzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como forma de adensar o conjunto de medidas que tinham como propósito aumentar o grau de presença do Estado nessas comunidades, aumentando, assim, as oportunidades dos residentes de acesso aos bens e serviços públicos.

Para viabilizar a ação realizada diretamente na prática, foi fundamental a participação em iniciativas empreendidas pela Secretaria Municipal do Trabalho, do Município do Rio de Janeiro⁴³. A convivência com as equipes formuladoras das políticas da Secretaria, o intenso convívio com comunidades de baixa renda e a realização de pesquisas focadas nessas comunidades possibilitaram uma primeira aproximação, iniciando um processo de aprofundamento acerca do conhecimento sobre elas, embora hoje se perceba as limitações desse conhecimento.

Como pode ser depreendido dos exemplos de projetos realizados pela SMTb no âmbito das comunidades integrantes do Programa Favela Bairro (ver item 3.2.2.2 – Programa Favela-Bairro), a Secretaria contava com a participação direta das Associações de Moradores na implementação de seus projetos e, conseqüentemente, com o desempenho de seus respectivos presidentes para a obtenção de resultados satisfatórios. Por um lado, era intensa a atividade de negociação entre a equipe de direção da Secretaria e os líderes comunitários. Da mesma forma, estes tinham livre

⁴³ No período 97/2000 a Secretaria Municipal do Trabalho realizou uma série de pesquisas em comunidades de baixa renda com o objetivo de fundamentar sua intervenção nessas comunidades.

acesso às equipes técnicas para buscar orientações que favorecessem a implantação dos projetos. Entretanto, os resultados se apresentavam muito irregulares.

Do ponto de vista do discurso (especialmente do discurso oficial), o argumento é de que não houve barreiras à comunicação entre esses dois grupos. Por outro lado, a convivência foi sempre extremamente cordial. Entretanto, na prática, muitas vezes foi necessária a intermediação para apurar arestas, traduzir conceitos, esclarecer situações ambíguas, ou atenuar vaidades, em situações que denotavam um certo confronto de valores e a ausência de habilidades específicas de gestão. Interessante, ainda, foi observar os mecanismos utilizados pelas lideranças para escamotear despreparo ou desconhecimento. Todas as questões, mesmo as de natureza estritamente técnica, eram tratadas, invariavelmente, sob uma perspectiva de ação política. Em contrapartida, também foi freqüente, por parte das equipes da Secretaria, resolver impasses por meio de argumentos de autoridade, tanto a decorrente do cargo ocupado, quanto a relacionada ao saber formal.

Com base nessas evidências optou-se pela realização de um Curso de Capacitação de Lideranças, do qual participaram presidentes e diretores das Associações de Moradores das 16 (dezesesseis) primeiras comunidades que receberam intervenção do programa Favela-Bairro. O programa do curso foi inteiramente negociado com os participantes, que puderam sugerir a inclusão e/ou a substituição de tópicos, tanto na fase de planejamento, quanto durante a realização do programa.

O conhecimento elaborado durante o processo de capacitação das lideranças, complementado por meio da realização de uma série de entrevistas (com os participantes da capacitação, com residentes nas suas comunidades de origem e com autoridades governamentais com as quais os participantes mantiveram algum tipo de relacionamento em função de projetos do Governo Municipal) constituiu-se em importante referencial para confronto sistemático com a concepção teórica. Essas ações ocorreram em paralelo e, muito freqüentemente, deram causa a revisões de sínteses, às vezes elaboradas *à priori*.

Um dos resultados concretos dessa intervenção foi a criação da *ONG G-16*, por iniciativa dos participantes, valendo-se de uma antiga idéia de união entre essas favelas (o *G-16*)⁴⁴, e apropriando-se dos conteúdos e vivências proporcionados pela capacitação.

⁴⁴ O *G-16* ou Grupo dos 16, numa alegoria ao *G-7* da política internacional era a forma com se auto-designavam os presidentes das Associações de Moradores das 16 primeiras comunidades atendidas pelo Favela-Bairro.

Por estar referenciada ao mesmo modelo da sociedade mais ampla, priorizando quase que exclusivamente aspectos econômicos e políticos, e mais que isso, pelo fato de apostar na política vigente à época (1999/2000), que foi descontinuada em decorrência da alteração do quadro político do Município após as eleições de 2000, a ONG G-16, hoje, sobrevive apenas nominalmente. Entretanto, se o sucesso financeiro não é sua marca, frustrando as expectativas de seus integrantes, que imaginavam a possibilidade de remuneração de seu trabalho pela atuação em projetos, o G-16 enquanto “espírito de corpo” ainda existe, mantida essa união pelo que Flusser menciona como um espírito de solidariedade não baseado na responsabilidade, mas no “amor”.

3.3- Outras observações

Além da ONG G-16, constituída como um desdobramento da capacitação de lideranças, duas outras organizações comunitárias serão mencionadas nesse estudo, para pontuarem aspectos evidenciados na concepção teórica, por apresentarem algumas semelhanças com a mencionada instituição (G-16), e principalmente contrastes, que permitiram a elaboração de algumas das conclusões. Trata-se do CEASM – *Centro Educacional de Ações Solidárias da Maré*, localizado no Morro do Timbau, uma das favelas do Complexo da Maré; e do *Grupo Cultural Afro Reggae*, este localizado em Vigário Geral, cada uma delas criada com um foco de ação próprio e diferenciado entre si, mas com o propósito comum de criar melhores alternativas de vida para as comunidades onde se localizam e, assim, contribuir para a ampliação do exercício da cidadania e redução dos índices de violência.

A primeira, *Grupo Cultural Afro Reggae*, que nasceu como um impulso de repúdio à violência ocorrida na Comunidade de Vigário Geral (1993), constitui-se na e pela cultura. Apropriando-se do “ritmo”, que Flusser (1998) identifica como um dos traços fundamentais da cultura brasileira, herdado dos ancestrais africanos e presente no “*nível a-histórico básico*”, que, segundo o autor corresponde à participação da cultura africana na síntese racial (mas ainda mistura cultural) existente no Brasil. Entretanto, não há que se fazer correspondência entre traço cultural e pobreza, uma vez que ele está presente em praticamente todos os segmentos (o andar da mulher brasileira, o tagarelar, o batucar numa caixinha de fósforos, a graça das “peladas” dos meninos, etc.)

Na verdade, o *Afro Reggae* tem um ritmo, não apenas nas músicas que compõe e que servem de repertório para a Banda. Tem um ritmo no “tocar os projetos” (que são vários);

tem um ritmo na gestão do seu negócio – nesse aspecto, se dizem orgânicos, embora não consigam explicar a que isso se refere -, mas se ser orgânico é pulsar como a vida, o *Afro Reggae* o é. Também nesse sentido inovam, ao adotar valores femininos em suas decisões mais importantes, não por contraposição ao autoritarismo do “macho”, mas no seu mesmo nível, de igual para igual, ambos valorizados, num nível verdadeiramente humano.

Embora sem dispor de elementos mais consistentes, pode-se dizer que o *Afro Reggae* apresenta interessantes potencialidades para constituir-se numa opção realmente viável como um modelo de organização dessa nova cultura nascente.

A outra organização, CEASM – *Centro Educacional de Ações Solidárias da Maré*, com ações voltadas à educação de jovens e adultos, tem o mérito de haver sido criada e estar sendo conduzida por residentes (e ex-residentes) na favela, que conseguiram estruturar uma organização comunitária com base em seu próprio esforço e competência, o qual está intimamente ligado ao grau de escolaridade que conseguiram obter (alguns dos seus integrantes são também professores universitários e possuem grau de Mestre e de Doutor).

Entretanto, para o que se quer evidenciar nessa Dissertação, não parece possuir maior interesse, uma vez que apenas reproduz os modelos adotados pela “elite”⁴⁵ na busca da conquista de um certificado (de educação básica ou de nível universitário) que ateste sua competência. Neste sentido, se essas elites já apresentam defasagem da cultura ocidental (européia e americana), o que ocorre no CEASM é defasagem em segundo nível, em nada contribuindo para o desvelamento do “novo homem”.

as respectivas regiões metropolitanas das cidades mencionadas.

3.4- Algumas conclusões preliminares

Não há mais possibilidade da consideração a um mundo *objetivo*, imutável que exclua o observador e o meio físico. Segundo Sampaio (2001)⁴⁶, que utiliza a metáfora do rio para explicar essa impossibilidade, a ciência colocou o rio dentro de um quadrado. Analisou-o detalhadamente, mediu-o, experimentou-o, empregando suas leis, normas e regras. Obteve um significativo conhecimento acerca do rio. Só que o rio segue seu

⁴⁵ O termo “elite” está sendo usado para designar os brasileiros integrantes da cultura dominante (ocidental), uma vez que segundo alerta de Flusser, as categorias marxistas (burguesia X proletariado) têm pouca significação no panorama brasileiro.

⁴⁶ Relato de discussões mantidas com o autor a respeito da temática da Dissertação.

curso e, um pouco mais adiante pode-se apresentar inteiramente diferente daquilo que foi observado dentro do quadrado. Assim, todo o conhecimento adquirido pode não ter mais nenhum significado.

O aumento da complexidade da sociedade (e dos fenômenos sociais) e, principalmente, a impossibilidade de fazer generalizações, mesmo que para fenômenos assemelhados, bem como de aprisionar esses fenômenos em modelos matemáticos convencionais, indicam limitações de teorias em uso, requerendo, tal qual já ocorreu com a Física, outro modelo explicativo, que complemente e melhor explique realidades locais (singularidades), que são únicas, embora atuem a partir de valores e pressupostos comuns a outros grupos sociais, aos quais estão associados por meio de identidades mais profundas.

Este, aliás indica ser o melhor caminho. Uma vez que as lógicas que presidem as sociedades podem ser identificadas e, com o conhecimento de como elas operam, já poderá ser evidenciado o núcleo de organização que determina sua estabilidade e flexibilidade, a partir daí deverá derivar todo o conhecimento acerca da sociedade considerada. Portanto, os caminhos para o seu desenvolvimento.

Desse ponto de vista, a possibilidade de desenvolvimento de comunidades empobrecidas, por meio de técnicas ou abordagens como o DLIS, deve ser vista com grande reserva. Por meio do DLIS, a atividade “desorganizada”, típica do chamado “mercado informal” deverá ser organizada, segundo as lógicas do “mercado formal”, isto é, dentro de critérios econômicos e políticos. O fato de essas estratégias (de DLIS) terem dado certo no âmbito no berço da civilização ocidental não parece ser credencial para abarcar toda a complexidade da cena brasileira, cuja informalidade sempre se constituiu a forma de vida para enormes parcelas da população desde tempos que remontam à época do Brasil Colônia.

Mais adequado seria um aprofundamento do conhecimento das estruturas mais profundas que determinam as características fundamentais do brasileiro, pois isto poderia contribuir para acelerar o surgimento da nova cultura mencionada por Flusser. Insistir em modelos importados, só acentuaria a defasagem hoje já existente, além de aumentar a frustração, contribuindo para minar a auto-estima das populações que participam dessas experiências.

Por outro lado, parece claro que as experiências de DLIS procuram “enquadrar” o mercado informal segundo regras próprias do mercado formal, e de uma certa forma, tentam “aprisionar” o rio, quando o melhor seria deixá-lo fluir e, assim, descobrir sua *organização*, e, a partir dela, verificar as possibilidades de criar “afluentes” ou “pontes” com o mercado formal. Ou, melhor ainda, pensar esse mercado – forma/informal - de forma integradora, fazendo com que suas lógicas, ao se integrarem, possam reproduzir a lógica dos humanos e, assim, como propõe Sampaio, superar o paradigma dominante. O caminho para isso é um só: conhecimento.

Finalmente, deve-se salientar que o aspecto mais fascinante das práticas de governança reside no fato de apostar, a longo prazo, na capacidade que algumas das iniciativas de descentralização e de inclusão das populações no processo político de governar – onde o “controle social” como abordado neste documento é um dos seus aspectos - possam gerar mais capital social, favorecendo uma perspectiva de recuperação do papel do Estado a partir de uma ótica descentralizada.

Contudo, é preciso não se perder de vista o fato de que descentralização, bem como formatos de governo participativo não são uma panacéia. Como em qualquer outro caso de desenho institucional, são adequados em certos casos, mas não em outros. Por vezes também se combinam de maneira não antecipada com determinadas características estruturais e dependentes de trajetórias, isto é, não se estabelecem como sistemas estáveis. Finalmente, não substituem, no vazio, o poder de coordenação por parte do Estado.

De vez que parecem se inscrever num processo de causação circular, práticas de governança têm tanto mais chance de vingar, quanto mais forte for o Estado e a própria sociedade civil. Em caso contrário, isto é, na dificuldade de sua generalização ao longo de espectro social, as práticas de governança correm o risco de se constituírem em alternativas fadadas ao insucesso para os que delas mais necessitam. E, ao invés de propiciar a redefinição dos recortes estado/sociedade em bases mais pluralistas, podem terminar por se constituírem num mecanismo seletivo de conferir aos ricos as políticas, aos pobres o *mutirão*; a quem pode o poder, a quem não pode, a participação.

4- A CONCEPÇÃO SISTÊMICA

4.1- *Um conceito provisório para Sistema*

A abordagem conceitual adotada para a realização deste trabalho foi a da compreensão do objeto de estudo do ponto de vista da Teoria Geral de Sistemas (BERTALANFFY, 1956), modificada pelas contribuições de MORIN (1977) em “O Método 1. A Natureza da Natureza”, especialmente suas reflexões sobre a desordem, as interações, a ordem, e a organização.

Esta aparente escolha não é fruto de análise de opções, uma vez que, segundo Bornheim (1995), o *sistema* [grifo nosso] é a estrutura conceitual que preside o pensamento ocidental, desde o advento da burguesia até os nossos dias. Assim, nossas estruturas mentais, a partir das quais é construído o conhecimento, e que são transmitidas de geração a geração pelos processos culturais, nos fazem pensar o mundo como sistema, ou melhor, sistema de sistemas. “Só existem realmente sistemas de sistemas, e o simples sistema não passa duma abstração didática. “(LUPASCO⁴⁷ apud MORIN, 1977, p. 97).

Entretanto, esta abordagem que é tida como natural ou intuitivamente percebida, ganha em poder de explicação dos fenômenos observados, quando se torna objeto de reflexão.

Utilizando a metáfora das Ciências Naturais, BERTALANFFY (1956) descreve o sistema como um organismo vivo, constituído por elementos, por relações de causa e efeito e por mecanismos de *feed-back*, sendo estes os responsáveis pela dinâmica do sistema, representando os fluxos de energia que o mantêm “vivo”, isto é em operação. “*A system is a set of unities with relations among them.*”⁴⁸ (VON BERTALANFFY, 1956)

O poder de explicação do comportamento dos fenômenos naturais, a partir de sua concepção como sistemas, propiciou a generalização do uso desse referencial – *Teoria Geral de Sistemas* - para explicar as estruturas e o funcionamento de fenômenos ligados a outras áreas do conhecimento, acabando por englobar toda a sociedade ocidental.

⁴⁷ LUPASCO, S., 1962, *L'Énergie et la matière vivante. Antagonisme constructeur et logique de l'hétérogène*, Paris: Julliard, (reed.1974)

⁴⁸ O sistema é um conjunto de unidades e as relações entre elas.

MORIN (1977, p. 98) parece cético acerca do conceito de sistema, chegando a referir-se a ele como um “conceito-apoio”⁴⁹, que serve para designar realidades as mais díspares: sistema solar, sistema atômico, sistema social. Não sendo possível deduzir uma regra geral de organização para tão variado espectro, torna-se difícil (quando não impossível) do ponto de vista da Ciência, formular um conceito de sistema. Assim, a palavra “sistema” aparenta ser mais uma idéia geral sobre a formação de um todo constituído por partes articuladas do que um conceito passível de formalização por meio de desenvolvimento teórico. “...os sistemas estão em toda parte, e o sistema não está em parte nenhuma das ciências. (...) Trata-se de uma insuficiência da ciência ou duma insuficiência do conceito de sistema? (...) Não é demasiado geral na sua universalidade e demasiado particular nas suas diversidades?” (MORIN, 1977, p. 98)

Ao analisar o conceito de sistema, originalmente formulado por BERTALANFFY(1956), bem como outros referenciais, no intuito de formular um conceito mais amplo, Morin assim se expressa:

Devemos a Von Bertalanffy, em particular, e à *General Systems Theory*, em geral, o fato de terem dado pertinência e universalidade à noção de sistema, terem considerado o sistema como um todo não redutível às partes, terem abordado de facto certos problemas organizacionais através das noções de hierarquia, terem formulado a noção de sistema aberto (MORIN, 1977, p. 120 – nota de rodapé)

A teoria dos sistemas reagiu ao reducionismo no e pelo “holismo” ou idéia do “todo”. Mas, julgando ultrapassar o reducionismo, o “holismo” operou, de fato uma redução ao todo, donde advém não só a sua cegueira relativa às partes enquanto partes, mas também a sua miopia relativa à *organização*[grifo nosso] a sua ignorância relativa à *complexidade* [grifo nosso] no seio da unidade global.”(MORIN, 1977, p. 120)

(...) o modelo aristotélico (forma/substância) e o modelo cartesiano (objetos simplificáveis e decomponíveis), ambos subjacentes à nossa concepção dos objetos, não constituem princípios de inteligibilidade do sistema. Este não pode ser apreendido nem como unidade pura ou identidade absoluta nem como composto decomponível. Precisamos dum conceito sistêmico que exprima simultaneamente: unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. (MORIN, 1977, p.119)

Supondo a possibilidade de deduzir algumas “leis de formação” que permitam caminhar no sentido da formulação de um conceito teoricamente consistente para sistema, chega-se a duas definições de sistema são particularmente interessantes para expressar esse “conceito sistêmico”, por abordarem não só a questão do todo e das partes e de suas inter-relações, mas também o de *organização*. O primeiro enunciado, que define sistema como “... uma totalidade organizada, feita de elementos

⁴⁹ Galileu, citado por Morin (1977, p.98) , no seu *Dialogo dei Massimi Sistemi*, já utiliza o termo sem,

solidários que só podem definir-se uns em relação aos outros em função do lugar que ocupam nessa totalidade.” (SAUSSURE⁵⁰, apud MORIN, 1977, p. 99, 100). Outra, formulada pelo próprio MORIN (1977, p 100), que concebe o sistema como “uma unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos.”

Preferencialmente adota-se, neste estudo o conceito de MORIN (1977), que aborda a questão da complexidade ao explicar a dinâmica do sistema por meio da seqüência dinâmica: *desordem/ interações/ ordem/ organização*. Não se trata, entretanto, de uma concepção com circularidade fechada. Sua metáfora mais adequada é a de uma espiral. Cada momento de desordem não é o mesmo da seqüência anterior, embora guarde sua essência, da mesma maneira que as interações determinarão novos momentos de ordem/ organização. “Trata-se, pois, dum circuito irreversivelmente espiralóide, saído da catástrofe térmica original⁵¹ e que não pára de tomar forma através da relação *desordem/ interações/ ordem/ organização* [grifo nosso] (...).Os ovos mexidos não podem voltar à sua forma, mas as galinhas põem novos ovos.” (MORIN, 1977, p.73)

4.2- O Anel Tetralógico

Morin constrói toda sua reflexão a partir da natureza e das leis que a regem. Assim, ao tratar da cosmogênese, deriva a noção articulada de interações que só podem ocorrer na desordem, gerando ordem e organização, conforme demonstrado na figura do *anel tetralógico* [grifo nosso], onde cada termo só adquire sentido na sua relação com os outros. “*Temos de concebê-los em conjunto, ou seja, como termos simultaneamente complementares, concorrentes e antagônicos.*” (MORIN, 1977, p. 58)

entretanto, mencionar a que se refere.

⁵⁰ SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*, Genebra:Payot, 1931

⁵¹ Aqui o autor se refere à teoria da criação do universo tratando-a como “catástrofe térmica inicial”. Deste modo, contesta a teoria do *big bang*, pelo fato de ela se referir a um começo elementar e pontual; logo, uma contradição por obrigar a fazer coincidir o pontual e o infinito. Por outro lado, a noção de “catástrofe”, que o autor adota, está inclusa na de mudança de estado por ruptura, prevalecendo a noção de infinito.

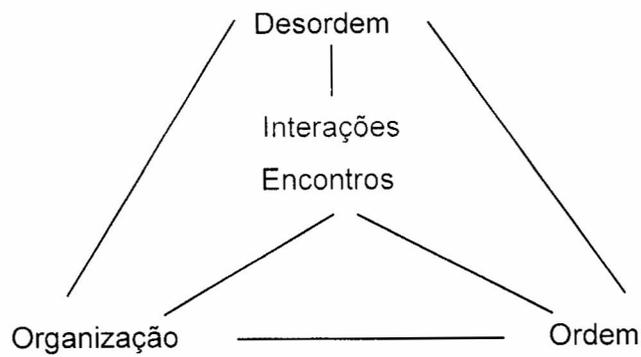


Fig. 4.1 – O Anel Tetralógico (Fonte: MORIN, 1977, p.58)

Considerando, ainda, que este conceito não é estático, e que foi derivado de uma explicação da cosmogênese, portanto, de processos de criação, pode-se deduzir (concordando com Morin) que ele representa a dinâmica de desenvolvimento dos sistemas. “Os processos de ordem e organização (...) constituíram-se no e pelo caos⁵², ou seja, o rodopio do anel tetralógico.” (MORIN, 1977, p. 59) de tal forma que um novo processo de ordem/organização significa, não a volta a um estado inicial, mas a um aumento de sua complexidade:

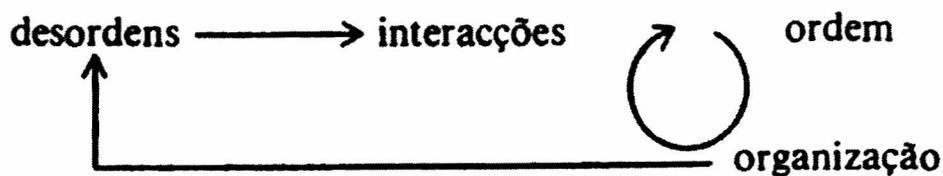


Fig. 4.2 - O rodopio do anel tetralógico (Fonte: MORIN, 1977, p.59)

A concepção do anel tetralógico provoca um cisma no pensamento da tradição cartesiana, pelo fato de considerar como conceitos integrados e integradores, os quatro termos: desordem/interações/ordem/organização, concebidos como forças multidirecionais e não unidirecionais. Assim, a concepção do anel tetralógico representa uma diferenciação do pensamento cartesiano, o qual é constituído por forças unidirecionais, isto é, por cadeias de causa-efeito.

Em termos de concepção geral, embora MORIN (1997) não faça menção explícita, a não ser na Introdução Geral de sua obra (op. cit.), quando se refere a “...aquilo a que Tao chama

o *espírito do vale...*” [grifo do autor], o *anel tetralógico*, especialmente o que diz respeito ao “rodopio do anel”, guarda semelhança com o Tao e seus princípios energéticos *yin – yang*, que apresentam, ao mesmo tempo, as propriedades de oposição e interconectividade. (HUIHE, et al., 1995). Por outro lado, a representação esquemática do anel (Fig. 4.1) reproduz a idéia básica da “trindade”, base constitucional da cultura cristã, uma das que integram o pensamento ocidental.

Este aspecto, representa a grande contribuição de Morin no que diz respeito à concepção de sistemas, pois em vez de encerrar a idéia de organização no sistema, pelo contrário, atrelou a *idéia de sistema à idéia de organização* [grifo nosso], dando conta da *complexidade* [grifo nosso], uma vez que esta concepção permite explicar “...desenvolvimentos locais, insulares, de ordem e organização, inseparáveis dos desenvolvimentos da diversidade.” (MORIN, 1977, pp. 31, 57)

4.3- O conceito de desordem: aspecto central para a compreensão da complexidade

Um aspecto tratado por MORIN (1977, pp. 38-91), que apresenta grande interesse para a análise realizada neste trabalho diz respeito ao entendimento do conceito de desordem para explicar o funcionamento dos sistemas.

Numa primeira abordagem, baseada no segundo princípio da termodinâmica, esboçado por CARNOT e formulado por CLAUSIUS (1850), introduz a idéia, não de perda – que seria uma contradição ao primeiro princípio -, mas de *degradação* [grifo do autor] da energia. “Enquanto todas as outras formas de energia podem transformar-se integralmente umas nas outras, a energia que toma a forma de calor não pode reconverter-se inteiramente, e perde assim uma parte de sua aptidão para o trabalho.” (MORIN, 1977, pp. 39).

Clausius denominou *entropia* [grifo nosso] à diminuição irreversível da aptidão para transformar-se e para efetuar um trabalho, característica própria do calor. Por essa concepção, a desordem num sistema está diretamente ligada à dispersão de energia e conseqüente degradação da aptidão para o trabalho e não apenas à noção de trabalho. Assim, o segundo princípio é formulado em termos das idéias de ordem e desordem e de

⁵² Idéia de indistinção, de confusão entre potência destruidora e potência criadora, entre ordem e

organização e desorganização “...todo aumento de entropia é um aumento de desordem interna, [grifo nosso] e a entropia máxima corresponde a uma desordem molecular⁵³ total no seio dum sistema, o que se manifesta ao nível global pela homogeneização e o equilíbrio. (MORIN, 1977, pp.39)

Dessa forma, a entropia é uma noção que significa simultaneamente:

- | | | |
|---|---|--|
| - Degradação da energia
- Degradação da ordem
- Degradação da organização | } | Desordem molecular, homogeneização
macroscópica, equilíbrio térmico,
impossibilidade de transformação. |
|---|---|--|

Essa tripla degradação obedece a um processo irreversível no seio dos sistemas físicos fechados. Em outras palavras, determina a “morte” de sistemas que não recebam energia do exterior (sistemas fechados). Entretanto, a questão da degradação não é concernente apenas aos sistemas fechados, visto que os sistemas abertos trabalham, e que todo trabalho suscita o problema da entropia.

Uma segunda abordagem, baseada na noção descontínua de *quantum* energia (MAX PLANK apud MORIN, 1977), se aplica às análises do mundo subatômico (microfísica), “...no qual as partículas (prótons, elétrons, fótons, neutrons) partilham sua identidade entre o estatuto de corpúsculo (matéria) e o estatuto da onda (energia), onde sua substância dissolve-se e o elemento estável torna-se fenômeno aleatório.” Esta abordagem considera o conceito clássico de “desordem” como a *possibilidade de uma nova ordem* [grifo nosso]. Segundo MORIN(1977, pp.42), “É a realidade microfísica que escapa ao nosso conceito de ordem, por escapar à ordem dos conceitos, ou é o nosso espírito que não consegue conceber esta outra ordem, a qual não pode passar sem aquilo a que chamamos ‘desordem’?”

Ainda que não totalmente compreensível, sabe-se que esta nova desordem/ordem, por se constituir na forma de *organização do átomo*, está presente em todas as coisas, em sistemas abertos e fechados, em seres vivos e inanimados. Só que é profundamente diferente do conceito de desordem elaborado a partir do segundo princípio da termodinâmica. Não é uma desordem de degradação e de

desordem.

⁵³ O Segundo princípio se refere a fenômenos físicos que ocorrem na matéria. Por esta razão há a menção à “*desordem molecular*”.

desorganização, “é uma desordem constitucional, que em vez de degradar faz existir.” (MORIN, 1977, pp. 42)

Entretanto, o poder de explicação das duas abordagens (a da agitação calorífica e a da desordem constitutiva), ainda não se mostra suficiente para dar conta de explicar o funcionamento do grande cosmos. Sua concepção como ordem cósmica imperial, absoluta, eterna, que rege um universo regulado, esférico, até certo ponto imutável só começou a ser questionada no início do Séc. XX (anos 20). Mas só a partir da década de 60⁵⁴, o conceito de um universo auto-regulado e em perfeito equilíbrio (um mega sistema fechado) foi alterado.

Comprovações empíricas de um universo em expansão, fruto de um grande evento inicial (*big bang*) ou de gêneses sucessivas, pôs fim às certezas eternas e iniciou um questionamento acerca da possibilidade de sua explicitação como um sistema.

Entretanto, reforçou o conceito de *desordem* [grifo nosso], que embora comporte o de desordem da agitação calorífica (instância física intermediária) e o de desordem constitutiva (microfísica), é também uma desordem de gênese e de criação, correspondente aos conceito de “*caos*” grego: “O caos é uma idéia anterior à distinção, à separação e à oposição; é portanto uma idéia de indistinção, de confusão entre potência destruidora e potência criadora, entre ordem e desordem, entre desintegração e organização, entre *Ubris* e *Diké*⁵⁵.(MORIN, 1977), ou ainda entre *yin-yang* da tradição oriental. (HUIHE, et al., 1995, pp..9,10)

Por outro lado, essa onipresença da desordem - que também embute a consideração à desigualdade e à diversidade - em cada uma das três escalas em que consideremos o universo: a escala macrocósmica, a escala microfísica e a escala dos fenômenos físicos naturais, implica ser essa uma das condições fundamentais do seu funcionamento,, isto é, de sua possibilidade de ordem/organização. A constatação de que a “grande originalidade do autômato ‘natural’ [compreenda-se vivo] é funcionar com a desordem” (VON NEUMANN⁵⁶, apud MORIN, 1977, pp. 45) e a idéia de “*acaso organizador*” (ATLAN⁵⁷, apud MORIN, 1997, pp.45) desenham um pano de fundo muito propício à explicação da realidade em que vivemos, onde a mudança, que pode

⁵⁴ Descoberta dos *quasares* em 1963, dos *pulsares* em 1968 e posteriormente dos “buracos negros”

⁵⁵ *Ubris* – Do grego clássico, a “desmedida arrebatada” *Diké* – Do grego clássico “a lei e o equilíbrio”.

⁵⁶ NEUMANN, J. von. *Theory of self-reproducing automata*, Urbana: University of Illinois Press, 1966

⁵⁷ ATLAN, H. *Rôle positif du bruit en théorie de l'information appliquée à une définition de l'organisation biologique*, *Annales de physiologie biologique et médicale*, pp 15-33. 1970

ser explicitada pela seqüência *desordem/ interações/ ordem/ organização* parece ser o grande eixo estruturante. “Assim, a primeira aparição (termodinâmica) da desordem trouxe-nos a morte [entropia]. A segunda (microfísica) trouxe-nos o ser. A terceira (genésica) traz-nos a criação. A quarta (teórica) liga a morte, o ser, a criação e a organização “ (MORIN, 1977, pp.45)

Ressalte-se, ainda, que a desordem não é uma entidade em si; é sempre relativa a processos energéticos, interacionais, transformadores ou dispersivos, o que lhe atribui muitas faces. “Não há apenas uma desordem, mas várias desordens, entrelaçadas e interferentes: *existe desordem na desordem. Existem ordens na desordem.* “ [grifos do autor]. (MORIN, 1977, p. 75). Já existem algumas evidências empíricas comprovando essas formulações. Pelo novo desenvolvimento da termodinâmica, iniciado por Prigogine, conforme citado por MORIN (1977, pp. 44,45)⁵⁸ “... não há necessariamente exclusão, mas eventualmente complementaridade entre fenômenos desordenados e fenômenos organizadores.”

Dessa constatação, especialmente ao considerar os efeitos do “jogo” operado pela atuação do *anel tetralógico*, ressalta que ordem e desordem “têm que ser pensadas em conjunto, simultaneamente nos seus caracteres antagônicos bem conhecidos e [principalmente] nos seus caracteres complementares desconhecidos.” (MORIN, 1977. pp. 48)

4.4- O conceito de ordem/organização numa perspectiva de relação dialética com a desordem

Nessa perspectiva, o grande mistério a ser investigado é o da ocorrência de ordem/organização. Ao conceito prevalente de uma ordem absoluta e imutável do universo, e dos seus sistemas macro e microfísicos, convive-se agora com o de uma ordem provisória, quase improvável, quando analisada do ponto de vista estatístico. Sua ocorrência configura-se como evento minoritário, num imenso oceano em ebulição de desordens/interações aleatórias. “A ordem cessou de ser una. Existe ordem no universo, não existe *uma* [grifo do autor] ordem.” (MORIN, 1977, pp.77)

⁵⁸ Refere-se à descrição dos turbilhões de Bénard, feita por Prigogini, na qual um fenômeno de dispersão, portanto de desordem, causado por acréscimo de calor (aquecimento de um líquido), determina a construção de uma estrutura estável no líquido aquecido, portanto organização e ordem, simultaneamente.

A ordem se estabelece na e pela desordem. É produtora de diversidade e é contextual, inseparável da matéria específica dos elementos em interações, e das próprias interações, sendo comandada pelos fenômenos que comanda.⁵⁹ Impõe-se inicialmente pelo aumento de rigidez e estabilidade obtidos por meio de *organização* [grifo nosso], beneficiando-se de um princípio de *seleção natural física*⁶⁰ e, posteriormente, ganhando complexidade crescente, especialmente em relação à organização.

(...) os verdadeiros e múltiplos desenvolvimentos da ordem se efetuam correlativamente à organização: ordem de agrupamento (estrutura); ordem de imposições internas e externas; ordem de simetria; ordem de estabilidade; ordem de regularidade; ordem de ciclo; ordem de trocas; ordem de regulações; ..(...) a ordem apresenta um rosto interessante, rico, ambíguo, estranho, completamente ausente da antiga noção: simples, clara, evidente, obtusa. (MORIN, 1977, pp. 77).

O aumento da complexidade de uma organização estabelece, paralelamente, uma ampliação de sua flexibilidade, o que de fato passará a ocorrer por meio de novas interações, ocasionando nova desordem, e assim, sucessivamente, promovendo desenvolvimentos.

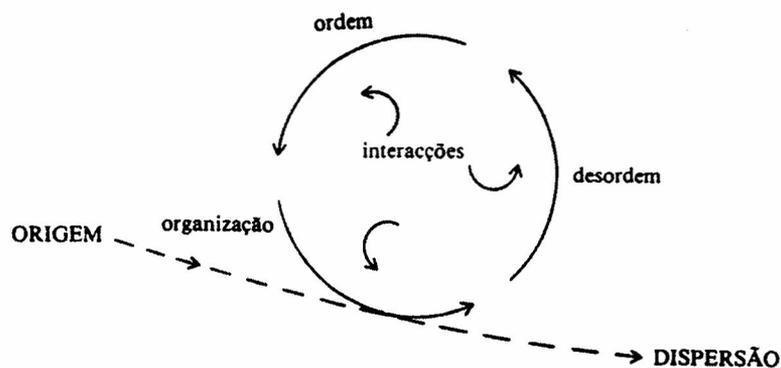


Fig. 4.3- Esquema simplificado do desenvolvimento de uma organização
(Fonte: MORIN, 1977, pp. 72)

A relação ordem/desordem foi repulsiva não só na física clássica mas também em todo o pensamento ocidental. A idéia de ordem e a idéia de desordem opõem-se, negam-se, fogem uma da outra e toda a confrontação provoca a desintegração duma pela outra. Isso decorre do paradigma vigente no pensamento ocidental, formulado por Descartes, que por considerar:

- a disjunção do sujeito e do objeto;
- os estatutos autônomos do espírito e da matéria;

⁵⁹ Nesta perspectiva obedece a leis na natureza (não necessariamente às “leis da natureza deduzidas pelos sábios.”), (MORIN, 1977)

⁶⁰ Segundo Morin, o único princípio de seleção natural é físico e não biológico como propôs Darwin.

- a oposição do homem à natureza;

“exorcizou infatigavelmente a idéia de *antagonismo interno à unidade*.” [grifo do autor] (MORIN, 1977, pp. 140)

Assim, a plena compreensão de um conceito integrador para ordem/desordem só será possível a partir de um novo paradigma - o da *complexidade* - e de sua difusão na cultura. A partir daí, poderia eventualmente “nascer um novo método, encarnar-se, encaminhar-se e progredir, então esse novo método poderia talvez ‘fazer a revolução por toda parte’⁶¹, inclusive na noção de revolução, tornada insípida, conformista, reacionária.”(MORIN, 1977, pp. 26) ou, ainda, como preconiza SAMPAIO (1994, 1995), possibilitar a eclosão de uma nova cultura, que suplante o paradigma da modernidade.

4.5- Um conceito para sistema, construído a partir do paradigma da complexidade

Diversas são as considerações de MORIN (1977) acerca da possibilidade da construção de um conceito para sistema, formulado a partir de um novo paradigma: o da *complexidade*. A maior parte delas diz respeito ou está relacionada à *organização*, que Morin inclui como componente obrigatório para a caracterização de um sistema como tal, e que, por outro lado, representa sua crítica à *Teoria Geral de Sistemas* (BERTALANFFY, 1956), tida como reducionista, pelo fato de tê-la omitido e, em decorrência, não ter considerado os aspectos que dizem respeito à complexidade, a qual é inerente à organização e, conseqüentemente aos sistemas.

Dessas considerações, duas serão postas em destaque, por representarem possibilidades de reflexão com relação a outros pensamentos incluídos como referencial teórico desta Dissertação. Uma diz respeito às implicações da organização na constituição de um sistema, ou na inviabilidade ou limitação para fazê-lo. O outro diz respeito à relação sujeito/objeto, na perspectiva do sistema, o que indica pontos de contato com a concepção de *desenvolvimento social* adotada nesta Dissertação.

⁶¹ Aqui o autor (Morin) faz uma comparação/alusão à difusão do método cartesiano.

4.5.1- Sistema e organização

Como já mencionado anteriormente, a ciência por si só não consegue, ou não tem interesse em tratar da organização. Com a aceitação da “ordem imperial” como verdade absoluta, repeliu o problema da organização. Com o segundo princípio da termodinâmica, a “ciência da desordem”, só a revela no vazio, *negativamente*. [grifo do autor]. Com a ciência das interações, decorrente das descobertas da microfísica, apenas se aproxima da questão, sem considerá-la verdadeiramente. “...é o *paradoxo* da termodinâmica, o *enigma* dos sóis, o *mistério* da microfísica, o *problema* da vida. [grifos nossos] Mas, que é a organização?” (MORIN, 1977, pp. 99)

MORIN (1977) trata a questão não por meio da definição de uma força organizadora, mas numa perspectiva de aprofundar o entendimento acerca de seu modo de existência e do seu desenvolvimento.

O primeiro questionamento se dá por meio da discussão da noção de *objeto*. Para a ciência clássica, o *objeto* existe de modo positivo, sem que o observador/conceptor participe de sua construção utilizando as estruturas de seu entendimento e as *categorias de sua cultura*. [grifo nosso]. “Determinamos sua realidade ‘objetiva’ quando o isolamos experimentalmente.” (MORIN, 1977, pp. 94). É a típica “lógica da ciência”, que mantém a objetividade do universo dos objetos na sua dupla independência. Uma em relação ao observador humano, donde deriva a suposta “neutralidade” da ciência, e a outra em relação ao meio natural. Esta abordagem dita científica por aqueles que a praticam e considerada reducionista por quem a ela se opõe, pretende definir o *objeto* por meio da observação e da medição de suas características constitutivas, em termos de elementos simples e leis gerais às quais está submetido.

Assim, as referências ao observador ou ao meio são excluídas. Nesta perspectiva, o objeto aparece como dotado de neutralidade e de perenidade, não se modificando em função de variações, inclusive as decorrentes de percepções diferenciadas, fruto do quadro conceitual próprio a cada observador. Da mesma forma, as questões relacionadas à sua organização são tidas como meramente acessórias.

Essa situação foi a posição hegemônica durante todo o século XIX. “(...) a ciência física dispunha, nos finais do século XIX, duma bateria de grandezas que lhe permitiam caracterizar, descrever e definir um objeto, fosse ele qual fosse. Trazia ao mesmo tempo, o conhecimento racional das coisas e o seu reconhecimento. O método

de decomposição e de medida permitiu experimentar, manipular e transformar o mundo dos objetos: o mundo objetivo!...” (MORIN, 1977, pp. 94)

No rastro desse sucesso, e seguindo o mesmo modelo, as demais ciências também definiram seus objetos, todos eles isolados do observador e do meio físico, sendo explicados/descritos por meio de leis gerais e de seus elementos constitutivos mais simples.

O início do século XX marca a ocorrência duma significativa transformação na base da física. O átomo deixa de ser considerado a unidade primeira, irreduzível: é um sistema, constituído por partículas em *interações mútuas* (a questão da organização ainda permanece intocada). Neste momento, pela lógica da ciência, a partícula poderia assumir o papel de elemento constitutivo mais simples – ou seja, de objeto –, que fora anteriormente uma prerrogativa do átomo, e a “ordem” absoluta com sua “objetividade” também absoluta continuariam a reinar. Entretanto, a partícula não consegue se manter como elemento estável, quando isolada de suas interações, assumindo, ora uma, ora outra, a *dupla e contraditória identidade de corpúsculo e onda* [grifo nosso]. Em decorrência, ora é encarada como um sistema composto por *quarks*, ora como um “campo” de interações específicas. Com isso, a própria idéia de unidade elementar é posta em questão. “... não existe talvez uma última ou primeira realidade individualizável ou isolável, mas sim um ‘*continuum*’ (teoria do *bootstrap*), ou uma raiz unitária fora do tempo e fora do espaço (D’ESPAGNAT⁶² apud MORIN, 1977, pp.95)

Com a descoberta das partículas e de suas características, desencadeia-se uma dupla crise na física e, por extensão no seio da ciência: a da idéia de objeto e a da idéia de elemento. Por outro lado desperta um real interesse (ou necessidade) pela compreensão do fenômeno da organização, uma vez que os traços e características das partículas, no átomo, *só podem ser compreendidos em referência à organização desse sistema*. [grifo nosso]. “*As partículas têm as propriedades do sistema, muito mais do que o sistema tem as características das partículas.*” (MORIN, 1977, pp. 95)

O átomo surge, assim, como objeto novo, o objeto organizado ou sistema, cuja explicação já não pode se feita apenas pela descrição dos elementos que o constituem. Pelo contrário, a explicação que lhe dá um maior significado e inteligibilidade encontra-se na sua natureza organizacional e sistêmica, a qual tem o poder, inclusive, de transformar os caracteres dos componentes. Ora, considerando que o átomo se encontra na base da *physis*, constituindo

⁶² ÉSPAGNAT, B. d’. “*L’évènement problème: contingence et nécessité. L’évènement et la physique*”, in *Communications* 18, pp 116-121, 1972

sua verdadeira textura, constata-se que o universo se funda não numa unidade indivisível, mas num *sistema complexo* [grifo nosso]. Dessa forma,

(...) a partir de todos os horizontes físicos, biológicos e antropossociológicos, impõe-se o fenômeno-sistema. (...) o ser humano faz parte dum sistema social, no seio dum ecossistema natural, que por sua vez está no seio dum sistema solar, que por sua vez está no seio dum sistema galático; é constituído por sistemas celulares, os quais são constituídos por sistemas moleculares, os quais são constituídos por sistemas atômicos. Existe, pois, neste encadeamento, cruzamento, imbricamento, sobreposição (...) A natureza é um todo polissistêmico: teremos de extrair todas as conseqüências dessa idéia. (MORIN, 1977, p. 96)

O fenômeno “sistema” parece ser evidente em toda parte, assumindo muitas vezes uma denominação genérica, com baixo ou nenhum poder de explicação acerca do que realmente é, como se organiza e como funciona. É bem verdade que algumas ciências concebem seus objetos de fato como sistemas, como é o caso da molécula, na Química; do átomo, na Física; da estrela, na Astrofísica. Para outras, entretanto, como no caso da Sociologia, sistema adquire um significado trivial: explica a sociedade como um sistema social sem conseguir explicar porque ele se inclui na categoria de sistemas.

Na forma como é usado, “sistema” adquire uma característica “camaleônica”. Ele adere totalmente à matéria que o constitui, sendo impossível deduzir qualquer relação entre seus diversos empregos - sistema solar; sistema atômico, sistema social -, dada a heterogeneidade dos constituintes e dos princípios de organização entre, por exemplo sistemas estelares e sistemas sociais.

O mérito de BERTALANFFY (1956) ao desenvolver uma *Teoria Geral dos Sistemas* foi o de instaurar a problemática sistêmica. De fato, ela teve uma rápida difusão durante os anos 60, mas, segundo MORIN (1977, pp. 98) “Embora comporte aspectos radicalmente inovadores, a teoria geral dos sistemas nunca tentou a teoria geral *do* [grifo do autor] sistema; omitiu aprofundar o seu próprio fundamento e refletir sobre o conceito de sistema.”

Nas diversas tentativas para formulação de um conceito para *sistema*, o padrão geral que aparece é o de tratar-se de uma totalidade obtida por meio das inter-relações entre os componentes. Entretanto, isso não é suficiente; “...é preciso ligar totalidade à inter-relação através da idéia de organização.” (MORIN, 1977, pp. 99) Isto é, são as inter-relações entre elementos⁶³, acontecimentos ou indivíduos, desde que tenham um *caráter regular e estável* [grifo nosso], que adquirem um caráter organizacional e produzem um sistema.

⁶³ “O termo ‘elemento’, aqui, não remete para a idéia de unidade simples e substancial, mas é relativo ao todo de que faz parte...”(MORIN, 1997, p.99)

A partir daí, convergem cada vez mais, as percepções e desenvolvimentos teóricos que tornam indissociáveis as três noções: totalidade, inter-relações e organização para compor o conceito de sistema, como no conceito enunciado por Morin (1977, p.99 op.cit.). Também, em vários ramos da ciência, parece começar a ficar mais clara a noção de organização, não como um princípio sistêmico organizador *a priori*, ou como uma lei geral da natureza. “Se há princípio organizador, ele nasce dos encontros aleatórios, na cópula da desordem com a ordem, na e pela catástrofe, isto é, na mudança de forma.” (THOM⁶⁴ apud MORIN, 1977, pp.100) Desta forma, a partir de uma perspectiva morfogenética, pode-se compreender que o surgimento da inter-relação, da organização e do sistema, são as três faces de um único fenômeno.

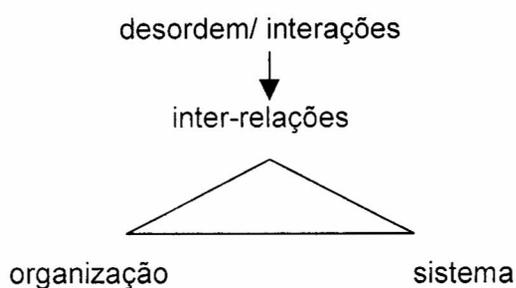


Fig.4.4- Concepção morfogenética do sistema
(Fonte: MORIN, 1977, p.101)

De maneira geral, os conceitos de organização e de sistema não só se apresentam embrionários, como têm sido tratados de forma dissociada. Morin (1977) se propõe a integrá-los, por meio da construção de um conceito *trinitário* [grifo nosso], que integre também o de inter-relações, tudo isso tendo como arcabouço a idéia anteriormente apresentada do anel tetralógico. Entretanto, chama a atenção para o fato de essas idéias serem relativamente distintas. “A idéia de inter-relações remete para os tipos e formas de ligação entre elementos ou indivíduos e entre estes elementos/indivíduos e o todo. A idéia de sistema remete para a unidade complexa do todo inter-relacionado (...) A idéia de organização para a disposição das partes num, em um [sic] e por um todo.” (MORIN, 1977, pp.101, 102)

Essas idéias aparentam indicar que o sistema *emerge*, ou é a *resultante* de uma situação aleatória (desordem/interações) onde se estabilizou um conjunto de elementos que conseguiram estabelecer inter-relações regulares e estáveis (ordem/organização) pelo menos durante algum tempo. É, pois, a organização que garante solidariedade e solidez a

essas ligações entre elementos, passando a constituir um todo, atribuindo ao sistema uma certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias.

MORIN (1977, pp.103 -111) chama ainda a atenção para dois aspectos relacionados aos sistemas que, a princípio se apresentam como contraditórios: *o todo é superior à soma das partes*, mas também, *o todo é inferior à soma das partes*.

Embora sem aprofundamento, nesta Dissertação, esses dois aspectos merecem consideração, dado que se busca uma compreensão mais ampla sobre sistemas e suas possíveis limitações. O primeiro aspecto diz respeito a uma noção razoavelmente difundida entre os que adotam o sistema como unidade teórica e lógica. O que parece nova é a noção de “emergência” no sistema, que pode tanto ocorrer em cada um dos seus elementos, quanto no sistema propriamente dito. O termo “emergência”, conforme tratado por Morin, está ligado a surgimento, à eclosão de novas respostas, a produtos. Possui a condição adicional de não ter sido previsto ou programado. Nesta perspectiva está ligado à criatividade, e a saltos lógicos que ocorrem como consequência do desenvolvimento de um dado sistema. De certa forma, a noção de *emergência* pode se confundir com a de *totalidade*; entretanto, a *emergência* é algo que ocorre a partir de uma *totalidade estabelecida*. Segundo MORIN (1977, pp.104) “[são] as qualidades ou propriedades *novas* [grifo nosso] que emergem com a globalidade.”

Em síntese, na idéia de *emergência* existem, estreitamente ligadas, as idéias de *qualidade*, no sentido de propriedade; *produto*, considerando que ela é gerada pela organização do sistema; *globalidade*, já que é indissociável do todo e, finalmente, *novidade*, visto que é uma qualidade nova em relação às qualidades anteriores dos elementos do sistema.

Dessa idéia decorre, ainda, que não só o todo é superior à soma das partes, como cada parte de um sistema é superior à ela própria, quando considerada isoladamente.

O segundo aspecto – o todo é inferior à soma das partes – está ligado à idéia de restrições que são impostas às partes para que possam estabelecer relações estáveis com os demais componentes e com o todo, passando a integrar um dado sistema. Estas *imposições*, *sujeições* ou *restrições inibem*, nos componentes, algumas de suas qualidades ou propriedades.

⁶⁴ THOM, R., 1972, *Stabilité culturelle et Morphogénèse. Essai d'une théorie générique des modèles*. Paris: *Édiscience*,

Elas tendem a ser maiores em sistemas que se poderia chamar “iniciais”, onde sua organização se estabelece por meio de regras mais rígidas para preservar a integridade do sistema e garantir sua diferenciação em relação à desordem. Uma vez que “...os progressos da complexidade organizacional se fundam nas ‘liberdades’ dos indivíduos que constituem o sistema. “ (MORIN, 1977, pp. 109), na medida em que a organização ganha complexidade, cresce a possibilidade de haver redução das restrições internas e maior aproveitamento das qualidades e propriedades dos componentes, daí decorrendo uma maior flexibilidade do sistema.

A idéia parece simples e óbvia, especialmente quando se exemplifica com os sistemas sociais. Entretanto, ganha importância quando considerada concomitantemente com a idéia oposta, isto é, a de que o todo é maior que as partes que o compõem.

No plano geral, desembocamos numa visão de complexidade, de ambigüidade, de diversidade sistêmica. Devemos doravante considerar em todo o sistema não só o ganho em emergências [novas qualidades, criatividade], mas também a perda em imposições, sujeições e repressões. Um sistema não é só enriquecimento, é também empobrecimento, e o empobrecimento pode ser superior ao enriquecimento. Isto mostra-nos igualmente que os sistemas se diferenciam não só pelos seus constituintes físicos ou pela sua classe de organização, mas também pelo tipo de produção de imposições e de emergências. (MORIN, 1977, pp. 111)

Dessas considerações derivam as noções de unidade e diversidade presentes nos sistemas, as quais estão relacionadas à “dupla personalidade” dos seus componentes. De um lado, cada parte tem suas próprias qualidades/propriedades, que podem ser aproveitadas em maior ou menor grau no seio do sistema. Por outro, ao participar de um dado sistema, cada parte adquire qualidades desse sistema, que não existiriam se a parte fosse um elemento isolado. Se este último aspecto está ligado à idéia de unidade, o primeiro embute a noção de diversidade. Assim, todo sistema comporta, em graus variados conforme seu tipo ou classe, uma relação entre identidade e diferença.

“Um dos traços mais fundamentais da organização é a aptidão para transformar diversidade em unidade, sem anular a diversidade.” (MORIN, 1977, pp. 112) Assim, existe um problema de relação complexa entre diversidade e unidade, que, em última análise, determina a aptidão do sistema para sobreviver. E isto está ligado ao grau de restrição de suas regras. A predominância da ordem repetitiva garante a unidade, mas anula a possibilidade da diversidade. Por outro lado, a extrema fluidez das regras transforma a organização em dispersão. Não há um ponto ótimo *a priori* entre ordem repetitiva e variedade. Entretanto, o aumento da diversidade, que tende à dispersão do

sistema que a produziu “...exige a partir daí uma transformação da organização [do sistema] num sentido mais maleável e mais complexo [grifo do autor]. (...) O desenvolvimento da complexidade requer, portanto, simultaneamente, uma maior riqueza na diversidade e uma maior riqueza na unidade (que será, por exemplo, fundada na intercomunicação e não na coerção).” (MORIN, 1977, pp. 113)

4.5.2- A relação sujeito/objeto na perspectiva do sistema

Diferentemente do conceito clássico de “objeto”, tal como considerado pela Ciência, que o remete, quer unicamente para o “real”, quer unicamente para o ideal, o sistema possui um enraizamento profundo na *physis* e, ao mesmo tempo, no espírito humano, isto é, no *sujeito*, ele mesmo imerso na cultura. Assim, o sistema não pode ser enquadrado numa “realidade objetiva” como quer a Ciência. Ele comporta interpretações, recortes teóricos, pontos de vista complementares, parciais e antagônicos, próprios àquele que o concebe: o sujeito.

Aqui parece haver uma incoerência, pois, se o sistema é o modelo lógico da ciência, e se a ciência define seu “objeto” como totalmente determinado, portanto, excluindo a possibilidade de diferentes pontos de vista, introduzidos pelo sujeito, logo, excluindo o sujeito, pode-se estar tratando de questões das seguintes ordens: a) o sistema que representa o modelo lógico da ciência possui características muito mais restritas do que as apresentadas na concepção de Morin; b) no modelo onde está inscrita a lógica da ciência, o sujeito existe, mas não está incluso no sistema, embora participe de sua evolução.

Para aprofundar a compreensão, vale observar o que menciona Morin:

A ciência clássica fundou-se sob o signo da *objetividade*, isto é, dum universo constituído por *objetos* isolados (num espaço neutro) submetidos a leis *objetivamente* universais.” [grifos do autor] Assim, o *objeto* existe de modo positivo, isto é, tem sua realidade “objetiva” determinada por meio do seu isolamento experimental, sem que o observador/conceptor [sujeito] participe de sua construção por meio da utilização das suas estruturas cognitivas e das *categorias de sua cultura*. [grifo nosso]. (MORIN (1977, pp.93):

No que diz respeito à segunda opção, isto é, a que menciona que para a ciência o sujeito não está incluso no sistema, mas participa de seu desenvolvimento, Sampaio assim se expressa:

Correlato a um saber há obrigatoriamente um modo de pensar, por conseqüência, uma lógica: no caso do saber científico a lógica clássica. e entre um e outra, bem se sabe, a matemática e uma parafernália de instrumentos de medida capazes de

alimentá-la. A lógica clássica, lógica do terceiro excluído ou da dupla diferença⁶⁵ tem como característica essencial o aprisionamento do que se considere digno de ser pensado num “universo” por convenção pré-determinado, vale dizer, *esgotável/calculável* [grifo nosso]. Por isso, *em princípio, nenhum sistema, concreto ou simbólico, prático ou teórico, poderia evoluir para acompanhar as vicissitudes que sempre o rio⁶⁶ da história* [grifo nosso] nos traz. Assim, para que uma cultura científica possa sobreviver, é preciso que, *no curso do tempo, entre um sistema e outro, assome e pronto se dissolva um sujeito transcendental, intervalar*, [grifo nosso] mas bastante potente para recompor um novo sistema em substituição ao anterior. (SAMPAIO, 2000)

Entretanto, ambos os autores concordam que, para a ciência, o objeto é neutro. SAMPAIO (1998, 2000), entretanto, cria a “ponte” - a sistematicidade da ciência – obtida por meio de um sujeito intervalar – que promove, não só o desenvolvimento da ciência, como também, por ação das forças culturais, a perenidade do paradigma. Para Sampaio, a determinação do *sujeito da ciência* é uma das questões centrais, ao tratar da estrutura lógica da Modernidade, e da possibilidade de sua superação.

Para MORIN (1997) o desenvolvimento se dá em função do aumento da complexidade da *organização*, que ao se concretizar irá requerer uma nova concepção de objeto, que deverá ser relativizada pela ação de um *sujeito, agora incluso na concepção de sistema*.

O sistema é o paradigma da Modernidade. A superação desse paradigma, também deverá promover a superação da Modernidade, quer pela substituição do sujeito da ciência, que ocorrerá por meio de uma síntese cultural (SAMPAIO), quer pela eclosão do paradigma da complexidade (MORIN). Esses caminhos ainda são obscuros, mas já começaram a ser trilhados. “Caminante no hay camino, se hace camino al andar.”(MACHADO apud MORIN, 1977).

⁶⁵ “Um pensar apenas diferencial (D) comporta os seguintes estados: o *verdadeiro*, o *falso* e, um terceiro, o *indefinido*. Se este último é tomado como o verdadeiro e falso ao mesmo tempo, isto é, o paradoxal, sua negação sendo destarte o verdadeiro, temos a versão *paraconsistente* da *lógica da diferença* – o mundo se apresenta como sobredeterminado. O indeterminado, representando o nem verdadeiro nem falso, terá como falsa sua negação, e teremos então a versão *paracompleta* ou *intuicionista* da *lógica da diferença* – o mundo se apresenta como subdeterminado. A *lógica clássica* ou aristotélica é uma lógica mais restrita do que a lógica da diferença, onde cabem apenas os estados *verdadeiro* e *falso*, desconsiderado, pois, o valor indefinido; daí, a nossa preferência pela designação *lógica do terceiro excluído*.” (Sampaio, 2000)

⁶⁶ Aqui o autor faz uma alusão ao rio heraclítico (dialético), porém aqui um rio bem mais caudaloso (hiperdialético) para poder extravasar a todo cerco racional/científico (Ver SAMPAIO, L. S. C de, Introdução à Antropologia Cultural., I, II, III e IV, 2 vídeos, com cerca de 3h 30m de duração, EMBRATEL/UAB, 1994.

5 UMA ABORDAGEM DO FENÔMENO SOCIAL COMO PRODUTO DA INTERAÇÃO DE TRÊS VETORES: O ECONÔMICO, O POLÍTICO E O CULTURAL

É muito comum, e aparentemente até natural, tratar a sociedade como constituída por três aspectos fundamentais: o político, o econômico e o social. O político e o econômico, aparentemente se auto-explicam. Já o social, freqüentemente está associado “ao problema de habitação, de alimentação, é o problema de escola, da saúde, que aparecem sempre como aspectos negativos da sociedade, que precisariam de um tratamento específico “ (SAMPAIO, 1995, pp. 21).

Para DURKHEIM⁶⁷, citado por CARNEIRO LEÃO (1963, pp. 22), a “sociedade é uma realidade em si, original, diferente dos indivíduos [socii] que a constituem. (...) Os fatos sociais são *coisas* [grifo do autor] ligadas à vida [em sociedade]”. Assim, são produtos da sociedade, isto é, são fenômenos decorrentes da vida em sociedade. Desta maneira, os fatos sociais de uma sociedade estão diretamente relacionados à forma como esta sociedade está organizada e à sua dinâmica de relacionamentos. São produzidos a partir de uma “consciência coletiva, [que é] irreduzível às consciências individuais.” (DURKHEIM, apud CARNEIRO LEÃO, 1963, pp. 22). Nesse aspecto, o conceito de sociedade de Durkheim também se aproxima do conceito de sistema adotado nesta Dissertação: “uma unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos.” (MORIN, 1977, 100) que, sendo todos eles, é, na verdade, diferente de cada um.

Ao superar o “*senso comum*”, no que se refere a essa questão, passando a considerá-la do ponto de vista lógico, verifica-se haver um erro de categoria. Ao se tipificar os fatos ou fenômenos sociais em políticos, econômicos e sociais, toma-se o que é global - o *social* - como particular, isto é, que diz respeito apenas a um tipo específico de resultado social. Fazendo-se uma analogia com outra classificação bastante rudimentar, seria o mesmo que afirmar: “o corpo humano se divide em três partes: cabeça, tronco e corpo humano”. Verifica-se, assim, com mais clareza, que em ambas as classificações uma categoria está oculta. No caso do corpo humano, a categoria oculta é “membros”, e o enunciado correto seria “o corpo humano se divide em cabeça, tronco e membros.” No caso da sociedade, qual será essa dimensão oculta?

⁶⁷ DURKHEIM, Émile, 1920, *De la Méthode dans les Sciences. “Sociologie et Sciences sociales”*, 1^a. Série. Paris: Félix Alcan.

Ao se analisar a natureza dos aspectos tidos como sociais, na classificação ora apresentada, a primeira coisa que chama a atenção é que todos esses aspectos são também categorizados como *problemas, ocasionados por falta ou inadequação de um dado elemento, considerado comparativamente a um determinado segmento da população* [grifo nosso] É assim com a educação, com a saúde, com a habitação, com a distribuição e consumo de alimentos, dentre outros. Ora, problemas relacionados com escassez, por definição, dizem respeito à dimensão econômica da sociedade. “Se bem atentarmos, veremos que é econômico, mas o econômico mau. O econômico bom está do outro lado. Com isso, consegue-se desvincular uma política econômica de suas conseqüências.” (SAMPAIO, 1995, pp.21)

Por outro lado, dividindo o econômico em *econômico bom* (“econômico” propriamente dito) e *econômico mau* (o “social”), não só o nível “político” é liberado da responsabilidade pelas conseqüências das opções efetuadas, como se omite uma categoria essencial para a compreensão dos fenômenos sociais: *a dimensão cultural*.⁶⁸

A economia produz diferenças.(...) Só com o mecanismo de competição, de [produção de] diferença, a sociedade se desintegra. É preciso que alguma coisa funcione no sentido da identidade, da coesão social. Isso é [papel da] cultura. O político realiza a síntese entre o econômico e o cultural. (SAMPAIO, 1995, pp.22)

Entretanto, quando a dimensão cultural é ocultada e, portanto negligenciada, apenas o econômico, que é produtor de diferença, permanece operando, sendo a única dimensão a determinar o político. Deixa de existir, assim, uma síntese dialética no nível político, o qual passa a se comportar como a superestrutura do econômico. Além disso, a omissão sistemática da dimensão cultural também acaba por excluí-la daquilo que DURKHEIM (op.cit) designou como “consciência coletiva”, reforçando ainda mais a prevalência do econômico na formulação das políticas aplicadas à sociedade.

A fragilidade das nações periféricas não é econômica: Nós somos relativamente desenvolvidos quanto à dimensão econômica. O que falta é força de identidade e coesão para permitir o equilíbrio social. O problema não é econômico, é cultural. O problema não é tecnológico ou de capital. Pelo contrário, o Brasil está muito mais desenvolvido [nesses aspectos do que] em relação à nossa capacidade de coesão. Mas, como o desenvolvimento econômico induz à fragilização da sociedade, o problema básico é a fragilidade cultural, que é um correlato da dependência econômica, o que nos leva ao primarismo político e a não conseguir fazer a síntese dialética num alto nível, em suma, leva à incapacidade de tornar o conflito social um jogo que eu chamaria de soma positiva.

⁶⁸ Grifos da autora desta Dissertação.

(...) O primarismo político se caracteriza exatamente por isso: há um conflito e a solução final é aquela em que todos perdem. Há um gozo maior em ver o prejuízo do outro do que os próprios benefícios. (...) E é esse sintoma de fragilidade política que caracteriza exatamente nosso comportamento coletivo. (SAMPAIO, 1995, pp.23)

No caso brasileiro, parece haver um interesse ideológico em manter esse tipo de esquema, mais fortemente identificado no discurso político, pois não há possibilidade de alegar ignorância ou desconhecimento, uma vez que todas as correntes que tratam dos fenômenos sociais, quer as ligadas à Filosofia da História, à Psicologia Social e, principalmente, à Sociologia, tanto na vertente francesa com Durkheim e seus discípulos mais ilustres: Bouglé, Mauss, Levy Brühl, Fauconnet e Bastide, quanto na vertente norte-americana com Lester Ward, Giddings, Ross e Ellwood,⁶⁹ e na vertente alemã com Max Weber, consideram a cultura como ponto essencial às suas formulações.

A compreensão da importância da dimensão cultural, no âmbito dos sistemas sociais, a identificação de seus elementos constitutivos e da forma como eles operam, bem como a análise das relações que se estabelecem entre as três dimensões consideradas neste estudo são questões centrais no esforço de promover mudanças realmente significativas. “É preciso trazer o cultural para o primeiro plano, para, a partir daí, compreender toda a sociedade e montar uma estratégia para o País.” (SAMPAIO, 1995, pp.22)

Para efeito de maior compreensão de cada um dos vetores a partir dos quais se estrutura o campo social – o cultural, o econômico e o político -, a seguir estão registradas, separadamente, cada uma dessas abordagens, de forma a isolar e colocar em relevância seus aspectos típicos, que podem influir no processo de desenvolvimento social. Entretanto, os fenômenos sociais são produto da integração dos três vetores mencionados, isto é, não há ocorrência (fato) ou estrutura social que possa ser atribuída a apenas um deles, por mais privilegiado que seja.

⁶⁹ Delgado de Carvalho, ao fazer uma análise do campo da Sociologia nos Estados Unidos menciona que ela “tende a ser uma ciência cujos dados são as ações e interações dos homens, condicionados pela cultura.

5.1-O Ponto de Vista Cultural

A compreensão dos fenômenos culturais, por representarem o conjunto de valores, princípios e regras sob os quais se fundam as sociedades, são essenciais ao entendimento do que ocasiona o “desenvolvimento social”, inclusive quando considerado sob à ótica dos outros dois vetores – o político e o econômico - e das interações entre eles.

Não se trata de uma valorização excessiva ou isolada do fenômeno cultural mas da consideração à sua importância relativa, e de sua força, como impulsionador de mudanças. Trata-se de expô-lo, desnudá-lo, e entendê-lo não só para aprofundar análises sobre fatos já ocorridos, mas também para identificar tendências, com certa antecedência, de formar a definir estratégias de ação mais adequadas ao desenvolvimento dos sistemas sociais.

5.1.1- A concepção da cultura por meio do desvelamento de suas lógicas

A concepção de SAMPAIO (1994, 1998, 1999, 2000) acerca da constituição das sociedades está intrinsecamente ligada à identificação das lógicas a partir das quais as sociedades se estruturam. Se considerarmos essa questão do ponto de vista de MORIN (1997) ela dirá respeito ao processo dinâmico de desordem/ interações/ ordem/ organização, conforme consta no Cap. 4.

Sampaio considera a “*lógica*” um saber sobre modos efetivos de pensar e não mera convenção lingüística formal, incluindo, dentre outras, “as lógicas dialética heraclitiana e platônica, formal aristotélica, transcendental de Kant, Fichte e Husserl, dialética hegeliana-marxista, do paradoxo em Kierkegaard, simbólico moderna, intuicionista de Brouwer, paraconsistente de Newton da Costa, lacaniana do significante e tantas outras” (SAMPAIO, apud GUIMARÃES, 1998).

Para efeito desse estudo, mesmo assumindo o ônus da simplificação, que sempre distorce a compreensão mais profunda das idéias, será adotada a classificação proposta por Sampaio (1994, 1998, 2000) quando considera as lógicas numa perspectiva da Antropologia Cultural.

Nessa concepção, o estatuto onto-lógico do *homem* seria determinado pelo acréscimo de uma *diferença D*⁷⁰, ao estatuto lógico-simbólico *I/D* dos animais dotados de sistema nervoso

⁷⁰ Refere-se à diferença clânica do estruturalismo, que diz respeito à proibição do incesto.

central. Assim, se o animal é um ser simbólico (I/D); em decorrência, o homem é um ser lógico discursivo de nível $(I/D)/(D) = I/D^2$, onde (I) diz respeito à a identidade, num mundo primordialmente extenso e/ou criado (D), que é o fundamento lógico da sensibilidade. “Constatando-se que nada intramundo possui nível lógico superior a I/D^2 , reverte-se o processo de ‘degradação do homem’ produzido pela modernidade; restabelece-se a posição pinacular do homem no universo que lhe vinha sendo repetidamente roubada pelos telescópios – das lunetas ao Hubble -, pelo darwinismo e mais recentemente pelas estruturas por si agentes e falantes.” (SAMPAIO, op.cit.)

A sexualidade humana não é função apenas de sua base física, que na Genética Biológica é representada por meio de combinações dos cromossomos X e y, sendo que XX define a fêmea e Xy define o macho, mas também de “seu espírito”, isto é, dos seus processos mentais. Assim, como em Lacan, passa a ser definida como menciona Guimarães, explicando concepções de Sampaio, “...diagonal de uma estrutura lógica tetrapolar onde: { I e D^2 } correspondem ao masculino e { I/D e D } ao feminino, em contraste com a bipolaridade animal macho/fêmea. Tem-se, assim, que masculino/feminino são os dois modos possíveis de realização de I/D^2 . [ser humano]”, uma vez que:

$$(I) / (D^2) = I/D^2, \text{ (masculino), do mesmo modo que,}$$

$$(I/D) / (D) = I/D^2 \text{ (feminino).}$$

A história do homem é a história da sua cultura, que representa o processo de desvelamento do seu próprio modo de ser lógico. O homem, cuja lógica é I/D^2 , só ao longo da história da humanidade começa a tomar consciência deste fato. Em decorrência, as culturas que se sucedem refletem o estágio de conhecimento que o homem tem de si mesmo.

Começa-se com as culturas tribais, pré-I (uma proto-identidade que ainda se ignora) seguem-se as culturas neolíticas ou imperiais antigas de base agrícola, pré-D (uma proto-diferença). Depois vêm as culturas propriamente lógicas: judaica, do Deus único, I; greco-romana, prometeica, D; cristã patrística trinitária I/D. Hoje, domina a cultura moderna, científica, D^2 . Estas formam a seqüência das culturas nodais, mas a própria complexidade do processo hiperdialético permite uma série de tipos não nodais: anômalas, mistas (de que seríamos um bom exemplo), de transição, etc.(SAMPAIO, apud GUIMARÃES, 1998)

A *cultura moderna* [grifo do autor] está inequivocamente associada à ciência, da qual assume sua lógica: D^2 . Entretanto, a problemática acerca da modernidade não diz respeito à ciência em si, mas a quem assume o papel de *sujeito da ciência*. Considerando o que propõe Morin (1997) acerca de um novo paradigma da complexidade, e que este deva ser construído a partir da relação dialética e dialógica entre sujeito e objeto, ao longo de

processos sucessivos e em espiral, de desordem/ interações/ ordem/ organização, verifica-se que a definição do sujeito da ciência é fundamental para que o homem possa ampliar o conhecimento de si mesmo, na medida em que consiga produzir uma cultura que possua uma lógica no mesmo padrão da sua: I/D^2 .

A cultura ocidental convive, no momento com diversos sujeitos. "...para o paradigma anglo-saxônico, trata-se do *sujeito liberal I*; para a esquerda, do *sujeito coletivo* ou comunitário [jesuítico] I/D ; para a direita, do *sujeito inconsciente cultural*, romântico, telúrico ou libidinal D . [grifos do autor] (SAMPAIO, apud GUIMARÃES, op.cit.). Sobre esse assunto, assim se expressa SAMPAIO (1998): "Esquerda e direita, como demonstrado pela História, nada podem contra modernidade, pois, a rigor, são seus próprios modos 'desviantes', modos simétricos de um delirante estado de perfeição."

5.1.2- A Construção dos Sistemas Simbólicos

Cada espécie animal percebe o real segundo a vida que lhe é peculiar, reagindo a ele (mundo real), de forma direta, por meio de ações, em grande parte instintivas. A espécie humana, entretanto, para se relacionar com o real constrói filtros interpretativos – seus sistemas simbólicos – por meio dos quais adquire a capacidade de transformar a realidade, sendo a única espécie capaz de fazê-lo.

A capacidade de simbolizar é uma característica inata do ser humano. Entretanto, por se tratar de um "*constructo*", sua estrutura e seu uso variam ao longo do tempo. Adotando-se o referencial teórico de Sampaio (1995), é possível inferir que essa matriz interpretativa, isto é, essa forma particular de "ler o mundo", constituída pelos sistemas simbólicos, é uma construção cultural, a partir da qual se estrutura um dado sistema social.

É pelos sistemas simbólicos que os seres humanos pensam, falam, se comunicam e criam as suas leis de comportamento e, portanto, os seus sistemas sociais (sic),⁷¹ políticos e econômicos. (...) O grande erro dos pensadores foi tomar os sistemas, que foram socialmente construídos, como biológicos e imutáveis. (...) Lacan afirma que o simbólico é masculino e que 'a mulher não existe'. Não existe porque não tem acesso à ordem simbólica. (...) O poder – que é essencialmente masculino – é o "grande outro", ao qual, implícita ou explicitamente, todos os atos simbólicos humanos se referem. Incluem-se aí os pensamentos, os gestos, as leis e até os sistemas macro (políticos e econômicos)

⁷¹ Neste texto, MURARO incide no erro de categoria lógica apontado por SAMPAIO, ao citar "sistemas sociais" no mesmo nível de complexidade de "sistemas políticos e econômicos", já que os dois últimos estão contidos no primeiro. Da mesma forma, a autora omite a dimensão cultural, essencial à compreensão do argumento que sustenta no artigo de onde a citação foi extraída.

E, de fato ele tem razão, (...) Todos os sistemas simbólicos atuais foram sendo fabricados pelos – e para os – homens. Leis, gramática, crenças, filosofia dinheiro, poder político e econômico. (MURARO, 2001)

O pensamento que pode ser caracterizado como lógico-formal, que está por trás da ciência, da organização burocrática da sociedade, da racionalidade, é freqüentemente apontado como um dos traços positivos da modernidade. Esses são, na verdade, os traços que caracterizam a “lógica do masculino”, estritamente ligada à idéia de sistema e de projeto (SAMPAIO, 1995). Desta forma, a Modernidade afirma um mundo masculino, sendo esta a lógica que preside o comportamento das classes dominantes, tanto as de uma sociedade específica, (País/Nação), quanto as que comandam um mundo globalizado.

Em oposição, a “lógica do feminino” está diretamente relacionada à perenidade, através da continuidade histórica; ao paradoxal; ao intuitivo e ao prazer (SAMPAIO, 1995). Entretanto, não se deve entender essas lógicas como exclusivas de cada um dos sexos – masculino ou feminino – ao quais elas aludem. Essas características são arquetípicas, podendo ser assumidas por homens e mulheres, indistintamente, nas formas como se relacionam com o mundo em que vivem, numa determinada época e num dado contexto social.

Ao se instalar, a modernidade realça o sistema e recalca, ou tenta tirar de cena a história e o desejo inconsciente que, de certa forma, caracterizam a “lógica do feminino”. A lógica do masculino é ter sempre na cabeça um projeto de sistematizar o mundo, de fazer o mundo calculável e geométrico, porque é o único jeito do masculino sobreviver. As mulheres já têm o tempo, elas saem umas de dentro das outras, são telescópicas, assumem, através da maternidade, a continuidade do mundo histórico.

(...) No mesmo período em que se afirma o sujeito da ciência, ocorre a época da ‘caça às bruxas’, vale dizer, do recalque das dimensões femininas, da história, do inconsciente, do desejo. Isto é feito queimando as bruxas, e a acusação é de que elas estavam dormindo com o demônio. O que se quer recalcar é a feminilidade, o desejo, para que o homem possa só pensar em trabalho e projeto. (SAMPAIO, 1995, pp. 25-26)

Segundo Sampaio (1995, 2000), a “caça às bruxas” foi o evento que marcou o início da Modernidade, sendo a forma visível de uma estratégia para recalcar a feminilidade e, assim, possibilitar o advento e a expansão do *capitalismo produtivista*. Mais tarde, para possibilitar sua fase de expansão, que Sampaio denomina *capitalismo consumista*, foi fundamental a atuação de Freud e de seus estudos sobre o inconsciente, numa segunda e mais radical investida sobre a lógica feminina, porque atuou na base onde as idéias e sensações estão mais fortemente enraizadas:

Aqui, como já sabemos, a civilização⁷² está obedecendo às leis da necessidade econômica, visto que uma grande quantidade de energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem que ser retirada da sexualidade.

Além do mais, as mulheres logo se opõem à civilização e demonstram sua influência retardante e coibidora (FREUD⁷³, apud SAMPAIO, 2000)

E se, como afirma MURARO (2001) “Todos os sistemas simbólicos atuais foram sendo fabricados pelos e para os homens. Leis, gramática, crenças, filosofia dinheiro, poder político e econômico.”, propõe-se que, dentre essas construções, também se inclua o capitalismo que, como sistema de poder, também foi formulado e se desenvolve a partir de uma “lógica do masculino”.

Essa dimensão histórica [que caracteriza a “lógica do feminino”] vai ser incorporada ao capitalismo de uma forma domesticada. Não é possível acabar com a história, mas posso transformá-la numa história calculável. Isto é exatamente o que qualquer empresa faz, quando faz um projeto e calcula o retorno de capital. É o cálculo do futuro (...) Após incorporar a história, a única forma de expandir o capitalismo é capturar o outro lado do feminino: o lado inconsciente. Para isso, era necessária uma técnica específica: em termos do indivíduo, a psicanálise; em termos da massa, a propaganda. (...) O capitalismo vai capturar o inconsciente e esse inconsciente, coletivamente, é a cultura.. (SAMPAIO, 1995, pp. 26)

Entretanto, esse estratagema utilizado pela “lógica do masculino”, no intuito de expandir o capitalismo, é que vai, talvez pela primeira vez na história da sociedade ocidental, criar condições para que a “lógica do feminino” possa se manifestar na construção dos sistemas simbólicos. Para MURARO (2001), os dois grandes resultados da sociedade de consumo são: a entrada da mulher no mercado mundial de trabalho e a destruição dos recursos naturais de forma acelerada.

As mulheres entraram nos sistemas simbólicos masculinos no momento em que esses estão se mostrando implacavelmente destrutivos em relação à vida. A tarefa monumental que os movimentos de mulheres e as mulheres têm hoje é a de construir uma nova ordem simbólica, não mais centrada sobre o falo (o poder, o matar ou morrer, que é a sua lei), mas uma nova ordem que possa permear desde o inconsciente individual até os sistemas macroeconômicos, (...) uma nova ordem estruturada sobre a vida. (MURARO, 2001)

Dirigindo o foco de análise para o Brasil e, mais precisamente para as camadas populacionais empobrecidas, observa-se que elas estão representadas em percentuais elevados na força de trabalho que constitui o mercado informal. Verifica-se, também, que são compostas por um significativo percentual de negros e mestiços.

⁷² No texto *O Futuro da Psicanálise* (SAMPAIO, 2000), do qual foi extraída esta citação de Freud, Sampaio propõe que o termo “civilização” tenha o mesmo significado que ele atribui a “cultura”.

⁷³ FREUD, S., *O Mal Estar na Civilização*, Ed. Standard Brasileira de Obras Completas, v. XXI, p.125 e 124, respectivamente.

Seus sistemas simbólicos, se bem que bastante modificados pelo “caldo de cultura” brasileiro, ainda guardam traços ancestrais das culturas africanas e das culturas indígenas que lhes deram origem.

Quando trata da evolução das culturas ao longo dos séculos, Sampaio ⁷⁴ apresenta uma classificação de sociedades que, conforme o período histórico e a área geográfica de sua localização, se caracterizaram pela estruturação a partir da “lógica do feminino”, da “lógica do masculino” ou de uma interação entre ambas. Por essa classificação, as culturas africanas primitivas (agrícolas) são consideradas culturas míticas (Pré-D). Conquanto sejam consideradas pré-lógicas, guardam relação com a lógica que preside um mundo primordialmente extenso e/ou criado (D), - lógica feminina -, sendo que a capacidade D é o fundamento lógico da sensibilidade. Por outro lado, as culturas indígenas (cultura tribal de caçadores) também consideradas pré-lógicas (Pré-I) estão alinhadas com a lógica da identidade (I) – lógica masculina -, situada no nível ontológico fenomênico.

Além dessas heranças pré-lógicas, o intenso processo de miscigenação decorrente da colonização e a forte presença jesuítica no Brasil, delineiam um perfil para o País onde convivem, como opções ideológicas, um sujeito da ciência do tipo I/D – sujeito coletivo jesuítico -, caracterizando o pensamento da elite e da esquerda, e um sujeito da ciência do tipo D - que reflete o pensamento do “povão” e da direita, *ambas tratando-se de lógicas femininas*. Em termos formais: { (I/D) / (D) } que ao se integrar à D^2 (lógica da ciência), subsumindo-a, gerará I/D^2 , que representa a possibilidade de uma nova cultura.

Para o objeto de estudo dessa Dissertação, este fato ganha relevância, uma vez que parece haver uma convergência entre autores das mais diferentes áreas de conhecimento acerca da importância dos valores ditos “femininos” na construção de uma nova ordem social. Se for assim, culturas construídas a partir dessa lógica tenderão a ter maior funcionalidade nesse novo arranjo social.

5.1.3- O Desenvolvimento da Cultura

“A partir do momento em que a vida apareceu, manifestou-se simultaneamente como acidente-acontecimento, de uma parte, e como sistema-estrutura, de outra parte.” (MORIN, 1975)

⁷⁴ Informações obtidas por meio da participação em palestras e exposições realizadas pelo autor quando atuava na EMBRATEL.

Este fragmento da concepção de Morin (1975) acerca de como se processa o desenvolvimento da cultura, expressa no seu livro *L'Esprit du Temps – 2 Necrose*⁷⁵, complementa, de forma adequada a concepção de sistemas explicitada no Capítulo 1, ao mesmo tempo em que serve de fundamento para explicar o desenvolvimento social.

Embora essas idéias (MORIN, 1975) tenham precedido a formulação das que abordam a constituição e a dinâmica de sistemas (MORIN, 1977) e que seu enfoque se dirija mais claramente à cultura, que representa apenas a um dos três vetores que estruturam o campo social (SAMPAIO, 1995), o interesse dessa sua abordagem é exatamente demonstrar o poder deste vetor (amplamente omitido em outras concepções) em determinar mudanças e promover desenvolvimento, aqui entendido não como um juízo de valor, ligado à idéia de melhoramento, mas como um novo estado de um dado sistema, isto é, um novo ciclo de desordem/interações/ordem/organização. “Assim prossegue o jogo do mundo. Como veremos, ele permite desenvolvimentos locais, insulares, de ordem e de organização, inseparáveis dos desenvolvimentos da diversidade.” (MORIN, 1977, op.cit.)

Para MORIN (1975), a idéia de desenvolvimento, conforme aqui considerada, está sempre associada à de crise, e se explicita por dois movimentos. Um de impacto avassalador, caracterizado por um acidente-acontecimento, que ele denomina “*onda de choque*”, que é pontual e localizado. Outro, que representa uma repercussão do primeiro – “*onda larga*” –, que se expande por todo o sistema, minando e modificando sua estrutura.

Esta transformação começa sempre a partir da erupção desviadora; esta erupção dá origem a uma onda de choque que, repercutindo, cria uma onda mais larga; (...) a onda de choque, muito enérgica e corrosiva, assume um caráter ‘contestatório’, ‘contracultural’, ‘revolucionário’, mantendo-se fora do e em oposição ao sistema que quer derrubar ou transformar radicalmente; a onda larga expande-se amplamente no sistema, assume um caráter evolucionista, ‘reformador’, neomodernista. As duas ondas estão a princípio ligadas de maneira complexa, isto é, ao mesmo tempo complementar, concorrente e antagônica, mas podem, em determinado momento, dissociar-se e fazer prevalecer suas oposições sobre suas complementaridades, como ocorre entre a idéia de reforma e de revolução. (MORIN, 1975)

Ao se referir à metade final do Séc. XX, o autor situa o surgimento do “movimento *hippie*”, na Califórnia, e o “Maio de 68” como “ondas de choque” primordiais⁷⁶, a partir das quais “o fermento juvenil suscita algo mais amplo e mais profundo, a saber, uma subversão e um jorrar de temas e valores que se espalharão, a um tempo sob a forma de ondas de choque e de ondas largas, não apenas na juventude mas em ‘todos os

⁷⁵ Traduzido para o português com o título de “A Cultura de Massas no Século XX . O Espírito do Tempo – 2 Necrose”

⁷⁶ A qualificação dessas ondas em “primordiais” é de minha autoria.

'azimutes' da sociedade." Temáticas relacionadas ao "movimento ecológico", ao "novo feminismo", à "nova feminilidade", e à "juvenilidade", dentre outras, são reflexos desses movimentos iniciais. Apenas para exemplificar, Morin (1975) situa a ação precursora do "*Women's Lib*" como a "onda de choque". A "onda larga" sendo representada pela evolução reformadora de uma subcultura feminina, tornada relativamente autônoma, e pela reivindicação emancipadora da mulher em questões relacionadas à família, à maternidade e ao trabalho.

Por outro lado, do ponto de vista cultural, o que caracteriza a modernidade é a agressão da cultura ocidental às outras culturas. É afirmativa de que o "mundo está se globalizando", segundo uma ótica preponderantemente econômica, respaldada por comportamentos políticos que visam aumento de poder, contrapõe-se uma série de guerras, que ocorrem de forma paralela em várias partes do planeta, todas elas de fundo cultural. Além disso, são cada vez mais intensas e organizadas as manifestações de caráter político contra a globalização (Seattle, Praga, Quebec, Gênova). Embora sejam tratadas pelas forças hegemônicas como "manifestações de arruaceiros".⁷⁷, esses movimentos parecem indicar o início de fases de *desordem / interações*, que prenunciam uma reestruturação do sistema.

Segundo SAMPAIO (1995) é necessário considerar que a cultura ocidental não é a última cultura, isto é, ela não representa o fim do processo de desenvolvimento cultural. Uma cultura mais integrada, que mantenha a racionalidade, que enfatize a contribuição do indivíduo, mas que traga de volta, mas sem subterfúgios nem grilhões, tanto a história quanto o desejo, é ainda possível. Isto equivale a dizer que é possível, e mais, que já está em gestação, uma nova cultura, que trará o "feminino" para o primeiro plano; e que não irá competir para se igualar com a cultura dominante⁷⁸. A possibilidade é de suplantá-la.

E, se é verdade o que propõe MORIN (1975), isto provavelmente ocorrerá a partir de uma "onda de choque" que, embora já esteja se delineando⁷⁹, ainda não tem data marcada para acontecer.

A compreensão desse panorama é fundamental ao entendimento do processo de desenvolvimento social conforme abordado nesta Dissertação, dada sua natureza sistêmica, concebida como um "*continuum*" em espiral de *desordem/interações/*

⁷⁷ Esse aspecto será tratado com maior detalhe no item 2.3 "*O ponto de vista político*".

⁷⁸ Em nossos dias, a cultura dominante é a cultura da sociedade americana. Ver item 2.2- "*O Ponto de Vista Econômico*".

⁷⁹ Os itens 2.2- "*O Ponto de Vista Econômico*" e 2.3- "*O Ponto de Vista Político*" apresentam argumentação relativa a esta afirmação.

ordem/organização (MORIN, 1977), que proporciona um equilíbrio dinâmico ao sistema considerado. Da mesma forma, cria uma dificuldade, uma vez que a nova cultura que deverá emergir, por colocar a “lógica do feminino” em primeiro plano, provavelmente não terá o “sistema” como unidade referencial.

Não há possibilidade de o Brasil entrar para o primeiro mundo. Vamos ser sempre atrasados em relação ao primeiro mundo. Não há possibilidade de nos igualarmos aos EUA. A possibilidade que nós temos é de superá-lo. (...)Diante do tamanho da tarefa, nosso povo treme. É sintomático. Nosso problema não é tecnológico, é de auto-reconhecimento, de auto-estima para realizar aquilo que é nossa destinação. E nosso destino não é entrar para o primeiro mundo, mas criar um novo modo de vida. (...)O sentimento que todo mundo tem, mas não assume, é que nossa vocação não é o luxo, é a originalidade. Isto já está[antecipado] no Darcy Ribeiro e no Caetano Veloso. (SAMPAIO, 1995)

5.2- O Ponto de Vista Econômico

Num contexto como o atual – globalização, internacionalização da produção e dos mercados, liberalização, mudanças tecnológicas aceleradas, dentre outros aspectos – torna-se fundamental aprofundar algumas questões relacionadas à transformação da estrutura produtiva, às mudanças ocorridas nos modelos de produção e, de uma forma mais geral, às mudanças mais profundas por que passam a economia e a sociedade como um todo.

5.2.1- Crise e reestruturação produtiva

A crise econômica iniciada em meados dos anos 70 supõe a ruptura do sistema de acumulação sobre o qual se havia sustentado o crescimento econômico de pós-guerra, nos países industrializados. A percepção da finitude dos recursos naturais – no caso o petróleo – e da insuficiente governabilidade sobre sua produção, distribuição e comercialização produziram uma vivência concreta acerca da instabilidade relativa dos sistemas produtivos, tendo funcionado como “onda de impacto” que atuou como um detonador da crise. Por outro lado, a excessiva rigidez (dos investimentos de longo prazo e em larga escala nos sistemas de produção em massa; dos mercados e contratos de trabalho regulamentados; e dos compromissos estatais com programas de seguridade social e de defesa), alcançada em decorrência da plena absorção, por empresas e governos, dos conceitos e princípios do fordismo e do keynesianismo, acabou por determinar a superação desses modelos, em decorrência de sua

disfuncionalidade, propiciando uma “evidente guinada para um aumento de poder do capital financeiro frente ao Estado nacional.” (HARVEY, 1985)

Se até esta época a lógica era padronizar; regulamentar, massificar, controlar, a partir de então passou a ser flexibilizar, refletir, monitorar tendências, personalizar e ousar, dentre outras características típicas de sistemas dinâmicos. Desta forma, começou a ser evidenciada a necessidade da adoção de posturas pró-ativas e mais flexíveis – um pensar e um agir estratégicos -, tanto no que diz respeito ao planejamento dos negócios, quanto no seu gerenciamento, de forma a permitir ajustes competentes, sempre que a turbulência externa incorpore fatores de desordem no sistema. Esses comportamentos derivados, que correspondem ao conceito de “ondas de longo impacto”, formulado por Morin (1975), impregnaram o comportamento empresarial, fundamentando todo o processo de reestruturação, que ocorreu a partir da década de 80.

A idéia de estabilidade de longo prazo - que embute o conceito de sistemas em perfeito equilíbrio -, com a expansão dos negócios representada por acréscimos de resultados sempre positivos, foi bruscamente substituída. A mudança passou a ser a regra geral. O sistema produtivo, tal qual outros sistemas, passou a ser entendido como um fluxo dinâmico de desordem/ interações/ ordem/ organização, conforme conceituado por Morin (1977).

Mais recentemente, ao proceder a uma análise sobre estratégia competitiva das empresas, PROENÇA (1995) assim se expressa:

“É preciso ter em mente a preocupação com a maximização da flexibilidade estratégica e, portanto, com o permanente desenvolvimento das capacitações da empresa, pois esses serão os pilares dos futuros movimentos da organização. Pensar estrategicamente é, em última instância, decidir o ajuste entre meios e fins, em meio à dúvida, à incerteza (...) As decisões devem ser tomadas não só considerando a forma atual de competir, mas também a possibilidade de ter de sustentar outras alternativas no futuro.” (PROENÇA, 1995).

Esquemáticamente, no quadro a seguir, se pode identificar, em linhas gerais, os elementos e características da ruptura dos modelos produtivos de pós-guerra e da reestruturação gerada em decorrência da crise. Convém destacar, entretanto, que os efeitos apresentados no esquema a seguir dizem respeito a países desenvolvidos, por possuírem condições estruturais - recursos humanos, tecnologia, infra-estrutura (especialmente de informação), sistemas de proteção social, etc. - e políticas (poder para influenciar decisões) que lhes permitem as melhores oportunidades de inserção nos mercados globalizados.

ITENS DE ANÁLISE	1944 .. → 1970/73	1980 → 1998/2000
Modelo de Produção	FORDISTA <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento econômico baseado na acumulação • “desenvolvimento” como sinônimo de industrialização e urbanização 	Reestruturação Produtiva <ul style="list-style-type: none"> • Processo de ajuste da economia, tanto a nível setorial como espacial/territorial (descentralização da produção)
Características	<ul style="list-style-type: none"> • Produção em massa em grandes plantas industriais urbanas. • Economias de escala⁸⁰ • Economias de aglomeração⁸¹ 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior flexibilidade econômica, política e cultural. • Personalização crescente dos mercados. • Mudanças da demanda. • Fabricação de novos produtos e diferenciação da produção. • Aumento da competência nos mercados. • Aplicação de novas tecnologias de produção, de gestão e de comunicação. • Novas formas de acumulação de capital.
Organização do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Organização hierárquica do trabalho. • Trabalhadores com conhecimentos e habilidades monovalentes (especialização) 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão participativa e distributiva de responsabilidades • Trabalhadores com conhecimentos e habilidades polivalentes (sólida formação de base e atualização contínua)
Efeitos	<ul style="list-style-type: none"> • Na produção: <ul style="list-style-type: none"> - aumento de lucros em função do aumento do tamanho dos lotes produzidos e da concentração espacial da produção. • No mercado de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - condicionamento do mercado; - crescimento do desemprego; - escassos mecanismos para reduzir o desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Efeitos nos sistemas de produção: aumento da produtividade e da taxa de benefícios. • Efeitos no mercado de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - melhores instrumentos para facilitar a criação de empresas e a geração de empregos; - internacionalização do trabalho

Fig.5.1- Evolução do modelo de produção capitalista no pós-guerra
(FONTE:Adaptado do DELNet. 2000)

⁸⁰ Vantagens econômicas (lucro) obtidas pelas empresas ao fabricar um mesmo produto, muitas vezes, sem introduzir nenhuma mudança.

⁸¹ Vantagens que as empresas obtêm pela concentração espacial num mesmo território, estando reunidas: empresas com atividades similares, fornecedores especializados, empresas auxiliares, mão-de-obra qualificada, serviços externos de apoio às empresas, centros de pesquisa, sistemas de transferência de conhecimentos e de informações, infra-estrutura (transporte, energia, água, etc.). Um exemplo são os distritos industriais

5.2.2- A crise do final do Séc. XX analisada no contexto geral do capitalismo: os ciclos sistêmicos de acumulação

Aprofundando-se a análise acerca da crise de natureza econômica, que assume dimensões mundiais, adota-se, no presente trabalho, a tese sustentada por ARRIGHI (1996), com base na análise histórica do capitalismo formulada por BRAUDEL (1976, 1977, 1981, 1982, 1984), segundo a qual “a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’)⁸² pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um *padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial*” (ARRIGHI, 1996), sendo o aspecto central desse padrão a alternância entre épocas de *expansão material* (para Marx fase DM de acumulação de capital) com fases de *expansão financeira* (fases MD’ na fórmula de Marx). Na primeira, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos sob a forma de mercadorias. Na segunda, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria e a expansão se dá por meio de acordos financeiros. Juntas, essas duas fases constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (MDM’). (ARRIGHI, 1996, grifos nossos.).

Para construção dos “*ciclos sistêmicos de acumulação*”,⁸³ ARRIGHI (1996) considerou, como BRAUDEL (1982), que o capitalismo apresenta como características essenciais: flexibilidade ilimitada, capacidade de mudança e capacidade de adaptação. Nessa perspectiva, seu foco de análise foi direcionado para captar alguns padrões - expressos por fatos, estratégias, movimentos, estruturas, fluxos, etc. -, que se apresentaram como regularidades ao longo da história geral do capitalismo, atuando no sentido da preservação de tais características, como forma de atingir o único propósito do capitalismo: obter ganhos cada vez maiores, tanto financeiros quanto de poder.

Por outro lado, ao mencionar que “longos períodos de crise, reestruturação e reorganização – ou seja, de mudanças com descontinuidade – têm sido muito mais típicos da história do capitalismo mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida, como ocorreu nas décadas de 50 e 60.[do século XX]”, ARRIGHI (1996) concebe o capitalismo como um sistema dotado das mesmas características

⁸² Na fórmula geral de Karl Marx para o capital – DMD’-, o capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido em insumo-produto, visando ao lucro, significando, concretude, rigidez e restrição de opções. D’ também representa capital-dinheiro mas numa perspectiva de ampliação da liquidez, da flexibilidade e das opções de escolha.

⁸³ A consistente análise histórica do capitalismo elaborada por BRAUDEL serviu de base a ARRIGHI para a construção dos ciclos sistêmicos de acumulação, segundo o “método que Philip McMichael (1990) chamou de ‘comparação incorporada’.” (ARRIGHI, 1996)

dinâmicas – desordem/ interações/ ordem/ organização - mencionadas por Morin (1997). Além disso, a descrição das características do capitalismo - flexibilidade ilimitada, capacidade de mudança e capacidade de adaptação – têm correspondência no conceito de *organização* sustentado por MORIN (1977) que ganha complexidade por meio de desordem/interações. Desta forma, o comprovado desenvolvimento do capitalismo por meio de ciclos com complexidade crescente pode ser considerado uma evidência concreta das formulações teóricas desse autor na busca de um método da complexidade.

Por dedução da observação histórica efetivada por Braudel acerca das expansões financeiras reiteradas, ARRIGHI (1996) identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação, cada um deles caracterizados “por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários do processo de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês⁸⁴, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até quase o final do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII, até o início do século XX; e um ciclo americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue em sua atual fase de expansão financeira.” (ARRIGHI, 1996)

Alguns aspectos merecem ser destacados nessa abordagem dos *ciclos sistêmicos de acumulação*, feita por ARRIGHI (1996), a qual deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior da hierarquia do mundo dos negócios, “o verdadeiro lar do capitalismo” (BRAUDEL⁸⁵ apud ARRIGHI, 1996, p.10), numa estrutura que considera a economia de mercado como camada intermediária e a chamada “vida material” como a camada de base.

O texto de ARRIGHI (1996), no qual comenta a concepção de capitalismo de BRAUDEL (1982), citado a seguir, apresenta elementos importantes para a compreensão mais adequada acerca do “*locus*” do capitalismo no conjunto do sistema social⁸⁶ mundial, e de suas influências em todas as camadas desse macro-sistema.

Mais especificamente, Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares, na qual, ‘como em todas as hierarquias, as [camadas] superiores não poderiam existir sem os estágios inferiores de que dependem’. A camada mais inferior – e, até muito recentemente, a mais ampla -, é

⁸⁴ Embora Arrighi designe o primeiro ciclo sistêmico de acumulação como Ciclo Genovês, ao longo do livro (*Op. Cit.*), as comparações com os demais ciclos são feitas tomando por base os processos ocorridos em Veneza, considerada “a mais capitalista das cidades-Estado do norte da Itália, no início do Séc. XV”(ARRIGHI, 1996).

⁸⁵ BRAUDEL, Fernand. 1982

⁸⁶ O conceito de “sistema social” deve ser entendido com base na argumentação de Sampaio (1995), qual seja o conjunto de forças culturais, econômicas e políticas.

a de uma economia extremamente elementar e *basicamente auto-suficiente*⁸⁷ Na falta de expressão melhor, ele denominou essa camada de vida material, 'a camada da não-economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar'.(BRAUDEL, 1982, p.21-2, 229) (ARRIGHI, 1996, p.10)

Acima [dessa camada mais baixa] vem o campo favorecido da economia de mercado, com suas muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados (...) Depois, ao longo dessa camada, ou melhor, acima dela, vem a zona do *antimercado*, onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. Este – hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial – é o verdadeiro lar do *capitalismo*. (BRAUDEL⁸⁸, apud ARRIGHI, 1996, p.10, grifos do autor).

Visto dessa maneira, e considerando o que propõe Sampaio (1995) como interpretação dos sistemas sociais, o capitalismo é uma força de natureza política, uma vez que é no âmbito dessa camada superior, onde o capitalismo se situa, que se trava a verdadeira luta pelo poder. “Ali, o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho [economia de mercado] mas do poder político.” (ARRIGHI, 1996).

Entretanto, ao tratar dessa questão, SAMPAIO assim se expressa:

O surgimento do processo de acumulação, um dos pilares do modo de produção capitalista que, do *ponto de vista econômico*, [grifo nosso] caracteriza a Modernidade, não se deu em razão de terem as forças produtivas alcançado um certo patamar de eficácia, mas sim por ter sido encontrado um meio de injetar, de forma regular e persistente, ganhos de eficiência no aparelho produtivo: este meio foi a técnica sistematicamente alimentada e aprimorada pela *ciência* [grifo do autor]. (...) e sua lógica calculadora do mundo.(SAMPAIO, 2000, pp. 4)

A inclusão da análise do capitalismo num tópico que pretende interpretar o fenômeno econômico do desenvolvimento, se faz necessária para que haja uma compreensão mais adequada acerca da interpenetração das forças – culturais, econômicas e políticas – que determinam e conformam os fatos sociais, bem como de suas mútuas influências.

O primeiro aspecto a ser examinado acerca dos *ciclos sistêmicos de acumulação* diz respeito à forma e à dinâmica desses ciclos. Por alternarem fases de mudanças contínuas e fases de mudanças descontínuas, eles se interpenetram parcialmente, assumindo a forma de “S”, guardando semelhança formal com o “*modelo de metamorfose*” do desenvolvimento socio-econômico de MENSCH⁸⁹ citado por ARRIGHI (1996, p.9), conforme figura abaixo. Da mesma forma, reproduzem, até certo ponto, os conceitos de “*onda de choque*” e de “*onda larga*”, adotados por MORIN

⁸⁷ Grifo da autora desta Dissertação.

⁸⁸ BRAUDEL, Fernand., 1982, p. 229-30

⁸⁹ MENSCH, 1979 p.73

(1975) para empreender análises da cultura, embora com dinâmicas diferentes, uma vez que para ARRIGHI (1996), esses *ciclos são até certo ponto previsíveis*.⁹⁰

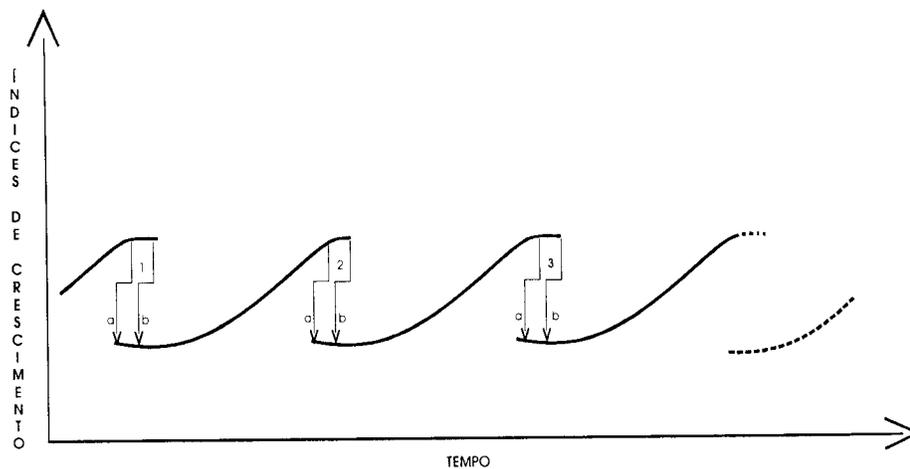


Fig. 5.2- Modelo de metamorfose do desenvolvimento socio-econômico de Mensch (Fonte: Arrighi, 1996, p.9)

A idéia de ciclos compostos de fases de mudanças contínuas – *expansão material* -, que seguem uma única via, alternando-se com fases de mudanças descontínuas – *expansão financeira* -, que vão de uma via para outra, está implícita na seqüência dos *ciclos sistêmicos de acumulação*. Em ambas as fases, a proposta é a de ampliação do raio de atuação do capitalismo. Entretanto, enquanto as fases de expansão material se caracterizam por *procedimentos de cooperação* entre os concorrentes, as fases de expansão financeira são caracterizadas pela *intensificação da competição*.

O segundo aspecto, que enfatiza a repetição histórica desses ciclos, conforme assinala BRAUDEL⁹¹, citado por ARRIGHI (1996): “[Todo] desenvolvimento capitalista desse tipo, ao atingir o estágio de expansão financeira, parece anunciar, em certo sentido, sua maturidade: [é] *um sinal de outono*.” [grifo do autor]. Isto representa historicamente, não só o prenúncio de um novo *ciclo sistêmico de acumulação*, mas, principalmente a substituição do comando hegemônico da economia mundial com seus desdobramentos de caráter político e impactos sobre todo o sistema social.

Especialmente importante é a análise das fases de expansão financeira, durante as quais o crescimento pela via estabelecida (hegemônica) já atingiu ou está prestes a atingir seus limites e a economia capitalista mundial “se desloca”, através de

⁹⁰ Grifo da autora desta Dissertação.

⁹¹ BRAUDEL, Fernand, *The Perspective of the World*, Nova York: Harper & Row, 1984, p.246

reestruturações e reorganizações radicais [grifo nosso], para outra via que assumirá a hegemonia do novo ciclo (ARRIGHI, 1996), caracterizando-se, na visão de MORIN (1975), como a “onda de choque” que reorienta todo o sistema.

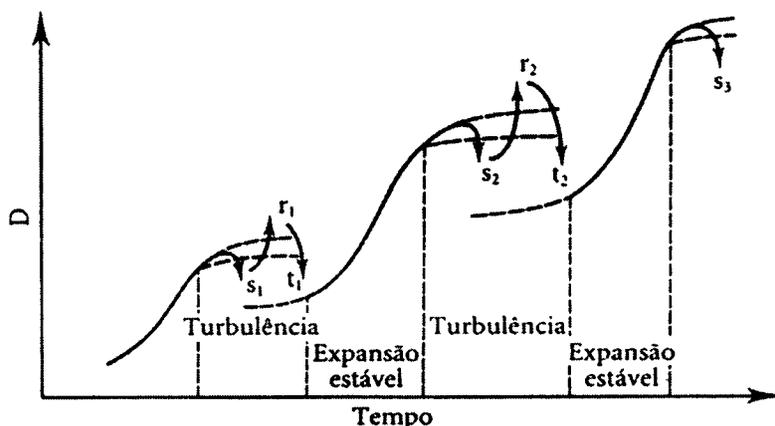


Fig.5.3- Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação
(Fonte: ARRIGHI, 1996, p. 242)

Por último, mas de igual importância para a análise, um terceiro aspecto chama a atenção por deslocar, para o século XV, abordagens relacionadas à globalização, uma vez que os ciclos, cada vez mais abrangentes, são identificados “por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários do processo de acumulação de capital em escala mundial” [grifo nosso] (ARRIGHI, 1996).

Condições muito especiais impulsionaram as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista, poderosíssima e verdadeiramente global, primeiramente liderada pelas cidades-Estado italianas (Gênova e Veneza). Por essa perspectiva, “a transição realmente importante, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado” (ARRIGHI, 1996) como a que ocorreu sob a hegemonia de Gênova, a partir do século XV, sendo que o aspecto mais importante dessa transição foi a fusão singular do Estado com o capital. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” (BRAUDEL, 1977).⁹²

⁹² Diferentemente da visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa, que consideram capitalismo e economia de mercado como conceitos similares, e que o poder do Estado se opõe a ambos, BRAUDEL encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema como a antítese da economia de mercado (cf Wallerstein, 1991, cap.14-15)

Da análise dos aspectos mencionados, pode-se verificar que, historicamente, o crescimento por uma única via de desenvolvimento e as guinadas de uma via para outra, seqüencialmente – *Gênova, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos* – não têm sido um simples resultado inintencional dos inúmeros atos autonomamente praticados, numa dada época, pelos indivíduos e pelas múltiplas comunidades em que se divide a economia mundial. O que se entende por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e as estruturas mediante as quais os agentes hegemônicos – governamentais e empresariais – promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. (ARRIGHI, 1996).

5.2.3- O Ciclo Americano está em crise?

Se, por um lado “o verdadeiro lar do capitalismo” se situa na alta camada dos negócios, as decisões tomadas a esse nível repercutem diretamente na camada intermediária – a da economia de mercado – que, de certo modo, é a que emite os “sinais” acerca das mudanças que estão em curso, uma vez que a camada inferior, a da “vida material” é “a camada da não-economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar.” (BRAUDEL, 1982)

Considerando o atual *ciclo sistêmico de acumulação* – o *ciclo americano* - e, tomando por base a concepção de sistema adotada por MORIN (1977), o período 70/80, poderia ser caracterizado pelas etapas de desordem/ interações, enquanto na de ARRIGHI (1996), estaria se configurando uma fase de mudanças descontínuas, típicas de final de um ciclo e reinício de novo ciclo. Este período também é visto por HARVEY (1989) como uma possível “*transição histórica*” do fordismo-keynesianismo para um novo regime de acumulação, que ele provisoriamente denomina “*acumulação flexível*”.

Nesse período, ocorreram mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação do capital: deslocamento do capital dos países centrais para os periféricos, na década de 70, e nova centralização nos países ricos na década de 80, o que de certa forma não parece estar seguindo o padrão das anteriores fases de expansão financeira, quando o agente hegemônico⁹³ do ciclo em estado de maturidade (e, portanto decadência) transferiu enormes recursos financeiros para o

⁹³ O conceito de “hegemonia mundial” adotado por Arrighi refere-se à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Esse conceito será melhor abordado no item 2.2 – *O Ponto de Vista Político* - desta Dissertação

novo centro hegemônico. Entretanto, independentemente do sentido do movimento, a partir da década de 70 a tendência é de aumento da mobilidade geográfica do capital (SASSEN, 1988, SCOTT, 1988; STORPER e WALKER, 1989), o que está estreitamente ligado a mudanças na organização dos processos de produção e de trocas. (ARRIGHI, 1996)

Algo de fundamental parece haver-se modificado, no último quarto de século, no modo como funciona o capitalismo. Na década de 70, muitos falaram em crise. Na década de 80, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na década de 90, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo.” (ARRIGHI, 1996)

Associada a essa crise, que se estendeu por quase duas décadas, se produz uma reestruturação dos processos produtivos, que supõem a emergência de um modelo alternativo de produzir baseado na busca de maiores graus de flexibilidade, tanto econômica quanto política e cultural, e de ganhos consistentes de produtividade, de forma a alcançar mercados cada vez mais amplos e exigentes. Nessa perspectiva, altera-se a lógica da concepção desses sistemas, que passa a ser definida pelo ambiente onde a empresa atua. “A racionalidade e a liberdade de ação da empresa são limitadas. Estratégia não é só uma questão de vontade, ou de “visão”, mas vontades e visões conformadas e condicionadas pela realidade imediata à volta da empresa.” (PROENÇA, 1995)

SAMPAIO (2000) introduz um outro aspecto para a compreensão do estágio atual do capitalismo, que permite ampliar e aprofundar a discussão acerca da possibilidade, ou não, de sua superação e, portanto, da superação da Modernidade:

“O dinamismo da economia atual não vem mais da produção, não vem apenas do ímpeto do processo de acumulação, mas primordialmente da capacidade de manipulação do imaginário das grandes massas pelas “técnicas” de *marketing*. O desejo inconsciente teria sido afinal domesticado e integrado à economia. E é isso que vemos hoje por todo canto.”(SAMPAIO, 2000, pp.9)

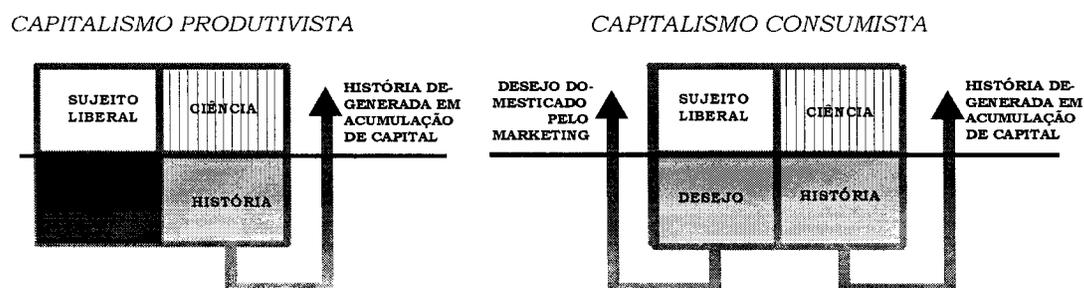


Fig. 5.4 - Do capitalismo produtivista ao capitalismo pleno ou consumista
(Fonte: SAMPAIO, 2000, pp.9)

Note-se que, mesmo não havendo uma difusão homogênea do desenvolvimento econômico, em termos globais, o *capitalismo consumista* se propaga aceleradamente por uma via cultural. A ele não estão imunes os ditos países do primeiro ou do terceiro mundo, havendo ou não recursos financeiros disponíveis. No caso dos países socialistas (segundo mundo), as barreiras são vencidas uma a uma após a “derrocada” do comunismo. Neles, a implantação de cada loja do *McDonald's* tem o mesmo valor da bandeira nacional colocada nas terras do inimigo como sinal de posse em tempos de guerra. No caso dos países em desenvolvimento, pela insuficiência de padrões financeiros que permitam aquisições crescentes, cria pressões psicológicas fortíssimas, podendo ser considerada uma das raízes da violência.

Em termos econômicos, como sói acontecer, as alterações estruturais que caracterizam esta fase, não ocorreram de maneira uniforme. A crise arrastada dos anos 70 e 80, que intensifica a globalização da economia, dos mercados e, principalmente, dos fluxos financeiros, promovendo a abertura econômica e a liberalização dos mercados, segundo regras e padrões impostos a partir de interesses do país líder – os Estados Unidos ⁻⁹⁴ fez com que algumas regiões, cidades e localidades enfrentassem o declínio de suas economias, enquanto que outras descobrissem novas oportunidades nos mercados em ebulição. Especialmente atingidas pelos reflexos negativos dessas mudanças foram as regiões de industrialização tardia, onde esse processo ainda não se consolidara, como no caso da América Latina.

Nesse movimento, várias e profundas foram as alterações promovidas no âmbito das empresas e no relacionamento entre elas. O acesso à informação faz com que produtos e tecnologias inéditos sejam rapidamente copiados e até melhorados. O concorrente direto, agora, pode ter sua base de atuação, não no mesmo município ou no País, mas na Coreia ou em Taiwan. Por outro lado, aos concorrentes tradicionais da indústria, somam-se outros ainda mais perigosos, que são aqueles que promovem a substituição definitiva de classes de produtos, ou de paradigmas tecnológicos. (MARQUES, 1995) Da mesma forma como já ocorreu com o advento da lâmpada elétrica, que deslocou velas, lamparinas e assemelhados para funções específicas e pontuais, as máquinas de escrever saem de cena para dar lugar aos processadores

⁹⁴ Essas regras são formalizadas por intermédio de diversos organismos internacionais. No caso das regras de comercialização, que disciplinam o fluxo de mercadorias no mundo, elas são consolidadas pela OMC

de texto eletrônicos. Além disso, a tecnologia abre as portas para novas formas de negociar: primeiro, foram as máquinas de auto-atendimento e o telemarketing; hoje as formas de transação eletrônica dos tipos “e-commerce” e “b - to - b”, caminham no sentido de mercados produtores e consumidores cada vez mais personalizados, articulados e informados.

Nesse sentido, e reproduzindo tendências de exacerbação da competição, já registradas em fases de expansão financeira em outros *ciclos sistêmicos de acumulação*, um dos conceitos que mais se alterou foi o de concorrência. De uma abordagem pontual e localizada, estritamente ligada aos interesses econômicos de uma determinada empresa, em sua área de abrangência (restrita), teve seu escopo ampliado, inclusive incorporando fortemente aspectos de natureza política com interesses que, não raro, representam os de países e de seus respectivos governos, numa tentativa de impor regras em nível mundial.

No que diz respeito às superestruturas dos sistemas produtivos, basicamente, pode-se dizer que prevaleceram duas linhas de tendências, que, entretanto, não são excludentes. Uma, com base no modelo das corporações americanas – *capitalismo das corporações*⁹⁵ - que privilegia a integração vertical e promove a “*superação do mercado* (GALBRAITH⁹⁶, apud ARRIGHI, 1996)⁹⁷ por meio da incorporação de fornecedores e clientes aos seus fluxos de produção. Como frisou Alfred Chandler(...), “essa internalização, num único campo organizacional, dos sucessivos subprocessos da produção, vinculando insumos primários específicos a produtos finais específicos, gerou consideráveis ‘economias de velocidade’ que, por sua vez, dotaram as primeiras empresas, formadas por várias unidades verticalmente integradas, de recursos

(Organização Mundial do Comércio), onde o poder de proposição e veto dos Estados Unidos têm definido a maior parte das questões.

⁹⁵ O “capitalismo das corporações” diz respeito aos formatos organizacionais dedicados à centralização do capital. No período compreendido entre 1880 e 1890, o “capitalismo das corporações” começa a se diferenciar. De um lado, o “capitalismo de corporações norte-americano”, caracterizado pela integração vertical e gestão burocrática, isto é, a integração das operações de uma firma com as de seus fornecedores e clientes, compondo empresas formadas por várias unidades separadas, sendo submetidas à lógica econômica da ação administrativa e do planejamento empresarial de longo prazo, dando origem às empresas multinacionais. Contrapondo-se a este, o “capitalismo monopolista alemão”, baseado na integração horizontal, isto é, na integração de firmas concorrentes (a transformação da Alemanha “numa só grande fábrica”).

⁹⁶ GALBRAITH, 1985

⁹⁷ Para GALBRAITH (1985), citado por ARRIGHI (1994), há três possibilidades de o planejamento industrial de longo prazo substituir o mercado: pelo “controle”, pela “suspensão” e pela “superação”. A “superação do mercado”, obtida no “capitalismo de corporações norte-americano”, se dá pela integração vertical das firmas: “A unidade de planejamento controla a fonte de abastecimento ou o mercado comprador; desse modo, uma transação que está sujeita à barganha de preços e quantidades é

abundantes e regulares.”. Este arranjo organizacional - as empresas denominadas multinacionais -, tornou-se a base efetiva de um novo estágio do capitalismo em escala mundial, caracterizado por *uma efetiva associação entre o governo e o empresariado americano*, iniciada no final do Séc. XIX, assinalando o início do quarto ciclo sistêmico de acumulação.

A Segunda Guerra Mundial estabelece um marco significativo neste quarto ciclo. A fase pós-guerra, caracterizada por um período de reconstrução e realinhamento de poderes, possibilitou um surto de crescimento, que ficou mais evidente nas décadas de 50/60, reforçado por uma política monetária extraordinariamente frouxa empreendida pelos governos americano e britânico. Esta estratégia teve sucesso até o final da década de 1960, mas surtiu efeitos adversos no início da seguinte. “Os sinais de rigidez aumentaram (...) Desde então, todas as nações têm estado à mercê da disciplina financeira ...” (ARRIGHI, 1996, p.3) . Tinha início, assim, a fase de expansão financeira do quarto ciclo sistêmico de acumulação. Caso os padrões dos ciclos anteriores se repitam, esta fase deverá assinalar, ao mesmo tempo, o ocaso do presente ciclo e o surgimento de um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Sempre houve, é claro, um equilíbrio delicado entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, mas a desarticulação do fordismo-keynesianismo significou uma evidente guinada para uma aumento do poder do capital financeiro frente ao Estado nacional. (HARVEY⁹⁸, apud ARRIGHI, 1996, p.3)

Ao se considerar o desempenho do “capitalismo das corporações” é possível constatar a prodigiosa expansão do comércio e da produção, vivenciada pela economia mundial capitalista, como um todo, de 1950 até cerca de 1970. É durante esse período, mais acentuadamente entre 1950 e 1960, que representa uma nova fase de expansão material da economia mundial capitalista,⁹⁹ que a hegemonia americana se firma, tanto no campo econômico como no político, ambos em decorrência da vitória obtida na Segunda Guerra Mundial e das pressões decorrentes da Guerra Fria. Obtém-se, assim, uma sólida prova da afirmação de SCHUMPETER, citado por ARRIGHI (1996), de que o potencial de crescimento do capitalismo das grandes empresas [na época] não era inferior a coisa alguma.

substituída por uma transferência dentro da unidade de planejamento.” GALBRAITH (1985). Segundo os autores, no “capitalismo monopolista alemão” ocorreu apenas a “suspensão” do mercado.

⁹⁸ HARVEY, David.,1989, p.145, 168

⁹⁹ Segundo Arrighi, os períodos de 1850 a 1860. e, posteriormente, 1950 a 1960, que se constituíram fases de expansão material (fase DM na fórmula geral do capital de Marx - DMD’), assemelham-se num aspecto fundamental: intensificação das pressões competitivas sobre toda e qualquer organização governamental e empresarial da economia mundial capitalista e numa conseqüente retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção, dando início a fases de expansão financeira.

Na fase atual, o modelo de “capitalismo de corporações” privilegiou intenso processo de alianças estratégicas, associações e fusões, criando enormes e poderosos conglomerados, que convivem com o que HARVEY (1989) menciona como “uma explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, ligada à ascensão de sistemas muito sofisticados de coordenação financeira em nível global”, que ele toma, ainda com certa hesitação, como a verdadeira novidade do capitalismo, no presente ciclo, e como o traço fundamental do regime emergente de “acumulação flexível”.

Segundo levantamento realizado pela *Pricewaterhouse Coopers*, no ano 2000, ocorreram, no Brasil, 619 transações de fusões e aquisições, o que representa um aumento de 24% com relação ao ano anterior (1999), constituindo-se o maior número da década. Ainda segundo o mesmo levantamento, tendência semelhante ocorreu na América Latina, com crescimento de 22% nesse tipo de transação, num volume de US\$ 90,25 bilhões, dos quais US\$ 47,05 em volume de operações no Brasil, sendo que, de cada dez operações de vendas de empresas brasileiras, seis foram conduzidas e arrematadas por estrangeiros.¹⁰⁰

Uma segunda tendência, aparentemente antagônica ao modelo das grandes corporações, se voltou para a reestruturação e o fortalecimento dos sistemas produtivos locais, ajustando-os às novas condições tecnológicas e comerciais, criando diferenciais competitivos a partir dos próprios efeitos negativos da crise do *fordismo*.

Para alguns autores, conforme citados por ARRIGHI (1996), a crise da produção em massa do tipo “*fordista*”¹⁰¹ criou oportunidades singulares para o ressurgimento de sistemas de “*especialização flexível*”, baseados na produção artesanal de pequenos lotes, executada em unidades empresariais de pequeno e médio portes, e coordenada por processos de troca através do mercado. (Piore e Sable, 1984; Sable e Zeitlin, 1985; Hirst e Zeitlin, 1991). Para outros, como Lomnitz (1988); Portes, Castells e Benton (1989) e, mais recentemente, Portes (1994), a crescente “formalização” da vida econômica gerou progressivamente uma tendência oposta, no sentido da “*informalização*”, isto é, a proliferação de atividades geradoras de renda que contornam a regulamentação legal através de uma infinidade de arranjos e de empresas do tipo “*pessoal*” ou “*familiar*”.

¹⁰⁰ Folha de São Paulo, 15 de abril de 2001, p. B1, Caderno Dinheiro

Isto é, no momento atual, que pode ser caracterizado como estágio inter-ciclos, ou como um momento intervalar entre um sistema já maduro, e em processo de desagregação, e um novo sistema, ainda não totalmente delineado, convivem estruturas que preconizam rigidez, regulamentação e formalização, com outras que privilegiam a flexibilidade e a informalidade. De certa forma, esta fase apresenta correspondência com o pensamento de SAMPAIO (1995) "...a grande controvérsia, no Ocidente, é a do "sujeito da ciência", que aparece como "sujeito intervalar" entre um sistema e outro, fazendo prevalecer a lógica da sistematicidade."¹⁰²

À luz dessas provas [o enorme sucesso do "capitalismo de corporações], talvez pareçam surpreendentes o súbito ressurgimento, na década de 80, das crenças no mercado auto-regulador, típicas do século XIX, bem como a redescoberta contemporânea das virtudes das pequenas empresas pelos teóricos da "especialização flexível" e da "informalização" (ARRIGHI, 1994).

A explicação para essa última ocorrência mencionada, que têm dado sustentação a modelos de desenvolvimento econômico local, pode estar relacionada ao que afirma Larissa Lomnitz (1988) com referência às economias nacionais "... quanto mais um sistema social é burocraticamente formalizado, regulamentado e planejado, mas, ainda assim, *incapaz de atender às necessidades sociais*,¹⁰³ mais ele tende a criar mecanismos informais que escapam ao controle do sistema." Esses mecanismos informais "crescem nas brechas do sistema formal, vicejam em sua ineficiência e tendem a perpetuá-la, ao compensarem as deficiências e gerarem facções e grupos de interesse dentro do sistema".

Esse último argumento (LOMNITZ, 1988) é particularmente importante para o que se pretende demonstrar nessa Dissertação, isto é, a possibilidade de a "informalidade" conviver com a formalização, compondo sistemas que só se tornam viáveis pela complementaridade de suas respectivas efetividades. Para ADAMS (1975) e

¹⁰¹ Modelo Fordista de Produção – Sistema de produção baseado na fabricação de produtos estandardizados, em grandes lotes, mediante o uso de máquinas especializadas e mão-de-obra precariamente qualificada ou sem nenhuma qualificação.

¹⁰² Embora Sampaio mencione "sujeito" como um indivíduo único, espécie de herói, que pela sua atuação, até certo ponto visionária, restabelece a ordem no sistema, transformando-o num novo sistema e garantindo a lógica da sistematicidade, pode-se ampliar essa noção de "sujeito", aqui considerada como exercida por grupos hegemônicos, que detêm o poder real de empreender mudanças em nível global, e não apenas na sociedade Ocidental, como mencionado por Sampaio.

¹⁰³ Grifo da autora desta Dissertação.

LOMNITZ (1988), quanto mais organizamos a sociedade, mais resistente ela se torna à nossa capacidade de organizá-la.

O que é válido para as economias nacionais pode também fornecer explicações para o comportamento das economias mundiais, pelo menos como tendência. Essas, por definição, abrangem múltiplas jurisdições políticas e, por essa razão são mais difíceis de organizar, regulamentar e planejar burocraticamente. Entretanto, segundo ARRIGHI (1996), os esforços para fazê-lo desempenharam um papel tão importante na constituição e expansão da economia mundial capitalista quanto os empregados na tendência oposta, no sentido da “*informalização*”.

Na verdade, essas tendências sempre se alternaram, desde o advento do capitalismo. Ao modelo formalmente organizado e regulamentado do capitalismo veneziano se sucedeu o capitalismo genovês, disperso e informalmente organizado, característico do primeiro ciclo sistêmico de acumulação.. Este, por sua vez, provocou o ressurgimento, na Holanda, do capitalismo formalmente organizado e regulamentado, representado pela formação de poderosas companhias de comércio e navegação [segundo ciclo]. Na medida em que a expansão dessas companhias chegou aos seus limites, o capitalismo informal voltou a triunfar no imperialismo britânico de livre comércio (terceiro ciclo). No quarto ciclo, novamente a tendência é revertida, passando a vigorar o capitalismo formal dos altos escalões de governo e das grandes corporações americanas. Assim, o ressurgimento da tendência à desregulamentação e à “*informalidade*” é mais um sinal de que um novo ciclo sistêmico de acumulação está em processo de formação. (ARRIGHI, 1996)

No momento atual do “*ciclo americano*”, tanto nos conglomerados transnacionais, quanto nos sistemas produtivos locais, o que se verifica é uma forte desconcentração e descentralização crescente, tanto no plano espacial, quanto no plano funcional, o que põe em cheque estruturas hierárquicas formais - tanto empresarias, quanto governamentais -, estimula o surgimento de novas modalidades de gestão e de “*design*” de novas estruturas organizacionais, que acentuem o caráter da constituição de redes, e pressiona pela definição de um novo modelo, que, entretanto, ainda não está plenamente formulado.

Em ambos os casos, as pressões por índices cada vez mais elevados de produtividade, especialmente para obtenção de preço, qualidade e prazos demandados pelos mercados, determinaram uma enorme aceleração no

desenvolvimento e na introdução de tecnologias nos sistemas produtivos, especialmente as de informação e de gestão, que, por sua vez, pressionam por maior habilidade e conhecimento por parte dos recursos humanos que as operam, criando as “cadeias de valor” no âmbito das organizações e gerando ciclos sucessivos (aparentemente intermináveis e cada vez mais velozes) de transformação e inovação.

Como já mencionado anteriormente, as decisões tomadas na camada superior da economia – alta camada dos negócios ou como menciona Braudel (1982) “o verdadeiro lar do capitalismo” - repercutem diretamente na camada intermediária – a da economia de mercado – que, de certo modo é a que emite os “sinais” acerca das mudanças que estão em curso.

Ultimamente, esses sinais vêm sendo insistentemente emitidos pela economia americana, denotando uma crise sistêmica, após um período razoavelmente longo de crescimento contínuo de sua economia:

A economia dos EUA deu ontem [06/06/01] mais um sinal de desaquecimento. A produtividade dos trabalhadores americanos caiu 1,2% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 2000. Foi o primeiro recuo em seis anos e o maior desde o primeiro trimestre de 93.(...). Enquanto isso, o custo da mão-de-obra teve a maior alta em dez anos. (...) a expectativa era que a queda na produtividade não ultrapassasse 0,1%. (...) Para Kim Rupert, economista-sênior da Standard & Poor's, a queda na produtividade aprofunda a sensação dos mercados de que o cenário de rápido crescimento e baixa inflação faça parte do passado. ¹⁰⁴ (Folha de São Paulo, junho 2001)

5.2.4- Análise do crescimento econômico em países de industrialização tardia

Considerando o objeto de estudo dessa Dissertação, e para que se tenha uma compreensão mais adequada do desenvolvimento social a partir de uma visão econômica é necessário proceder a uma análise do crescimento econômico que vem ocorrendo em países recentemente industrializados, bem como de alguns dos elementos característicos da reestruturação produtiva que se processa na atualidade, tais como as novas dinâmicas territoriais, e o aumento da produtividade, dentre outros. Destaque-se que esta análise será centrada, prioritariamente, em experiências ocorridas no Ocidente, pelo fato de apresentarem similaridades no que se refere ao componente cultural, considerando que as premissas de desenvolvimento social adotadas nesta Dissertação atribuem destacado valor a esse componente.

¹⁰⁴ Folha de São Paulo, 6 de junho de 2001, p. B5, Caderno Dinheiro

Eventualmente serão mencionados fatos que ilustram tendências no mundo Oriental, sempre com as ressalvas relativas à vertente cultural.

O crescimento econômico e a mudança estrutural nos países recentemente industrializados têm sido analisados tradicionalmente mediante um modelo que explica o desenvolvimento econômico sob a forma de crescimento urbano/industrial, liderado pelas grandes empresas, classificado como de concentração/difusão. Neste modelo, as áreas rurais participam do processo de industrialização somente beneficiárias da difusão da industrialização que se opera nas áreas metropolitanas, apresentado sempre um caráter de desenvolvimento subjacente.

Este modelo têm se mostrado freqüentemente limitado, frente a realidades distintas, que incorporam suas complexidades próprias às dinâmicas sociais [de origem cultural, econômica e política] vividas. Esta limitação se explica, ainda, pelo fato de os modelos de análise, que procuram interpretar as mudanças em curso, serem concebidos com base na lógica que preside a etapa de desenvolvimento que está sendo superada, isto é, num momento caracterizado por interações e desordens, que antecedem os momentos de organização e ordem, segundo a concepção de sistema adotada por MORIN (1977). Uma vez que a nova etapa de desenvolvimento, ou seja, o novo sistema, ainda não está totalmente delineado, seus elementos constitutivos e a dinâmica entre eles, nessa fase de transição, ainda se encontram obscuros. Análises realizadas nesses momentos são necessariamente parciais, uma vez que seus instrumentos são baseados na lógica que está sendo superada. Assim, não conseguem captar novos elementos e arranjos “nascidos” no novo sistema.¹⁰⁵ Tais análises devem ser revistas na medida em que o novo sistema emita sinais de maior estabilidade.

No caso em questão, a complexidade do novo sistema que está se delineando não é percebida. A análise realizada procura explicar o crescimento econômico e a mudança estrutural, ocorridos nos países recentemente industrializados, por meio de referenciais de análise semelhantes aos utilizados para explicar o desenvolvimento que se efetuou a partir do final do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. Dessa forma, são obtidos apenas resultados parciais e, freqüentemente, equivocados, não só levando em conta os argumentos já apresentados, mas também pelo fato de se tratar

¹⁰⁵ As estruturas organizacionais constituídas logo após a Revolução Industrial ainda se baseavam na lógica do modelo de economia agrária. O modelo adequado à economia industrial – o fordismo – só foi posteriormente, no início do Séc. XX, estabelecido

de contextos muito diferenciados, quer do ponto de vista econômico, quer do político, e, principalmente, do cultural.

Na medida em que os índices de crescimento urbano/industrial têm-se mostrado insuficientes para explicar os modelos estruturais e funcionais, bem como os ritmos e as dinâmicas de funcionamento da indústria local, nas economias em desenvolvimento tardio, outros instrumentos de análise foram incorporados, de forma a estabelecer as bases para a interpretação do seu processo de desenvolvimento econômico. Tal fato ensejou a definição de um modelo de desenvolvimento diverso do anterior: *o modelo de industrialização local descentralizada*.

Esta pode ser definida como um processo cujo nascimento, desenvolvimento e maturidade se baseia na combinação de um conjunto de causas que vão desde o estado das necessidades locais até a disponibilidade de recursos naturais e/ou boa localização. A existência de uma certa capacidade empresarial, de mão-de-obra qualificada, abundante e a custo competitivo, de organização local, e de conhecimentos práticos sobre produtos e mercados são também fatores que favorecem uma resposta positiva à necessidade de mudança existente nas comunidades locais.

As economias de aglomeração, características do modelo anterior (fordista), têm sido um fator importante nesses processos de industrialização local, conforme citado por ARRIGHI (1996) e já mencionado anteriormente neste trabalho. Frequentemente, as empresas se reúnem em um determinado território porque existem importantes elementos (informação, oferta de mão-de-obra qualificada, serviços especializados, incentivos fiscais, etc.) que facilitam sua instalação, crescimento e desenvolvimento. “Os sistemas locais de empresas cresceram notavelmente durante a última década, uma vez que a flexibilidade dos sistemas produtivos locais permite formas de acumulação de capital que se adaptam bem às condições atuais de mudanças no contexto econômico.” (PROGRAMA DELNET, 2000)

Entretanto, se levarmos em consideração a Teoria Espacial de Desenvolvimento (BECATTINI e FUA,, mais uma vez, as condições mais adequadas ao sucesso do modelo de *industrialização local descentralizada* estão postas em ambientes que apresentem elevados índices de qualidade de vida.

Embora *qualidade de vida* seja um conceito subjetivo, alguns aspectos, presentes numa determinada comunidade¹⁰⁶, podem ser identificados como expressão do tipo de vida que ocorre em seu âmbito. Esses aspectos quando valorados, isto é, medidos e, posteriormente, comparados, passam a indicar a posição de uma determinada comunidade numa escala de valores previamente determinada, que admite, no seu limite superior as condições de vida tidas como ideais. De certa forma, este conceito vem sendo considerado como expressão do nível de desenvolvimento de uma determinada comunidade e, assim, a um índice mais elevado de qualidade de vida, normalmente corresponde um elevado nível de desenvolvimento. Da mesma forma, índices localizados nos segmentos inferiores da escala de valores indicam situações de carência social sistêmica com sérias restrições ao processo de desenvolvimento.

Este último aspecto merece uma análise mais apurada, uma vez que, conforme está enunciado anteriormente, pode ser interpretado unicamente como sendo a causa do atraso de uma região. Entretanto, segundo SAMPAIO (1995), os índices de qualidade de vida, tanto os elevados, quanto os baixos, são considerados produtos sociais, isto é, são resultados de processos sociais. Assim, a medida do índice passa a ser uma consequência do comportamento das forças econômicas, políticas e culturais presentes numa determinada sociedade e não a causa desse comportamento. Ao se inverter a lógica de análise, definindo-se o problema em outras bases, cria-se a possibilidade da identificação correta das causas do fenômeno, as quais certamente estarão relacionadas ao desequilíbrio entre as três forças mencionadas. Isto torna possível a definição de estratégias mais eficazes para superar a situação adversa; no caso em questão, o baixo índice de desenvolvimento.

Atualmente, para estabelecer uma base avaliativa das condições de vida de diversas populações, vem sendo adotado o IDH - *Índice de Desenvolvimento Humano*, produzido pela ONU, o qual é calculado¹⁰⁷ com base em indicadores de escolaridade, de longevidade e de renda *per capita*. Mesmo não cobrindo todos os aspectos que devem ser considerados quando se trata de avaliar o desenvolvimento de um determinado local/região, este índice é particularmente interessante pelo fato de incluir outros indicadores sociais, e não apenas os que se traduzem exclusivamente por critérios econômicos, embora o vetor econômico desempenhe papel importante no comportamento desses indicadores.

¹⁰⁶ Aqui considerado como o local e seus habitantes, organizados segundo leis e outros códigos sociais.(uma vila, cidade, município, etc.)

¹⁰⁷ O IDH varia de 0 (zero), limite inferior, a 1 (um), limite superior.

O IDH divulgado em 2000 situa o Brasil em 74^o. Lugar, com IDH médio de 0,76, o que caracteriza o País como de médio desenvolvimento, com regiões apresentando índices correspondentes ao de países desenvolvidos (acima de 0,80). Entretanto, uma enorme quantidade de microrregiões¹⁰⁸, especialmente localizadas na Região Norte e na Região Nordeste, apresentam índices inferiores a 0,50, que não só “puxam” a média para baixo, como dificultam um processo de desenvolvimento mais equânime e economicamente favorável.

5.2.4.1- Novas Dinâmicas Territoriais

As *economias de aglomeração*, têm sido um diferencial nos processos de industrialização local, por meio da valorização e da competição para obtenção de fatores de produção tidos como não relevantes nas “economias do conhecimento”¹⁰⁹. Por outro lado, a reestruturação produtiva, especialmente a ocorrida em indústrias tradicionais (automotiva, calçados, etc.), valendo-se da infra-estrutura de informação (*hardware* e *software*) disponível e articulada em bases mundiais, radicalizou os princípios da divisão e da organização do trabalho, adotados pelo *fordismo*. Segmentou suas plantas, alocando unidades de produção em diversos pontos do planeta, e também passando a competir por fatores de produção tradicionais.

Esses aspectos passaram a influir na dinâmica territorial, da mesma forma que as aptidões e atitudes dos territórios favorecem ou dificultam a adaptação ao novo modelo de produção. Áreas que tradicionalmente gozavam de uma boa saúde devido ao seu nível de desenvolvimento industrial se converteram em importantes focos de desequilíbrios, enquanto que zonas “atrasadas” se converteram em novos pólos de desenvolvimento. Se assiste, portanto, a uma certa modificação das hierarquias territoriais e o surgimento de novas formas de intervenção pública, as quais serão abordadas, neste trabalho, no tópico relativo à visão política do desenvolvimento.

Ao se incorporar a dimensão espacial à análise das transformações que tiveram lugar durante a década de 1980, é possível fazê-lo a partir de três abordagens teóricas. A

¹⁰⁸ A metodologia de análise usada pelo Governo Federal, para definir políticas de intervenção para a melhoria do IDH do País, agrupou áreas geográficas em microrregiões, priorizando o atendimento às microrregiões com IDH abaixo de 0,50.

¹⁰⁹ Termo utilizado pela autora dessa Dissertação para caracterizar um conjunto de organizações cujos produtos/serviços são intensivos em conhecimento/tecnologias, nos quais o preço final não é impactado por fatores de produção tradicionalmente tidos como diferencial competitivo, como mão-de-obra abundante e barata ou fácil acesso a insumos primários.

primeira – *interpretação estrutural* – sustentada por GUDGEN (?) e STOREY (?), justifica as diferenças espaciais na criação de novas empresas, fundamentalmente, pelo impacto e pelos condicionantes da estrutura setorial, bem como pelas dimensões das plantas empresariais, especialmente as industriais. A segunda – *teoria da reestruturação regional* – (MARKUSEN, BLUESTONE, HARRISON, MASSEY e MERGON), que procura explicar os mecanismos da transição do sistema de grandes empresas para regimes de acumulação mais flexíveis nas economias avançadas. Finalmente, a terceira – *Teoria Espacial de Desenvolvimento* -, (BECATTINI e FUA), que concede especial importância aos fatores “sócio-culturais” (sic)¹¹⁰, que definem o entorno empresarial, e aos fatores de oferta e demanda, que condicionam os investimentos e a localização das empresas.

Ao mesmo tempo, as novas dinâmicas territoriais incorporam elementos mais favoráveis à criação de micro, pequenas e médias empresas e à reabsorção do desemprego pela abertura de novos postos de trabalho¹¹¹, o que, tendencialmente pode vir a promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território, de seus habitantes e da sociedade considerada.

Em síntese, pode-se dizer que a mudança na organização do processo produtivo está relacionada a importantes mudanças nas dinâmicas territoriais das atividades econômicas. Essas dinâmicas não podem ser entendidas à margem de fatores específicos a cada território, conforme os abaixo relacionados (DELNET, 2000):

- a existência de mão de obra industrial especializada;
- os preços do solo e da mão-de-obra;
- a tradição e a “atmosfera” industrial e econômica
- a capacidade empreendedora local;
- a existência de um entorno inovador;
- o progresso das telecomunicações e dos transportes;
- as novas tecnologias, cuja introdução na empresa permitem economias de escala com menor volume de produção (produção flexível);

¹¹⁰ Nesta formulação os autores quiseram enfatizar a importância dos aspectos culturais na promoção do desenvolvimento. Entretanto, essa consideração não aparece com clareza na formulação geral da estratégia

¹¹¹ Não há uma correspondência absoluta entre novos postos de trabalho e recontração de pessoal desempregado, uma vez que os novos empregos demandam perfis diferenciados daqueles típicos do “fordismo”. Assim, essa possibilidade só será verdadeira na presença de outras variáveis, especialmente as ligadas à melhoria do perfil profissiográfico do trabalhador.

- a relevância da massa crítica da população envolvida na ação política, social (sic)¹¹² e econômica (participação no desenvolvimento local).

Pela enumeração desses fatores, percebe-se que a concepção de desenvolvimento local adotada pelo Programa DELNET (2000) implica a presença concomitante desses fatores numa determinada região, criando as “condições ótimas” para que o desenvolvimento ocorra. Desse ponto de vista, a concepção de desenvolvimento local não difere da de desenvolvimento propriamente dito, uma vez que os países tidos como desenvolvidos já apresentam essas condições de forma mais ou menos homogênea em todo o seu território. O inovador, nesta estratégia de desenvolvimento local é a identificação de uma região, que já apresentando algumas vantagens comparativas frente a outras, possa receber aportes de recursos, conhecimento e tecnologia de forma a reproduzir, numa determinada área geográfica, uma situação semelhante à dos países desenvolvidos.

Chama a atenção, ainda, o fato de esta estratégia prever como condição de sucesso, a participação massiva da comunidade na construção de uma situação melhor para todos, supostamente enfatizando valores democráticos. Nessa perspectiva, o projeto de desenvolvimento local assume a característica de um projeto econômico com forte conotação política, reproduzindo o modelo de submissão denunciado por SAMPAIO (1995)

5.2.4.2- Aumento da produtividade

A produtividade, como elemento central do processo de reestruturação, está estreitamente relacionada com as novas formas como estão combinados os fatores produtivos, como conseqüência da aplicação do conhecimento, e da inovação tecnológica e organizacional.

As novas orientações do sistema produtivo, iniciadas durante os anos 80, introduziram modificações, também, na divisão funcional e espacial do trabalho. Desta forma, a organização da economia se vê submetida a importantes transformações, avançando no sentido de um modelo mais flexível:

¹¹² Contrariamente à concepção dos fenômenos sociais sustentada na presente Dissertação, os autores adotam conceito tradicionalmente usado para explicar ações que visam a atenuação ou superação de condições sociais adversas, supostamente impeditivas do desenvolvimento, tais como melhoria do nível de escolarização, das condições de saúde, de saneamento básico, etc.

- Se implantam, paulatinamente, processos de descentralização da produção, de subcontratação e de externalização de tarefas (terceirização e quarteirização).
- A estandardização da produção se reduz, favorecendo-se a diferenciação para atender a mercados cada vez mais segmentados e exigentes.
- Em sistemas produtivos mais diversificados, e descentralizados, as economias de escala só podem ser obtidas mediante a introdução de métodos de produção mais avançados tecnologicamente e mediante o trabalho em rede e a colaboração das pequenas e médias empresas (a nível setorial e a nível do território)
- O desenvolvimento de novos produtos e serviços requer uma maior integração nas tarefas de planejamento, gestão e marketing.

Uma resposta adequada a esta nova situação tem sido um dos elementos centrais na articulação de novas políticas de desenvolvimento local, como, por exemplo, as da região da Emília-Romana, na Itália,¹¹³; as iniciativas para favorecer a consolidação da área de São Carlos de Bariloche, na Argentina, como centro de excelência em matéria de tecnologia para a produção¹¹⁴, assim como a constituição de sistemas locais de empresas ou distritos industriais em diversos países e localidades. (PROGRAMA DELNET,2000)

Particularmente interessante é a caracterização dos *sistemas locais de empresas*, que produzem bons resultados. Eles são descritos como sistemas produtivos de um território, que se caracterizam por uma elevada divisão do trabalho entre as empresas locais, obtida por meio de uma comprovada especialização produtiva a nível de empresa; pela a multiplicidade de sujeitos [empreendedores] a nível local; pela progressiva formação de um eficiente sistema informacional a nível de área, [permitindo a interligação entre todos os integrantes do sistema local e deste com sistemas mais amplos]; a existência de um elevado e diferenciado nível de capacitação profissional dos trabalhadores e a existência de relações cara-a-cara entre os sujeitos. (DELNET, 2000)

Um outro aspecto favorável à consolidação da área de São Carlos de Bariloche (AR) como um *sistema local de empresas* com excelência em tecnologia de produção, é a presença da Universidade do Rio Negro como pólo irradiador e estimulador do

¹¹³ Maiores informações em <http://www.ervet.it> ou em <http://www.aster.it>

¹¹⁴ Rede Tecnológica Produtiva Bariloche – BARITEC <http://www.cab.cnea.edu.ar>

conhecimento. Essa Universidade realiza o Curso de Graduação em Tecnologia, dirigido a alunos com elevado desempenho, a partir do segundo ano do Curso de Engenharia, e aprovados em rigorosíssimo processo de seleção. O curso possui um currículo extremamente interessante, voltado à concepção de soluções inovadoras, via aplicação ou desenvolvimento de tecnologias, para problemas complexos de produção. Dentre seus clientes incluem-se empresas de toda a América Latina e também dos Estados Unidos e Europa.¹¹⁵

Considerando a descrição dos *sistemas locais de empresas*, organizados segundo o modelo de *industrialização local descentralizada*, e retomando o conceito dos *ciclos sistêmicos de acumulação* (ARRIGHI, 1996), pode-se deduzir que, aproximadamente, a partir da década de 1980, estão ocorrendo na economia mundial, de forma simultânea, uma fase de expansão financeira e uma fase de expansão material. A primeira – expansão financeira – mais ampla, envolvendo praticamente todos os mercados, que se caracteriza por uma acirrada competição pela posse do capital. A segunda – expansão material – que aparece claramente delineada na descrição dos *sistemas locais de empresa*, que privilegia os procedimentos de cooperação entre os concorrentes.

5.2.4.3- Inovações baseadas no vetor cultural e na lógica do preço possível

A expectativa que se tem hoje acerca de inovações é que elas são fortemente baseadas em tecnologias, são geradas nos países centrais e, principalmente, são caras, isto é, acessíveis apenas a consumidores com posições definidas e regularidade de participação no mercado.

Entretanto, CASTRO (2001) põe em foco um tipo particular de inovação, que vem ocorrendo em países classificados como de industrialização tardia, mais especificamente na Índia, cujo grande mérito é sua capacidade de incorporar novos contingentes de consumidores ao mercado, sendo condição mínima necessária, a venda dos produtos a preços verdadeiramente acessíveis.

Nesse tipo particular de inovação, dois aspectos chamam imediatamente a atenção. Um deles, expresso como “condição mínima necessária”, que inclui na concepção da inovação, as expectativas e características culturais dos enormes contingentes

¹¹⁵ Referências obtidas por intermédio do corpo técnico da Universidade em viagem de estudos a Bariloche, realizada pela autora dessa Dissertação, em 1989, quando integrava equipe técnica do SENAI..

populacionais que se situam abaixo da linha de pobreza. Por essa razão, representa, por si só, uma inovação, pelo fato de contrariar a tendência de excluir as camadas mais pobres de todos os benefícios decorrentes da globalização, e que hoje aparece como o mais perverso resultado desse processo. Isto não deve ser entendido como valoração positiva ou negativa *a priori* pois também pode ser interpretado como uma busca capitalista insaciável por “novos compradores”, uma vez que o mercado, tal como configurado no presente momento, sinaliza impossibilidade de crescimento significativo continuado.¹¹⁶

Um segundo aspecto, que se depreende dos exemplos mencionados por CASTRO (2001) ilustra o que SAMPAIO (1995) menciona como a possibilidade de desenvolvimento obtido a partir da consideração à cultura dessas populações:

Em síntese, pode-se dizer que inovações, especialmente aquelas que representam sucesso, estão sempre associadas à grandes mudanças de concepção (inovação), seja no tocante aos produtos ou no referente à relação das empresas com o mercado, de tal forma que aliem as tecnologias disponíveis a uma profunda compreensão da cultura dos grupos focais.(grupos que constituem o mercado para o qual a inovação está direcionada).

- 1º. Exemplo:

Caso da empresa Arvind, que passou a vender calças jeans sob a forma de *kits*, compreendendo o tecido, o zíper, os rebites e instruções para costura. “Tratava-se de uma adaptação não apenas ao baixo poder aquisitivo do público-alvo [massas rurais na Índia] como à *tradição rural de comprar o tecido e levá-lo ao alfaiate.*” (DAWAR, Niraj e FROST, Tony¹¹⁷, citados por CASTRO 2001. Grifo da autora dessa Dissertação)

- 2º. Exemplo:

A entrada da Honda na Índia parecia condenar as empresas locais do segmento automotivo (“duas rodas”) ao desaparecimento ou à associação com o gigante japonês. Um dos produtores locais se associou à Honda, chegando a ter 11% do mercado indiano. “A empresa Bajaj Auto (de propriedade familiar), buscou caminho próprio. O artigo por ela produzido era robusto e adaptado às condições da Índia. Tratou, então, de introduzir melhorias (via pesquisa e desenvolvimento) que não descaracterizassem a rusticidade dos seus produtos, bem como de aprimorar os

¹¹⁶ As taxas médias de crescimento mundial se encontram estabilizadas na faixa de 2%.

¹¹⁷ DAWAR, Niraj e FROST, Tony. “*Competing with giants: survival strategies for local companies in emerging markets*”, Harvard Business Review, março de 1999.

serviços prestados aos clientes. (...) alcançou recentemente 77% do mercado! A Honda, por outro lado, desistiu da *joint venture*.” (DAWAR, Niraj e FROST, Tony¹¹⁸, citados por CASTRO 2001)

- 3^o. Exemplo

Segundo CASTRO (2001) este é o exemplo mais instigante e rico em ensinamentos. Trata-se do “*Simputer*” (de simples e de computador), desenvolvido por quatro professores do Instituto Indiano de Ciências e três especialistas da Encore Software, que, dentre outras, alia duas características típicas de inovações baseadas no vetor cultural e na lógica do preço possível.

A primeira diz respeito ao preço: trata-se de um produto extremamente barato, devendo chegar ao mercado por menos de US\$ 200.

A segunda, que reverte uma lógica de oferta de *produtos de segunda linha para pessoas de segunda linha*¹¹⁹. “...não se trata de um produto adaptado à pobreza, via despojamento de atributos. A rigor, trata-se de um artigo tecnologicamente sofisticado, que está sendo desenvolvido para entender comandos por voz (num país de muitas línguas). Isto permitirá a chegada da tecnologia de informação a frações não-alfabetizadas das populações rurais das aldeias da Índia.” (CASTRO, 2001)

O autor chama a atenção para o fato de esses três desenvolvimentos, que poderiam ser considerados pontuais, fazerem parte de uma ação deliberada de competição qualificada junto a mercados emergentes, alijados, até o momento, dos supostos benefícios de uma economia globalizada. Portanto, não diz respeito apenas a empresas domésticas, embora essas sejam as que apresentam as melhores condições para, a partir da consideração às culturas locais, desenvolverem produtos adequados a essas clientelas.

Os exemplos relatados por CASTRO (2001) parecem ilustrar o posicionamento de SAMPAIO (1995) acerca da possibilidade de nações como o Brasil ou, no caso a Índia, superarem os “gigantes” que comandam os destinos do mundo, por meio da construção de uma nova lógica de inclusão ou, como CASTRO (2001) menciona, através de “grandes saltos para baixo”. Entretanto, dependendo da forma como se apropriam da idéia pode ser mais uma investida do capitalismo, agora para capturar

¹¹⁸ DAWAR, Niraj e FROST, Tony. “*Competing with giants: survival strategies for local companies in emerging markets*”, Harvard Business Review, março de 1999.

¹¹⁹ Expressão e grifo da autora desta Dissertação.

definitivamente a camada inferior da economia, onde ainda permanecem, mesmo que sob “mantos da ideologia”, as forças criativas que podem definir uma “nova cultura”.

5.3- O Ponto de Vista Político

O vetor político integra com o econômico e o cultural o conjunto de forças presentes na gênese dos fatos sociais. (SAMPAIO, 1995) Portanto, ao se adotar essa concepção, implicitamente se aceita que todos os fatos/eventos sociais decorrem de combinações especiais dessas forças, todas elas presentes na construção de um determinado fato.

Se o cultural é constituído por forças de identidade, portanto integradoras, e o econômico por forças que promovem diferença, portanto forças de dispersão, o vetor político é constituído por forças de equilíbrio, que procuram harmonizar as duas tendências extremas, sendo um espaço dialético onde se processam as escolhas. Não se trata, portanto, de um poder investido num determinado sujeito social, já que diz respeito ao conjunto da sociedade.

Em sociedades maduras, com identidades bem definidas em decorrência da explicitação de seu componente cultural, as três forças se equilibram e o político opera no seu espaço adequado, articulando o econômico e o cultural. Entretanto, quando os valores e identidades culturais se diluem, como sucede em muitos países em desenvolvimento, inclusive com é o caso do Brasil, ou nos processos de globalização/mundialização, o político passa a operar apenas referenciado ao econômico, com o qual se confunde. Este fenômeno vem ocorrendo com maior intensidade neste quarto ciclo sistêmico de acumulação pela anulação das identidades nacionais e tentativa de sua substituição pelas identidades de organizações transnacionais.

As organizações transnacionais representam uma expansão das multinacionais (economia das corporações americanas). Entretanto, pela própria análise do termo, verifica-se que, no primeiro caso, elas ainda se referenciavam às identidades nacionais (multinacional = múltiplas nações), enquanto que, no segundo, a intenção clara é de substituição da referência nacional (transnacional = através das nações) por outra, a da própria organização, que passa a atuar como superestrutura das nações, posicionando-se nas altas camadas da economia, onde o capitalismo opera.

Ao procederem à análises históricas do capitalismo, Braudel e, posteriormente, Arrighi assim se expressam:

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.
(BRAUDEL, 1977)

Ali, [na camada superior da economia] o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho [economia de mercado] mas do poder político.
(ARRIGHI, 1996).

Depois de alguma euforia, na década passada, especialmente promovida por interesses econômicos e por desejos de ampliação de poder, que colocava no mercado a responsabilidade total pela regulação do sistema econômico mundial, parte-se, hoje, para análises mais abrangentes, que incorporem não apenas questões econômicas, mas a complexidade do sistema social. Em parte, essas análises estão sendo forçadas pelo movimento anti-globalização, que ganhou notoriedade com os protestos em Seattle, em novembro de 1999, repetidos a cada grande encontro de autoridades internacionais ou, mais especificamente, naqueles liderados (explícita ou implicitamente) pelos Estados Unidos, como é o caso da Cúpula de Quebec (abril/2001). Este movimento, que começa a se estruturar politicamente, surgiu da articulação de outros movimentos, muitos deles ligados à causa ambiental, e de organizações não-governamentais (ONGs)¹²⁰, que apresentaram crescimento explosivo, após o sucesso do encontro ambientalista – Eco-92 -, realizado no Rio de Janeiro.

Embora sem a profundidade e consistência de análise presentes em ARRIGHI (1994), MICHAEL PETTIS¹²¹, ao traçar um panorama histórico-econômico dos últimos duzentos anos, identifica cinco movimentos de globalização que antecederam o fenômeno vivido atualmente. Mostra haver uma série de coincidências, que se repetem sistematicamente, de certa forma constituindo um padrão, tanto na geração do movimento, quanto no seu apogeu e decadência. No que se refere às fases de retração, assim se expressa “A globalização sempre suscitou uma reação política muito forte. Isto se percebe pelo retorno dos movimentos populistas à América Latina, nos conflitos de rua de Seattle e Praga, e com o crescente desencantamento em

¹²⁰ Hoje existem mais de trinta mil ONGs no mundo. Elas organizam comunidades carentes, fazem pressão política e denunciam internacionalmente suas causas, valendo-se, principalmente das possibilidades de comunicação abertas pela INTERNET.

¹²¹ Michael Pettis é diretor-gerente da Bear Stearns e professor de finanças e economia na Universidade de Colúmbia.

alguns locais com as rupturas e a incerteza associadas às rápidas mudanças que parecem seguir na esteira da globalização.”¹²²

5.3.1- Concepções e Conceitos

Como já visto anteriormente, a reestruturação produtiva, intensificada após a crise do petróleo e a maior visibilidade dos sinais de descontinuidade de vários ciclos, que parecem se consolidar na crise do quarto ciclo do capitalismo, o ciclo americano, pela dimensão e complexidade que assumiu, tem dado origem a discussões acerca dos rumos que deva tomar o desenvolvimento. Enquanto, como afirma Arrighi, as grandes decisões afetas ao capitalismo ocorrem num nível supramercado, no sentido de traçar os rumos do grande capital e de sua globalização, num nível mais local, procurando preservar a existência das populações e sua reintegração na "grande roda", surgem experiências, adotando abordagens territorialistas, algumas delas definidas com o escopo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS.

Considerando que DLIS se constitui numa abordagem estratégica para promover o desenvolvimento, mais especificamente o desenvolvimento de uma região, a compreensão ampliada das implicações da adoção dessa estratégia requer o esclarecimento de questões mais amplas, ligadas ao conceito de *Governança* – e suas principais questões: centralização e descentralização, autogoverno, autogestão - e ao de *Desenvolvimento Local*, bem como às relações e interdependências entre ambos. Isto será feito com base na literatura específica sobre os dois principais conceitos mencionados e na concepção de forças estruturantes do social – econômicas, políticas e culturais – defendida por SAMPAIO (1995).

Por outro lado, embora considerando as restrições feitas à sua aplicação no caso brasileiro, DLIS deve ser entendido como uma estratégia de planejamento e de gestão social e, portanto, é fundamental o entendimento dos conceitos de “desenvolvimento integrado” e “desenvolvimento sustentável”, adotados nessa abordagem, bem como sua crítica, elaborada a partir da concepção adotada nesta Dissertação..

¹²² PETTIS, Michael. “Novo Mundo, Velhas Bandeiras”, Valor, 18/05/01, p. 16 a 19, Suplemento Eu&

5.3.1.1- Governança e os conceitos associados de Centralização e Descentralização

O desenvolvimento de novas alternativas de governo que tornem a gestão pública mais eficaz e eficiente e, portanto, capaz de contribuir de forma mais efetiva para a promoção do desenvolvimento, tem sido enfatizado ao longo do tempo, estando mais recentemente associado à discussão da questão relacionada à Governança (PRADO, 2001)

Considerando a natureza do estudo realizado, no âmbito desta Dissertação a questão da Governança estará associada à avaliação do progresso regional, sendo abordados aspectos relacionados à centralização e descentralização, bem como aos de autogoverno e autogestão, sendo que esses dois últimos serão tratados no item 5.3.1.2.

Governança pode ser entendida como a melhoria dos sistemas de governo, ou seja, como a criação e instauração de instituições eficazes e responsáveis por promover os princípios democráticos e estabelecer uma nova relação orgânica entre o governo e a sociedade. (PRADO, 2001)

Se analisada do ponto de vista das idéias defendidas por SAMPAIO (1995), Governança se refere, primordialmente a um conjunto de forças de natureza política, que promove o equilíbrio entre as forças de natureza econômica e a cultura - conjunto de valores, princípios e regras – do grupo social abrangido por um dado sistema de governo.

Quando se analisa as mudanças, ou reformas, que têm acontecido nos sistemas de governo, é possível distinguir, ainda que de forma macro, as ações relacionadas à descentralização ou centralização de atividades em relação a duas vertentes ilustrativamente denominadas nesse trabalho como horizontal e vertical.(PRADO,2001)

A vertente horizontal diz respeito, fundamentalmente, às características e alcances definidos em relação à Administração Direta e Indireta. É nessa vertente que a questão da Governança se apresenta como alternativa para descentralização de atividades, havendo forte relação com a questão relacionada à forma de intervenção e participação do Estado na economia, seja através da execução privativa de serviços públicos, seja através da concessão de licenças e autorizações para a atuação controlada da iniciativa privada (por exemplo, com a redefinição de instituições e

conceitos como agências executivas e agências reguladoras), ou ainda, através de políticas financeiras e monetárias específicas.

A vertente vertical, por sua vez, está relacionada ao alcance regional de uma determinada esfera de Governo, podendo tal esfera apresentar padrões de centralização ou descentralização horizontais conforme as questões associadas ao ponto anterior.

Um dos principais pontos dessa questão diz respeito exatamente à relação existente entre o processo de descentralização vertical das atividades de governo, que passam a ter seu foco mais voltado para uma determinada região, normalmente dotada de características econômicas e culturais particulares, e a avaliação da qualidade da Governança existente, podendo tal análise ser ampliada, inclusive, para abranger a avaliação do grau de desenvolvimento econômico alcançado.

Nesse sentido reproduz-se, aqui, as análises conduzidas por DURET e VENTELOU (1999) realizadas sob a ótica da Governança, conforme conceito adotado no presente trabalho.

Segundo DURET e VENTELOU (1999), a contribuição da descentralização para o desenvolvimento social diz respeito, principalmente, ao aumento da sensibilidade das coletividades territoriais para os reais anseios de sua população. Com isso, os objetivos sociais a serem atendidos podem ser hierarquizados e mais precisamente relacionados aos recursos financeiros e estruturais disponíveis, elevando-se a eficácia das ações adotadas pela administração pública e, conseqüentemente, o reconhecimento das populações aos feitos dos governos e dos governantes, geralmente traduzido por maior apoio político.

Tal afirmação vai ao encontro da percepção de BOBBIO (1983), segundo a qual um dos grandes alavancadores do processo de reforma estatal, aqui entendida como o processo de reestruturação e redistribuição territorial de poderes e atribuições, se refere à crise da gestão administrativa do sistema e de apoio político dos cidadãos às autoridades e aos governos. O primeiro aspecto diz respeito ao que Bobbio denomina *crise de racionalidade*, onde o sistema administrativo não seria capaz de compatibilizar, nem agilizar, eficientemente, os imperativos de controle que lhe chegam do sistema econômico. O segundo aspecto, denominado *crise de legitimação*, onde o sistema legitimador não consegue preservar o nível de lealdade necessário da massa, impulsionando ainda mais os imperativos de controle do sistema econômico assumidos.

É tanto com o papel de buscar a legitimação frente a um determinado contingente social, quanto com o objetivo de garantir a compatibilização entre os anseios sociais e o desenvolvimento econômico desejado, considerando as disponibilidades financeiras e tecnológicas disponíveis, que se inserem as discussões acerca da descentralização territorial da atuação do Estado e de Governança e a integração de suas inter-relações com o universo privado.

5.3.1.2- Desenvolvimento Local: Descentralização, Autogoverno e Autogestão

Ao se procurar avaliar o processo de descentralização vertical das esferas de Governo, já de alguma forma legitimada pela própria Constituição Federal a partir da inclusão dos municípios como entes federados, a eles atribuindo um conjunto próprio de competências/responsabilidades, uma das questões centrais que se coloca é a de investigar como se estruturam experiências locais de bons governos, entendidos esses como os que propiciam condições para a participação popular na produção de políticas públicas que, por sua vez, bloqueiem ou neutralizem a vigência de práticas predatórias na relação entre agentes públicos e cidadãos. Na verdade, se adotado o conceito de MORIN (1977) relativo à constituição de sistemas, trata-se da importância de investigar que princípios de organização estão presentes nessas situações.

Dessa forma, convém ressaltar que os conceitos considerados nesse tópico estão fortemente influenciados por questões valorativas e por um viés ideológico, isto é, a adoção de medidas de descentralização, autogoverno e autogestão pressupõe uma concepção de Governo centrada nas forças de mercado, em concepções democráticas de gestão pública e em evidências de práticas bem sucedidas de governos locais, segundo critérios definidos pelo modelo político prevalente.

Este último aspecto, que tem como propósito identificar questões invariantes, isto é, presentes em todas as situações investigadas, que possam definir princípios e/ou mecanismos (modelos) a serem adotados em novas situações/regiões, deve ser considerado com cautela. Uma vez que o contexto social, bem como sua própria estrutura são consequência da atuação de forças econômicas, políticas e culturais, (SAMPAIO, 1995), a adoção acrítica de modelos e/ou de estruturas "importadas" pode não levar ao resultado esperado. Apenas uma análise aprofundada da situação local, confrontada com experiências de sucesso já realizadas, poderá definir os parâmetros da adoção desses conceitos e de suas práticas, na perspectiva de obter-se condições mais favoráveis de Governança.

Por outro lado, algumas questões se colocam. Tendo em vista determinadas características do contexto urbano, como diferentes graus de complexidade administrativa em função de área geográfica e população, características da plataforma de governo e orientação partidária das administrações municipais, como pensar os fatores determinantes do sucesso ou fracasso de distintas experiências? Qual o escopo de abrangência de uma solução dita “local”? Estaria ela restrita ao contexto dos municípios atualmente existentes ou poderia abranger questões associadas a toda uma região? Ou ainda, voltadas ao contexto das regiões metropolitanas?

Para aclarar pelo menos uma delas, que diz respeito à abrangência do conceito de “local”, os ensinamentos de Bobbio parecem bastante adequados. Para BOBBIO (1983), o termo Municipalidade estaria fortemente relacionado ao termo Regionalismo, surgido na Itália no início do século XX com o sentido de *“excessivo interesse e amor pela própria região”*, mas que passou ao longo desses últimos 40 anos por diversas concepções até atingir o conceito que o reveste atualmente, qual seja, o de que representa *“uma tendência a instaurar ou sustentar as instituições autônomas locais”*, ou ainda, *“uma tendência política dos que são favoráveis às autonomias regionais”*. Esta mudança de foco do conceito, de uma abordagem geográfica para uma abordagem política será adotada ao longo deste texto, onde não será buscada a caracterização da distinção entre regionalização e municipalidade, tratando-as genericamente como espécies de um gênero maior que é aquele associado à gestão local, mais propriamente ao *Desenvolvimento Local*.

Dada à abordagem adotada neste trabalho, uma outra questão assume grande importância frente ao tema relativo à descentralização e ao desenvolvimento local. É a relacionada à caracterização e distinção entre a Autogestão e o Autogoverno.

Assim, particularmente, nesse texto, a análise da autogestão e do autogoverno, será realizada segundo seus aspectos políticos. Nesse sentido, deve-se destacar que os teóricos da Autogestão buscaram alinhar seus princípios políticos àqueles da corrente de pensamento democrático radical (p. ex. ROUSSEAU), podendo ser sintetizada, segundo BOBBIO (1983), como:

- a) deslocamento do cerne do problema da autoridade do momento do seu exercício, ou seja, da emanção das ordens vinculantes, ao logicamente precedente da formação das decisões;
- b) solução do mesmo problema mediante proposta de socialização dos processos decisórios, que se torna possível pela atribuição a cada indivíduo de um diverso poder de decisão nos vários âmbitos de sua vida social.

Ao se procurar caracterizar autogestão e autogoverno, pode-se explicitar o fato de que tanto uma quanto outro estão associados às problemáticas da descentralização, da governança regional, do desenvolvimento local. A principal distinção entre os dois conceitos parte do princípio que a autogestão, está associada ao conjunto de atividades sociais que comporta uma organização coletiva, enquanto que o autogoverno tem sua abrangência de significação convencionalmente mais voltada à organização político-territorial.

Entretanto, do ponto de vista dinâmico, os conceitos se interpenetram. Assim, pode-se dizer, segundo BOBBIO (1983), que *“o princípio do autogoverno entra por implicação na problemática da autogestão, na medida em que a sua realização requer uma reestruturação do sistema político, tendente à descentralização administrativa e, sobretudo, à absorção de muitas das suas funções por comunidades territoriais locais dotadas de uma forte autonomia decisória”*.

Por outro lado, a questão do desenvolvimento local está intimamente relacionada à própria percepção e, conseqüentemente, à delegação de autonomia das esferas de governo que abrangem espaços territoriais inferiores àquele do todo nacional.

Considerando a experiência internacional, as reformas de governo focadas na valorização do desenvolvimento e da autonomia regional, tendem a encontrar discussões convergentes sobre aspectos centrais, como evidenciado na Inglaterra e na Itália. Duas dessas discussões dizem respeito exatamente à relação entre as funções desempenhadas ou a desempenhar pelos diversos níveis e à dimensão territorial dos diversos níveis de Governo. Tais discussões, contudo, apontam para um conjunto comum de características/competências a serem conferidas a esse “poder regional” de modo a torná-lo apto a alcançar o desenvolvimento econômico e social almejado. Particularmente pode-se citar:

- a) descentralização a administrativa, incluindo a participação direta do empresariado local no desenvolvimento e fomento de atividades, assumindo papéis anteriormente restritos ao Estado, o que, no fundo, representa uma ratificação da idéia de Governança;
- b) auto-administração, representada principalmente por uma maior autonomia em relação às instituições governamentais superiores, e pela escolha direta, pelos administrados, daqueles que irão gerir a coletividade segundo seus próprios anseios;
- c) a adoção dos princípios mais radicais de Democracia, representada pela possibilidade de participação direta do povo na determinação dos objetivos políticos a serem alcançados e nos projetos econômicos a serem conduzidos, usualmente associada à participação da população na determinação da política financeira e orçamentária a ser seguida dentro de seu universo social;

Ao se tentar sistematizar os fatores que respondem por variações na qualidade das políticas é possível situar a análise dessas experiências localizadas como tentativas descentralizadas de reforma institucional que compõem o quadro mais geral de reforma do Estado, com a possível recuperação de suas capacidades, no contexto da crise do modelo de desenvolvimento estatista e transição para uma ordem centrada no mercado.

No caso brasileiro, esta orientação se inscreve na proposta do atual governo de implantação de um estado de tipo empresarial em substituição ao estado de tipo burocrático. Por isso mesmo, pensar nas razões subjacentes à possibilidade de instauração de novos recortes público/privado, constitui uma maneira de se aquilatar se tais propostas, fundadas no pressuposto de que a devolução à esfera privada de determinadas áreas de atuação do Estado, através de mecanismos descentralizadores, apenas retiram responsabilidade do setor público ou de se, de fato, implicam no seu fortalecimento.

Dada a existência de um forte viés valorativo enaltecendo práticas descentralizadas, sem se pensar na contrapartida de um aumento da capacidade regulatória do Estado, que tais propostas necessariamente deveriam implicar, torna-se imperativo refletir sobre algumas práticas vigentes, procurando identificar que fatores explicariam diferentes graus de sucesso na instauração de formatos institucionais capazes de

assegurar o acesso da população à produção de políticas com respostas concretas em termos de uma atuação eficaz e responsável por parte do governo.

Permanece, porém, o destaque para que essas análises, objetivando a identificação de um possível padrão comum de ações a serem conduzidas, que resultem em um sistema de governo de maior sucesso, sejam realizadas e sistematizadas a partir do conhecimento aprofundado das forças econômicas e políticas vigentes e dos elementos constitutivos da cultura nacional, bem como de suas especificidades e características regionais.

Tal análise estará tratando, obviamente, em grande medida da própria questão de Governança e Governabilidade só que relacionadas a um determinado espaço regional específico e individualizado em relação às suas características produtivas, econômicas e culturais.

5.3.2-Modelos de Governo e Desenvolvimento Local

Nesse item, o objetivo central será o de apontar, à luz das diferentes formas de Governo apontadas por OSBORNE citado por POSNER & ROTHSTEIN (1994), possíveis reflexos sobre a questão do desenvolvimento regional, com especial destaque para aqueles modelos de Governo onde as políticas de desenvolvimento regional parecem encontrar campo mais fértil e maior acolhida para buscarem seu desenvolvimento. De forma resumida, esses modelos de Governo e suas respectivas relações e implicações com as políticas de desenvolvimento regional seriam:

5.3.2.1- Governo catalisador

Tem como característica principal a separação das secretarias formuladoras de políticas das instituições operacionais. Pode ter grande eficácia no estabelecimento do processo de desconcentração administrativa (descentralização horizontal de atividades), podendo ser aplicado tanto em governos territorialmente centralizados ou descentralizados.

Particularmente, à luz das experiências similares ocorridas na Inglaterra e na Itália, como ressaltado por BOBBIO (1983), o aumento da complexidade administrativa e de gestão, associada à integração entre as ações formuladoras e executoras, tende a

exigir, também, a descentralização vertical, aproximando-se do modelo de desenvolvimento local destacado neste trabalho.

5.3.2.2- Governo comunitário e Governo com atenção para a população

Tem como característica central a ênfase no fortalecimento da comunidade, de forma que ela mesma resolva seus próprios problemas. Está intimamente relacionado à questão da ampliação da competência dos governos locais, sendo um modelo fortemente marcado por um processo de descentralização vertical.

Objetivam, ainda, criar procedimentos para ter a opinião da população sobre a efetividade dos programas e o surgimento de novas necessidades.

Esses tipos de modelo podem conviver, e normalmente convivem, com aquele cujas características estão representadas pela Governo Catalisador descrito acima. Da combinação entre os três surge especificamente o modelo de *Governança* conforme aqui conceituado, qual seja, a aproximação das entidades privadas (e da própria coletividade) das decisões políticas de âmbito local, assumindo em parte, sob o comando do Estado, as funções anteriormente concedidas de forma exclusiva a esse. O Orçamento Participativo, que será abordada mais adiante neste trabalho, é um dos instrumentos utilizados por este tipo de governo, sendo uma das formas mais efetivas de integração dos interesses da coletividade local e posterior conversão dos mesmos em políticas e ações tendentes ao desenvolvimento de determinada localidade.

5.3.2.3- Governo competitivo

Objetiva extinguir o monopólio estatal e estimular a competição entre as instituições públicas e as empresas privadas, seja para serviços para o mercado, seja para serviços para a comunidade, seja, ainda, para serviços para o próprio governo.

É um tipo de modelo que difere dos anteriores pois desconecta efetivamente as ações públicas das ações privadas em relação aos serviços em que o estado busca participar.

Apesar de poder estar presente em sistemas que visam ao desenvolvimento local, o mesmo não ocorre de forma integrada, segundo políticas gerais de interesse, mas

contemplando interesses e modelos competitivos eminentemente privados e concorrenciais.

Pode ser identificado em governos com as características dos anteriores mas somente em relação a funções em que o Estado não objetiva a produção de um serviço público, mas atuar como mais um agente em um ambiente concorrencial.

5.3.2.4- Governo orientado para o mercado

Tem como característica principal o fato de, ao invés de atuar de forma autoritária, através de regulamentação, utilizar instrumentos de mercado, como incentivos fiscais, quando desejar intervir no comportamento das organizações.

Tem características semelhantes ao anterior, ressaltando-se o fato de o Estado manter para si a possibilidade de atuar de forma interventiva na economia quando julgar apropriado para a efetivação de determinada política.

Pode ter aplicação no modelo voltado ao desenvolvimento local, mas tende a ter contornos mais associados a políticas gerais de um determinado país, sendo adotado em esferas de governo mais ampliadas do que aquelas voltadas à administração dos interesses locais.

5.3.2.5- Governo de resultados

Caracteriza-se por objetivar a alteração do sistema de indicadores de desempenho, restringindo-se não mais somente às entradas (quanto foi gasto no programa), mas focalizando sua atenção nos resultados (qual o ganho para a comunidade). Para que esse modelo de governo ocorra, torna-se necessário uma mudança nas relações, sendo necessária a efetivação de contratos de gestão.

É um modelo de governo onde a discussão do Orçamento Participativo também encontra forte guarida, possuindo características que o credenciam para adoção no direito brasileiro, caso fossem respeitados os princípios constitucionais. Particularmente nesse sentido, se refere à previsão constitucional de que as ações da administração pública sejam atinentes aos princípios da economicidade e, principalmente, da eficiência, representando não apenas que foram feitos os menores

gastos possíveis como, também, que os gastos realizados redundaram nos maiores ganhos possíveis para a coletividade.

É uma modalidade de governo que pode ser buscada a partir do processo de descentralização vertical e de aproximação com a iniciativa privada para a condução de ações de interesse público. Aparentemente, pode lograr resultados tanto mais efetivos quanto mais precisos e controláveis forem os resultados almejados, o que normalmente só se mostra possível com a adoção da estratégia de desenvolvimento local.

5.3.2.6- Governo empreendedor

Tem como elemento central o desenvolvimento de sistemas que privilegiam a criação de fundos para inovação e para o desenvolvimento econômico e social. Especial atenção é dada à análise quanto ao retorno do “investimento”.

Modelo de governo que pode estar associado tanto ao governo competitivo, nos casos em que o Estado é entendido como um empreendedor de natureza semelhante ao ente privado, competindo de forma isonômica com este, quanto aos modelos de governo que privilegiam a atuação do Estado na condução de projetos voltados à comunidade, característicos dos modelos de desconcentração vertical e de Governança descritos neste trabalho.

5.3.2.7- Governo preventivo

É fundamentalmente caracterizado pelo fato de objetivar a criação de um grupo que planeje o futuro e crie cenários, de forma a antecipar ações e programas, para momentos favoráveis e desfavoráveis. Mais do que uma forma de governo, mostra-se como sendo uma abordagem de comportamento associada à estruturação administrativa de governo, normalmente marcada pela ênfase na ampliação da competência dos órgãos de Planejamento.

5.3.3- Principais Estratégias e Técnicas

5.3.3.1- Orçamento Participativo

Entre as formas de participação popular na administração pública que emergiram, nas duas últimas décadas no Brasil, sobressai a proposta de Orçamento Participativo. Com ele a idéia de democracia participativa adquiriu maior consistência e as numerosas experiências desenvolvidas, embora tenham alcançado êxito variado, contribuíram para o amadurecimento e a popularização deste instrumento de gestão pública.

Um possível modelo de elaboração do Orçamento Participativo, citado por BOSCHI (1999) como tendo sido adotado em Belo Horizonte, em 1993, distingue-se pelo fato de combinar a participação de associações populares (associações comunitárias, principalmente) e de outras entidades representativas (religiosas, culturais etc.) com a participação de cidadãos avulsos, contemplando, desta maneira, o contingente significativo de pessoas que não se vinculam a movimentos organizados.

Ainda segundo BOSCHI (1999), quanto à participação, percebe-se claramente um certo deslocamento de uma preocupação inicial em se ter um número crescente de participantes, para uma preocupação crescente com a qualidade de sua participação. Nesse modelo, os responsáveis procuram pensar a necessidade de introduzir critérios que garantam uma distribuição mais eqüitativa dos recursos públicos.

Um ponto central da experiência de Belo Horizonte, conforme pode ser depreendido da análise do texto de BOSCHI (1999), diz respeito exatamente ao fortalecimento político das Administrações Regionais, como esfera de governo mais próxima dos atores sociais locais e, conseqüentemente, mais sensível às demandas da população. Aproxima-se, com isso, a discussão de Orçamento da própria discussão do Planejamento para o desenvolvimento local, promovendo maior aderência e, conseqüentemente, maior possibilidade de sucesso dos Planos, programas e projetos que venham a ser realizados.

De um modo geral, os objetivos normalmente relacionados ao Orçamento Participativo estão fortemente associados à promoção efetiva da integração regional em busca de um desenvolvimento sustentável.

Uma rápida análise de algumas propostas de orçamento participativo atualmente em curso no Brasil como em Porto Alegre, Belo Horizonte, Sobral-CE, Acre, dentre outras localidades e, mais recentemente, em Boa Vista, numa versão mais ampliada, revelam uma considerável semelhança entre os objetivos buscados, apesar da diferença espacial e populacional de abrangência, conforme será comentado mais adiante. Esses objetivos seriam:

- Promover a participação direta da população na construção de um novo modelo de orçamento;
- Introduzir nova metodologia de planejamento no Estado/Município;
- Possibilitar aos diversos órgãos públicos estaduais e à Assembléia Legislativa a coleta de dados para subsidiar o Plano Plurianual de Ação Governamental e ações legislativas;
- Permitir o controle público das ações de governo e dar-lhes transparência;
- Priorizar programas e projetos de integração inter-setorial e regional/ local;
- Promover a reversão do quadro de desigualdades sociais.

Também semelhantes se mostram os critérios de definição de priorização das atividades e projetos a serem incluídos no orçamento participativo. Entre os critérios normalmente presentes estariam:

- Ser de competência do Estado/Município;
- Apresentar maior potencial de geração de emprego e renda;
- Ter impacto regional/local;
- Valorizar as potencialidades regionais;
- Possibilitar parcerias com o setor privado, instituições governamentais e não-governamentais;
- Carência do serviço ou infra-estrutura urbana da região;
- População total da região;
- Extensão territorial da região

Entretanto, um aspecto interessante deve ser ressaltado a partir da análise das diferentes propostas de orçamento participativo consultadas e diz respeito à diferença quanto ao seu escopo territorial e populacional, o que faz remeter a uma questão extremamente importante e controversa:

Seriam o Orçamento Participativo e a própria questão da Governança soluções não limitadas quanto ao seu contexto de aplicação? Teriam eles características tão genéricas a ponto de representarem um padrão único de solução para qualquer universo abordado, fosse ele um município ou região com pequena população e pouco desenvolvimento econômico, por exemplo, ou um Estado inteiro, com grande diversidade sócio-econômico-cultural? Até que ponto estar-se-á tratando e mais, viabilizando, efetivamente, ações de desenvolvimento regional?

Sem proceder ao aprofundamento da análise, cabe dizer que essa é uma discussão ainda não pacífica na literatura e, ainda em menor grau, na prática política evidenciada no país. Parece, contudo, existir uma limitação territorial e populacional para que se pensar de forma integrada em Governança, Orçamento Participativo e Desenvolvimento Local. Entretanto, tais referências espaciais levam apenas a conclusões de caráter genérico, tendo pouco efetividade para a sustentação do desenvolvimento buscado.

Uma das alternativas que se mostram presentes para melhor focar os impactos dos diferentes contextos culturais, políticos e econômicos, identificada também em outros países como a Itália (BOBBIO, 1983), seria a de segmentação do universo de análise em regiões, para as quais seria sempre possível a condução de análises representativas de seus anseios e necessidades e capazes de viabilizar a construção efetiva de um plano de desenvolvimento.

A construção dessas regiões e a integração delas ao modelo de governança que se deseja está ainda atrelada à definição dos temas centrais a serem tratados quando da elaboração dos projetos. Nesse ponto, considerando a situação de carência de serviços públicos existente no País, encontra-se convergência entre as ações em curso avaliadas, sendo comumente tratadas questões voltadas à: Saúde e Assistência Social; Desenvolvimento e Infra-estrutura; Educação, Cultura e Lazer; Desenvolvimento Econômico e Tributação.

A constatação apresentada por BAIERLE (2000) ao analisar os efeitos do Orçamento Participativo e da Governança desenvolvidos na cidade de Porto Alegre pode ser facilmente aplicado a outras regiões e municípios que tenham logrado êxito em suas ações de integração e desenvolvimento local.

Segundo o autor:

“...a desestatização do espaço público promovida através da co-gestão dos investimentos públicos municipais possibilitou a construção de uma cidadania ativa, onde o cidadão deixa de ser cliente ou paciente e passa a ser o sujeito da melhoria de sua qualidade de vida. Essa cidadania ativa constitui uma espécie de mídia alternativa, produtora de uma febre associativa que hoje começa a extrapolar os limites financeiros e políticos do Município e começa a se dirigir ao Estado e à União.” BAIERLE (2000)

Entretanto, essa afirmativa precisa ser lida com cuidado, de forma a retirar-lhe o conteúdo ideológico ou “eufórico”. Uma ação coletiva com base na cultura deve antes de mais nada ser autêntica, isto é, não induzida. Há que haver o suficiente conhecimento para distinguir tais formas criativas, que se constituem como evento de “primeira linha” (porque estariam no caminho de uma verdadeira revolução pela cultura) de outros que, mesmo representando algum movimento, não passam de defasagem de modelos importados e tendem a se degenerar rapidamente.

6 - CONCLUSÃO E DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

A elaboração dessa Dissertação partiu de uma inquietação profunda acerca da situação do mundo atual e da percepção da crise iminente da civilização ocidental moderna, isto é, a Modernidade em sua fase de planetarização. É verdade que esta crise já teria sido antes e muitas vezes anunciada – Marx, Spengler, Toynbee, Heidegger e muitos e muitos outros – e não acontecida. Mas que diferença faz errar dez, 20 ou 50 anos num processo cultural, cuja unidade de tempo são séculos?

A constatação de que os sinais da crise, evidenciados principalmente no furor noticioso da mídia eram apenas pálidas amostras de uma crise mais profunda, estrutural, nascida da própria essência da constituição da sociedade ocidental moderna, só foi possível pelo deliberado abandono da consideração às fontes que representam ícones do moderno ideário das organizações e pela adoção de fundamentação teórica que, só muito recentemente, está saindo de circuitos particulares de conhecimento para ganhar a arena do debate público.

Essa decisão, se por um lado permitiu um olhar mais criativo para um problema de alta complexidade, ainda não muito claramente delineado, o que foi possibilitado pela associação entre o poderoso esquema lógico-cultural de SAMPAIO (1995, 1999, 2000) e a postura fenomenológica de FLUSSER (1998), também criou armadilhas. Uma, dentre as mais perigosas, foi a excessiva abrangência e o risco da superficialidade. Outra, não menos perigosa, entretanto mais sutil, a da tentativa de criar algumas “pontes”, que ligassem a realidade conhecida a um futuro ainda não suficientemente delineado, passando por cima de uma crise que sentimos abissal. Pontes existem até muitas por aí, mas que não servem de nada: pontes que levam de algo à mesma coisa, da Modernidade à Pós-Modernidade. Hoje, ao concluir a elaboração dessa Dissertação, vê-se quão inútil ou pouco produtiva foi esta atitude, dissociada da coragem de assumir os riscos do pensar utópico.

Entretanto, quando as idéias têm coerência e força, e mais ainda, quando é chegado sua vez e hora, elas ganham vida própria, independente dos entraves e freios que lhes queiramos impor. Este me parece ser, sem qualquer laivo de presunção, o caso da tese sustentada nesse estudo. Sua dimensão e grau de complexidade são de fato, vistas a

posteriori, incompatíveis com a estrutura e as regras do jogo imperante, próprias a um trabalho elaborado com a finalidade de obtenção do grau acadêmico de Mestre.

Isto querer dizer que teria sido um trabalho perdido. Muito pelo contrário, na medida em que acreditamos que ele extrapola, vai mais além, instiga, obriga a olhares em múltiplas direções, cada nova descoberta requerendo mais aprofundamento na busca da comprovação dos “*insights*”. E esse aspecto é exatamente, a um só tempo, seu maior perigo e seu mérito: o de suscitar, se não o engajamento, pelo menos o despertar da sonolência teórica e prática diante de algo que se afigura crise profunda, e que, por isso mesmo, é inigualável oportunidade; o de retirar a pessoa da posição cômoda de autômato; de fazê-la entrar não apenas no jogo, mas no próprio processo de criação de jogos. O novo homem será um *homo ludens*, que entra no jogo para mudar suas regras, para *pré-ocupar* o futuro conforme explicitamente nos propõem FLUSSER (1998).

E se o meu próprio engajamento aconteceu – e na verdade assim foi –, a partir do momento em que houve a percepção dos artifícios “inconscientemente” construídos para induzir o ocultamento das perspectivas que se abriam, a consequência natural teria que ser a ação. E esta passa a ser tão mais necessária porque, dentre as possibilidades vislumbradas, que apontam reais caminhos para a superação de uma realidade que dá reiterados sinais de esgotamento, ressalta a afirmação de SAMPAIO (1995): “... não há possibilidade de nos [o Brasil] igualarmos aos EUA. A possibilidade que nós temos é a de superá-lo.”

Mas isso não acontecerá por mágica ou em decorrência apenas de vontade ou reza, mesmo que “reza forte”. Há trabalho, e muito, a ser feito. “Isto [a posição privilegiada do Brasil] não significa ser o Brasil o único lugar no mundo onde o processo estaria se radicalizando, vale dizer, exacerbando os conflitos ao mesmo tempo que consome todas as suas reservas adaptativas, nem que o Brasil seja a única esperança para a humanidade. Se fosse assim (considerando a situação atual¹²³ do Brasil), a humanidade estaria em maus lençóis, a ponto de desesperamos todos.” (FLUSSER, 1998)

Ao longo de seu ensaio *Fenomenologia do Brasileiro: em busca de um novo homem*, o próprio Flusser praticamente estabelece uma pauta de aprofundamentos ou

¹²³ O ensaio elaborado por Flusser, que serviu de base a esta Dissertação, foi escrito no início da década de 70, embora tenha sido publicado muito mais tarde (na Alemanha, em 1994) e no Brasil em 1998.

questionamentos que devem ser feitos, tomando como referência suas idéias, que ele próprio relativiza ao longo de todo seu trabalho, embora não as desqualifique.

Assim, neste momento, ao tentar definir desdobramentos a partir do estudo realizado, sinto-me tomada por duas sensações aparentemente antagônicas. Por um lado, estando consciente de que o “fenômeno novo”, para ser autêntico, precisa ser natural. Desdobramentos decorrentes dessa premissa estariam relacionados a uma espécie de monitoramento do ambiente, procurando captar melhor as ocorrências, mesmo isoladas e dando-lhes consistência por colagem, isto é, aproximando-as como objeto de análise e procurando verificar suas similaridades. Isto pode ser feito seguindo, por exemplo as sugestões apresentadas por Flusser. Dentre elas uma sobre a linguagem, ou melhor sobre a construção de uma nova língua que, por si só, já é trabalho gigantesco.

Por outro, pelo engajamento inequívoco, tomando por base as concepções de Sampaio e de Flusser, o de procurar formas de “acelerar esse processo”.

Ora, levando em conta ambas as posições, a conclusão é uma só: para intervir em qualquer processo, a condição primeira é que o conheçamos a fundo. Assim, aparece naturalmente o primeiro desenvolvimento possível, que deverá estar relacionado à construção de um método que permita identificar, de forma significativa, as ocorrências do novo fenômeno, quer elas se expressem por comportamentos, por linguagens ou por quaisquer outras formas diretas ou indiretas de comunicação. Neste caso, ressalta como da maior importância as concepções de Sampaio. Se Flusser descreve os fenômenos e diz como eles ocorrem, Sampaio os analisa do ponto de vista de suas estruturas profundas, isto é, explica e justifica sua ocorrência. A possibilidade de articulação entre esses dois enfoques certamente seria fundamental para a definição desse método proposto.

Ocorre que as condições do ambiente – a crise da Modernidade - podem se deteriorar mais rapidamente do que o imaginado. Assim, um outro desdobramento possível (que inclusive acalmaria o desejo de agir imediato) seria o de delinear um “plano de ação para situações de catástrofe planetária”; um plano de contingência, como propõe Sampaio:

Entretanto, as leituras feitas ainda continuam muito atuais, dado que sua abordagem analisa questões de fundo e não a conjuntura.

Por isso [a crise iminente], a necessidade iniludível de uma estratégia de sobrevivência pelo tempo que resta à Modernidade para que não faltemos ao encontro com a nossa destinação. Talvez, por uns tempos, seja preciso refugiarmo-nos no Egito ou nos agacharmos no mato. Na circunstância a ordem tem que ser (culturalmente) sobreviver a qualquer preço, *falando mais e o melhor possível para não perder a língua, batucando, ainda que numa caixa de fósforos, para não perder o fôlego* [e o ritmo]. Se fracassarmos, outro, alhures, ainda que bem menos dotado e pré-destinado, por certo fará vir ao mundo a cultura nova...”(SAMPAIO, 1999b, pp.5)

E esse agir inclui as três necessidades de desdobramento sugeridas por Sampaio, numa perspectiva de totalidade, onde cada aspecto é “fundo” de si mesmo: a re-significação do homem na sociedade, na e pela cultura; a re-significação no homem no cosmo, e uma re-significação do cosmo e, finalmente, mas sendo seu fundamento, pela primeira vez na história da humanidade, a possibilidade da relação direta com o Absoluto.

(...) um novo modo de ser-consigo-mesmo, de ser-com-o-outro, de-ser-com-todo-mundo-às-pazes-como-Absoluto. Ela é o cumprimento de uma destinação por demais humana, sem deixar de ser também sobre-humana (ao invés do super-homem, o super-cosmos, elevado à altura do homem logicamente à espera, dando alma a uma nova versão – nem forte, nem fraca, mas significante – do princípio antrópico. (SAMPAIO, 1999b, pp.4)

7 - REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L., *O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente*. Cadernos ENAP, nº 10, Brasília, 1997

ARRIGHI, Giovanni, 1994, *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BATESON, Gregori, 1979, *Mente e Natureza: a unidade necessária*, tradução Cláudia Gerpe. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986.

BOBBIO, N. e MATEUCCI, N. *Dicionário de Política*. Editora UnB. Brasília. 1983

BOSCHI, R.; 1999, *Governança, Participação e Eficiência das Políticas Públicas: Exame de Experiências Municipais no Brasil*; IUPERJ;

BORNHEIM, Gerd, *A perplexidade do homem contemporâneo in O Encontro: um olhar sobre a cultura, o cidadão e a empresa*. Rio de Janeiro: Ayuri Editorial, 1995.

CAPRA, Fritjof, *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Editora Cultrix S.A., 1982.

CASTRO, Antonio B. de, *“Mais uma vez os ‘grandes saltos para baixo’”*, Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, p. B2, 6 de junho de 2001.

COSTA, Jurandir F. *A  tica Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública in Brasília Capital do Debate – o século XXI –  tica*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997,

COSTA, Luis Sérgio S., CAULLIRAUX, Heitor (Org.), 1995, *Manufatura Integrada por Computador, Sistemas Integrados de Produ o: Estratégia, Organiza o, Tecnologia e Recursos Humanos*. Rio de Janeiro, Campus, 1995.

DROR, Y. 1996; *Mejoramiento de la capacidad para gobernar en américa latina*, Documentos para Debate; CLAD, <http://www.clad.org.ve/clave.html>

DURET, E. e VENTELOU, B.; *Décentralisation financière, fédéralisme et croissance: une approche par la qualité de gouvernance*. Revue d'Économie Régionale et Urbaine n° 4. Paris, 1999..

FLUSSER, Vilém, *Fenomenologia do Brasileiro: Em busca de um novo homem*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

FREIRE, Ana Maria A.(Org.), 1999, *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GUIMARÃES, Aquiles.C., *Sumário das contribuições à filosofia da parte de Luiz Sergio Coelho de Sampaio*. Rio de Janeiro: Projeto Tendências da filosofia Brasileira contemporânea, 1998 (xerografado)

HOFSTEDE, Geert H., *Cultures and Organizations: software of the mind*. New York: McGraw-Hill, 1991.

KOTLER, Philip, ROBERTO, Eduardo L., 1989, *Marketing Social Estratégias para Alterar o Comportamento Público*, tradução José Ricardo Azevedo e Elizabete Maria Braga. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

MINSKY, Marvin, 1974, "Frames" versão resumida *in Mind Design*, MIT Press, 1981; versão completa disponível em <http://www.mit/> Acesso em 14 de junho de 2001.

MINTZBERG, H., *Managing government, governing management*; Harvard Business Review, May – June, 75 – 83, 1996

MORIN, Edgard, 1973, *O Paradigma Perdido: a Natureza Humana*, 4 ed.. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1988.

_____ 1975, *Cultura de Massas no Século XX O Espírito do Tempo 2 NECROSE*; com a colaboração de Irene Nahoum, tradução Agenor Soares Santos. 2 ed. brasileira, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____ 1977, *O Método 1. A Natureza da Natureza*. 2 ed. Portugal: Publicações Europa-América, LDA., 1987.

MURARO, Rose Marie. *A origem da violência pode estar na racionalidade fria das empresas* **in** *O Encontro: um olhar sobre a cultura, o cidadão e a empresa*. Rio de Janeiro: Ayuri Editorial, 1995.

NOLAN, Richard L., CROSON, David C., 1995, *Destruição Criativa: um processo de seis etapas para transformar sua organização*, tradução Priscila Martins Celeste e Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PETTIS, Michael. "Novo Mundo, Velhas Bandeiras", *Jornal Valor*, 18/05/01, pp. 16-19, Suplemento Eu&

POPPER, Karl R., 1963, *Conjecturas e Refutações (O Progresso do Conhecimento Científico)*. 4 ed. revista, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.

PRADO, C.A.S., *Reforma do Estado e Modelos de Administração Pública*, Monografia apresentada na disciplina "Sistemas de Planejamento Econômico". COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

PROENÇA, Adriano. *Estratégia Competitiva e Estratégia de Produção: Uma Introdução Esquemática* **in** *Manufatura Integrada por Computador, Sistemas Integrados de Produção: Estratégia, Organização, Tecnologia e Recursos Humanos*. Rio de Janeiro, Campus, 1995.

RUMMLER, Geary. A., BRACHE, Alan, *Improving performance; how to manage the white space on the organization chart*. 2nd ed. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1995.

SAMPAIO, L.S.C.de, *Introdução à Antropologia Social*. Vídeo, cerca de 3h 30min de duração, Rio de Janeiro: UAB, 1994.

_____, *O jogo da diferença é o jogo do inimigo* **in** *O Encontro: um olhar sobre a cultura, o cidadão e a empresa*. Rio de Janeiro: Ayuri Editorial, 1995.

_____, *A história da cultura segundo Toynbee, Tillich, Hegel e Marx*, Rio de Janeiro, [1999 a ?]. Não publicado.

_____, *Bases para a urgente formulação de uma estratégia (cultural) brasileira*, Rio de Janeiro, [1999 b ?]. Não publicado.

_____, *O Futuro da Psicanálise*, palestra proferida na série de eventos *O Futuro da Psicanálise*, Rio de Janeiro: UERJ, FINEP, 2000

SPINK, P.K., *O sentido da internacionalidade in O Encontro: um olhar sobre a cultura, o cidadão e a empresa*. Rio de Janeiro: Ayuri Editorial, 1995

TAYLOR, F. W., 1907, *Princípios da administração científica*, 8 ed., São Paulo: Atlas, 1990.

THOMAS, O, *Éléments d'analyse du gouvernement des villes françaises: entre gouvernance opérationnelle et gestion stratégique oligarchique*; *Revue d'Économie Régionale et Urbaine* n^o 4. Paris, 1999.